

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Arquitetura
PROPAR | Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura

AS DUAS ATLÂNTIDAS 1939 | 1952

O veraneio moderno
e a constituição dos balneários do litoral norte gaúcho

Ana Luiza Valle Oliveira

Porto Alegre | 2015

Ana Luiza Valle Oliveira

AS DUAS ATLÂNTIDAS 1939 | 1952

O veraneio moderno
e a constituição dos balneários do litoral norte gaúcho

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura.

Área de concentração: Teoria, História e Crítica da Arquitetura

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Piantá Costa Cabral

Porto Alegre | 2015

CIP - Catalogação na Publicação

Oliveira, Ana Luiza Valle

AS DUAS ATLÂNTIDAS 1939 | 1952 O veraneio moderno e a constituição dos balneários do litoral norte gaúcho / Ana Luiza Valle Oliveira. -- 2015.
227 f.

Orientadora: Cláudia Piantá Costa Cabral.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. arquitetura moderna. 2. urbanização litoral.
3. balneários gaúchos. 4. Atlântida. I. Cabral, Cláudia Piantá Costa, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

À orientadora e amiga Cláudia Cabral, que me incentivou a empreender esta tarefa, valorizou e enriqueceu a ideia original do tema da pesquisa, com seus toques precisos na orientação descomplicada que não dispensa seriedade e rigor.

Ao professor Carlos Eduardo Comas, por dois pequenos grandes comentários que abriram horizontes na definição do tema escolhido.

Ao professor João Rovatti, por compartilhar arquivos de documentos e pela disponibilidade em conversar, esclarecer e contribuir com seu conhecimento sobre o trabalho de Ubatuba de Faria e seu tempo.

À Nélide Casaccia Bertoluci, filha do empreendedor Antonio Casaccia, pela gentileza em me receber para conversar e disponibilizar as preciosas fotos de época de seus arquivos. À sua sobrinha, arquiteta Cláudia Casaccia, pela presteza em abrir os arquivos da Empresa Atlântida S.A. - Balneários e ceder os documentos para cópia.

A Janice Fischer, Neca Bered e Elena Graeff, que facilitaram os contatos iniciais fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. Aos meus amigos que colaboraram com fotos de família, livros e conversas sobre o veraneio gaúcho, especial à Mirna Spritzer, pelo entusiasmo em compartilhar a ideia.

Aos professores Emil Bered, Cláudio Araújo e João Paulo Pohlmann, que se prontificaram a prestar depoimentos enriquecedores do trabalho.

Aos professores Luis Henrique Haas Luccas e Silvio Belmonte de Abreu Filho, por aceitarem participar da banca de qualificação e pela contribuição com seus comentários.

À querida e sempre eficiente Rosita Borges, por socorrer prontamente no esclarecimento das questões relativas aos procedimentos do Programa.

Ao responsável pelo Arquivo da Prefeitura de Osório, Willy Artman e aos funcionários do Registro de Imóveis daquele Município, pela agilidade no atendimento.

A Fernando Braga, Patrícia Ugalde e Marília dos Reis Martins, que colaboraram na finalização.

À Luizinha e ao Cyrino, que me proporcionaram tantos veraneios.

E à Alice, minha filha, por tudo que ela me ensina.

O processo de urbanização do litoral norte gaúcho, cujas características geográficas e climáticas destoam da imagem que tornou as praias tropicais brasileiras conhecidas, se intensificou a partir da implantação de loteamentos privados para atender a procura da população sazonal. As operações que caracterizaram esse processo de constituição dos balneários marítimos como local de veraneio vão se concentrar exemplarmente num bem sucedido empreendimento de balneário *ex-novo*, a Atlântida realizada em 1952. Porém, essa iniciativa foi precedida em 13 anos por um anteprojeto de cidade balneária para a mesma região, com o mesmo nome e tendo como autor o mesmo e reconhecido profissional, Luiz Arthur Ubatuba de Faria, e que não chega a se concretizar. Ambos estão intimamente vinculados à história da afirmação do urbanismo como ciência e da profissão de arquiteto e sua produção de arquitetura moderna no sul do país, respectivamente, elementos que configuraram o cenário dos veraneios de meados do século XX na região. Muitas vezes confundida na bibliografia disponível, a história peculiar das duas Atlântidas, a perdida de 1939 e a realizada de 1952, é adotada neste trabalho como fio condutor para recuperar a história da consolidação dos balneários do sul do país. Com o objetivo de contribuir para o conhecimento e a compreensão do processo de produção arquitetônica da região, nos locais de veraneio do litoral norte do Rio Grande do Sul, a pesquisa tem como questão final avaliar qual o papel da arquitetura moderna, inseparável da solução urbanística, na configuração daquelas cidades de veraneio.

ABSTRACT

The southern coast of Rio Grande do Sul has geographic and climate features that differs from the images that made the Brazilian beaches known. Its urbanisation process has been intensified since the implementation of private allotments in order to meet the seasonal population demand. The operations that define this process of constituting seaside resorts as a place for summer vacation are concentrated in a successful endeavour accomplished in 1952, Atlântida. However, this initiative was preceded in 13 years by a project outline for a seaside town for the same region, with the same name and having the same renowned professional, that did not materialize. Both projects are deeply linked to the need for asserting Urbanism as a science and for framing it into the modern architecture for which the resort towns scenario was known in the region during the mid-twentieth century. Often confused in the literature, the peculiar story of the two Atlântidas - the lost one of 1939 and the implemented one of 1952 - is adopted as a central thread to recover the history of the consolidation of the seaside resorts in the South of Brazil. For the purpose of contributing for the understanding of the region's architectural production, the research had as its main intention to evaluate what is the role of the modern architecture, inseparable from the urbanist solution, in the settlement of those resort towns.

SUMÁRIO

	1. INTRODUÇÃO	11
	2. A INVENÇÃO DO VERANEIO	25
2.1	O DESEJO PELA PRAIA	25
2.2	A MODA PEGANO BRASIL	32
	3. A MAIOR PRAIA DO MUNDO	43
3.1	A CHEGADA DOS VERANISTAS	48
3.2	A TROCA DE CENÁRIO	57
3.3	O PROTAGONISTA	61
3.4	O DEPARTAMENTO DE BALNEÁRIOS MARÍTIMOS	64
	Imperfeições da memória ou falhas de documentação	73
	O exemplo do vizinho	75
3.5	OS PROGRAMAS DO VERANEIO	78
	4. AS DUAS ATLÂNTIDAS	93
4.1	A ATLÂNTIDA PERDIDA 1939	93
	Preliminares I: O Contexto dos Urbanistas	93
	O Plano da Cidade Balnear	101
4.2	A ATLÂNTIDA REAL 1952	128
	Preliminares II: O Contexto dos Arquitetos	131
	O Plano Adotado	139
	Idealização X Realização	152
	O Plano Oficial	155
4.3	ARQUITETURA E CIDADE: OS PRIMEIROS EDIFÍCIOS	161
	O Hotel	164
	Os Edifícios de Apartamentos	176
	5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
	FONTES DAS FIGURAS	213
	REFERÊNCIAS	219

1. INTRODUÇÃO

O litoral do Rio Grande do Sul distingue-se da vasta costa brasileira por sua linearidade. A extensa faixa retilínea e plana de areia, contida entre o mar e os cômoros, conforma uma paisagem que é orgulhosa, irônica ou melancolicamente reconhecida pelos gaúchos como “a maior praia do mundo.”¹ Em contraste com a riqueza geográfica da costa que tornou o Brasil conhecido pelas belezas tropicais, e que a partir de Torres até o norte do país é definida por baías, enseadas, penínsulas com variada vegetação, o litoral gaúcho configura uma monótona geografia não tropical.

A horizontalidade da faixa desértica sem refúgio contra o forte vento que machuca e movimenta as dunas de areia na costa, a zona do estirâncio é território que afugenta e fascina. Aqui, a infinitude do oceano se soma à aparente infinitude da planície de areia, ambas articuladas com o terceiro elemento, o céu, ponto de contato de que fala Alain Corbin (1989, p. 48).

Outra peculiaridade das praias do litoral norte² do estado é que não há horizonte a ser mirado a oeste além da planície costeira, mas sim o perfil de montanhas do limite sul da Serra Geral. Entre praia e serra estão as diversas lagoas que já tiveram importante função de via de transporte.

Com essas características geográficas e climáticas que destoam das conhecidas praias tropicais brasileiras, o processo de urbanização da costa gaúcha se intensificou a partir do final dos anos 1930, com a aquisição de terras de antigas fazendas

¹ Na verdade, a praia do Cassino, entre as cidades de Rio Grande e Chuí, foi incluída no Guinness Book de 1994 como a maior praia em extensão do mundo: 254 km.

² O litoral gaúcho está dividido em duas regiões: a norte, de que fazem parte Torres, Capão e Tramandaí e a sul, com a praia do Cassino e Chuí, conforme será explicado adiante.

por empresas privadas, visando à implantação de loteamentos para novos balneários.

A maior procura da população sazonal pelas novas formas de lazer e descanso, associadas aos banhos de mar durante os verões, estimulou uma das primeiras iniciativas nesse sentido: a elaboração de um anteprojeto modelar da “cidade balnear de Atlântida”, elaborado pelo engenheiro Luiz Arthur Ubatuba de Faria (com Gabriel Pedro Moacyr) de 1939, projeto que não chegou a ser concretizado.

Aquilo que muitas vezes é referido em artigos científicos, teses e outras publicações sobre temas afins como sendo um mesmo plano urbanístico ou projeto de loteamento para o balneário de Atlântida, que se realiza em 1952 e está relativamente preservado até hoje, na verdade corresponde a dois empreendimentos distintos. A causa da confusão pode ter sido favorecida por, pelo menos, três relevantes coincidências: primeira é o fato de que ambos tiveram como autor do projeto o Engenheiro L. A. Ubatuba de Faria; segundo por ter sido escolhido o mesmo nome para o balneário e finalmente a sua localização, o que não é pouco. Como se tenta esclarecer a seguir, os empreendimentos foram tratados em dois momentos diferentes, com soluções de projeto distintas e atuação de diferentes personagens. E apenas treze anos depois da idealização do primeiro, o outro empreendimento planejado *ex-nihilo*, iria se materializar.

A implantação de uma grande cidade balneária entre Capão e Tramandaí é, portanto, a chave da história que se pretende recuperar neste trabalho. O estudo se fixou nessa história a partir da identificação de que ali estavam aglutinadas as circunstâncias e as várias operações de uma modalidade imobiliária que foi regular no processo de urbanização do litoral gaúcho. E de que, por meio desse caso exemplar, poderiam ser

abordadas as questões que envolveram outros planos para os balneários no estado, todos menos abrangentes.

Avançando na “descoberta” dos dois projetos para as duas Atlântidas, a averiguação de seus contextos evidenciou que ambos corresponderam, casualmente, ou não, a dois momentos significativos da afirmação das disciplinas do urbanismo (final dos 30) e da arquitetura (início dos 50), respectivamente, no Sul do Brasil. Ou seja, no primeiro ao desenvolvimento e divulgação da disciplina do urbanismo como ciência e no segundo ao período de criação da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul recém federalizada, da afirmação da profissão de arquiteto e da participação dos profissionais em órgãos de classe. Vários desses arquitetos de Porto Alegre começavam a aderir à prática da arquitetura moderna brasileira da chamada vertente carioca, que então já havia alcançado reconhecimento internacional. Alguns profissionais que atuaram com destaque nessa prática viriam a elaborar projetos para atender aos programas dedicados aos novos veranistas, que seriam os elementos estruturadores do cenário do veraneio de meados do século XX no Rio Grande do Sul, cenário hoje desfigurado. Este trabalho se propõe a mostrar essa correlação, entre os dois momentos e os dois respectivos projetos.

A escolha da abordagem e da estrutura narrativa que estabelece a história peculiar das Atlântidas como fio condutor para recuperar a história da constituição dos balneários do sul do país, dentro do período em que se acentua a urbanização da região do final da década de 1930 a 50, foi assumida sob uma perspectiva urbanística e arquitetônica.

Com o objetivo de contribuir para o conhecimento e a compreensão do processo de produção arquitetônica da região – nos locais de veraneio do litoral norte do Rio Grande do Sul, durante o período estudado, a pesquisa tem como questão final

avaliar qual o papel da arquitetura moderna, inseparável da solução urbanística, para a configuração daquelas cidades de veraneio.

Sabe-se que, mesmo que de forma superficial, a tentativa de adoção de elementos como pilotis nos edifícios, telhados “asas de borboleta”, paredes trapezoidais, cobogós, pastilhas carijós, são alguns dos clichês associados ao “moderno” que foram amplamente adotados no repertório dos projetistas de residências unifamiliares, hotéis e clubes das praias e denunciam as suas referências. Os projetos aqui analisados restringiram-se, contudo, àqueles dedicados a programas modernos vinculados à ideia de sociabilidade, qualidade essencial dos veraneios, implantados na fase inicial do balneário de Atlântida: os edifícios residenciais e o hotel³.

A intenção da pesquisa é de revolver o material existente para destrinchar novas conexões e ordenar, do ponto de vista da arquitetura e do urbanismo, a história já contada parcialmente por outros vieses. E de verificar sua relação com os personagens que fizeram o urbanismo gaúcho e a arquitetura moderna em Porto Alegre, abordando os temas modernos da cidade planejada sobre a *tabula rasa*, sobre o vazio.

De uma perspectiva atual, quando se assiste ao processo de degradação das cidades balneárias do Rio Grande do Sul, pela verticalização inapropriada e pelo avanço da substituição tipológica de edificações adequadas por outras especulativas de qualidade arquitetônica duvidosa, a exemplaridade e o interesse pelas duas Atlântidas se justificam. São projetos representativos de um outro processo de

³Diferente dos clubes de Tramandaí (SAT) e Imbé (SAPI), a sede da Sociedade dos Amigos do Balneário de Atlântida - SABA foi construída posteriormente, na década de 1960 e não apresenta as mesmas qualidades de projeto.

urbanização, em que a realização de empreendimentos que visavam, sim, o lucro, não impediu o estabelecimento de relações harmônicas entre urbanismo, arquitetura e natureza.

ESTADO DA QUESTÃO

Na bibliografia específica sobre a história da ocupação da região há o trabalho organizado por Barroso (2002), que desenvolve pesquisa sobre os municípios que se originaram de Santo Antonio da Patrulha, publicado na série “Raíces”. O trabalho de Santos (2005), sobre as origens de Capão da Canoa, contribui para a compreensão do processo no mesmo sentido. Sobre a história dos balneários, predominam textos produzidos por pesquisadores amadores, pouco técnicos, mas que oferecem uma importante visão panorâmica da forma de apropriação das praias. São estudos que fornecem pistas para uma pesquisa mais aprofundada. Os livros de Soares (1990 e 2000) sobre Imbé e as praias gaúchas em geral, e o livro de Muri (2000) sobre Tramandaí, ambos nascidos na região, são importantes também pelo material fotográfico e pelas indicações de outras fontes para pesquisa sobre os balneários do litoral norte gaúcho.

A dissertação de Mestrado e o livro publicado por Schossler (2010 e 2013), ambos sobre a história do veraneio no Rio Grande do Sul, apresentam dados relevantes sobre as práticas do veraneio gaúcho de 1900 a 1950.

Entre os estudos e pesquisas acadêmicas na área das geociências, a principal referência sobre a urbanização do litoral norte do Rio Grande do Sul é a tese de STROHAECKER (2007). Seus artigos posteriores sobre o tema, além da tese, trazem

importante contribuição sobre a urbanização dos balneários e os investimentos estatais no período pesquisado e são, junto com as notícias de jornal da época, a melhor fonte sobre o Departamento de Balneários Marítimos.

Sobre a história de Atlântida especificamente, o livro comemorativo aos 60 anos da criação do balneário, organizado pela filha do empreendedor (BERTOLUCI, 2012), apresenta depoimentos de familiares, profissionais e frequentadores que participaram da sua implantação. Embora se trate de obra memorialística, essa publicação foi esclarecedora e essencial para nortear o desenvolvimento da pesquisa, pois descreve detalhes da criação do balneário e permite situar datas e personagens, além de mostrar rica documentação iconográfica de época.

Em artigo do ano 2000, Andrade apontava a lacuna existente no estudo dos planos de cidades novas planejadas brasileiras quanto ao urbanismo e a arquitetura das cidades de repouso ou recreio, de 1930 a 60, que adotam a ideia de cidade jardim. Desde então, a produção acadêmica sobre o assunto aumentou significativamente, abordando o tema das cidades planejadas para veraneio, por exemplo, em Trevisan e Silva (2008) ou Ramos (2009). Além desses e outros vários trabalhos que vêm sendo produzidos nos últimos anos no Brasil, pesquisadores argentinos como Bruno (1998, 2009) produziram estudos que esclarecem sobre a circulação de ideias e os conceitos adotados no planejamento de cidades modernas no Brasil e na Argentina entre 1930-45. São trabalhos que possibilitam a compreensão de que, do ponto de vista técnico, aquele foi um processo comum a outras regiões. Sobre um período mais recente há o trabalho de Dias (2009), que aborda projetos arquitetônicos para residências modernas na praia de Pernambuco, no Guarujá.

O trabalho de Cunha e outros (2012), sobre a construção da imagem do Uruguai como país turístico, aborda as iniciativas públicas e privadas para desenvolver o turismo, e trata do período de urbanização dos balneários uruguaios.

No âmbito do PROPAR, a tese de doutorado de Comas (2002), sobre a arquitetura moderna brasileira é sempre referência, assim como o trabalho coordenado por ele sobre a repercussão daquela arquitetura em Porto Alegre (2013) no período da implantação da segunda Atlântida. Além da tese de Luccas (2004) que apresenta a Arquitetura Moderna em Porto Alegre, seus principais atores e suas particularidades, e ainda trata da formação inicial dos primeiros arquitetos formados na região. Já o trabalho de Marques (2012) inclui várias observações sobre projetos modernos para o litoral no período estudado. Relacionado com os projetos modernos para os balneários gaúchos, a dissertação de Szekut (2008) analisa, entre outros, o projeto de Luiz Fernando Corona para a Sociedade dos Amigos da Praia de Imbé (SAPI), vencedor de concurso em 1951. As teses de Rovatti (2001) e de Abreu Filho (2006) esclarecem sobre o urbanismo praticado pelos profissionais em Porto Alegre nos tempos de Ubatuba, suas referências e acirculação de ideias da época.

Os artigos de Costa Cabral (2014) sobre a Vila Serrana de Vilamajó contribuem ao tratar de urbanização turística planejada. Para contextualização com os projetos de arquitetura moderna para balneários no Uruguai do período, contribuem a tese de Gaeta sobre *Pocitos* (2009) e o artigo de Luccas (2007) sobre Bonet em Punta Del Este.

Identifica-se, entretanto, a falta de uma narrativa que se detenha sobre o contexto da urbanização dos balneários do litoral norte gaúcho nos dois momentos de produção profissional a que corresponderam os projetos de Atlântida e que neles se

refletiram. Este trabalho pretende justamente contribuir com a história da constituição dos balneários do litoral do Rio Grande do Sul e do papel da arquitetura moderna neste processo, tema que ainda carece de estudos no âmbito da arquitetura e do urbanismo.

MÉTODO

“História é aquela certeza fabricada no instante em que as imperfeições da memória se encontram com as falhas da documentação”. (BARNES, 2011).

Este trabalho poderia ilustrar a definição de história utilizada por Julian Barnes em seu romance *O sentido de um fim*. Iniciada como pesquisa de caráter documental, o ponto de partida utilizado foi a investigação de fontes primárias em arquivos de órgãos públicos, imprensa de época, além de entrevistas com os alguns dos atores coadjuvantes dessa história. Como fontes secundárias buscou-se a bibliografia sobre a história dos balneários e a produção acadêmica sobre o tema.

O mapeamento do material acessível deu algumas pistas que, seguidas, evidenciaram alguns dados esclarecedores. Foi posta em prática a velha técnica historiográfica, do trabalho detetivesco de que trata Ginzburg⁴, com a montagem das peças isoladas disponíveis de um quebra-cabeça que vieram a formar

⁴ Em seu livro *Mitos, emblemas, sinais*, o historiador italiano Carlo Ginzburg (1989) propõe um método de conhecimento da história da cultura ou da arte, baseado no “paradigma indiciário”, ou seja, a utilização de pequenos detalhes, indícios ou pistas como numa investigação detetivesca para compor um todo. Como num jogo de quebra-cabeça.

uma figura coerente, mesmo que ainda embaçada. O que representa um começo.

No desenvolvimento da pesquisa, verificou-se que as fontes ofereciam informações esparsas ou pontuais sobre o tema, algumas vezes desconstruídas ou divergentes, deixando muitas lacunas para quem tenha interesse no estudo do tema na área da arquitetura. Por isso se aprofundou no esclarecimento desses pontos, com o objetivo de contribuir para elucidar as questões imprecisas e montar as peças disponíveis do quebra-cabeça.

Após levantar aspectos de autoria e contexto local, a operação imobiliária, seus personagens, o autor do projeto, o ambiente, as referências e a legislação vigente, comuns a outros balneários, o foco dirigiu-se para as especificidades de Atlântida. A teoria e o discurso do primeiro projeto e a realização do segundo, o que os distingue e o que eles têm em comum, a leitura das ideias manifestadas e finalmente a forma resultante no produto concretizado.

Devido à dificuldade de acesso aos arquivos da antiga biblioteca da Secretaria de Obras Estadual, que sofreu processo de desmonte e cujos documentos encontram-se inacessíveis ou extraviados, a falta do importante acervo de fontes primárias sobre o Departamento de Balneários Marítimos foi compensada pela leitura de jornais da época. A pesquisa em fontes primárias sobre projetos originais de edifícios e loteamentos foi realizada em arquivos da Prefeitura de Osório, cuja deficiência foi suprida pela disponibilidade de documentos no Cartório de Registro de Imóveis daquele município.

Boa parte dos dados sobre o caso específico de Atlântida foi obtida por meio de depoimentos de familiares ou profissionais contemporâneos do empreendedor e na documentação (plantas do loteamento, atas, contratos, plantas originais do projeto do Hotel Atlântida) dos arquivos da Empresa

Atlântida S.A. – Balneários.⁵ No processo de montagem, ou reconstrução da história, as imagens foram outras importantes fontes de pesquisa: fotos de época dos arquivos da família, desenhos dos projetos e publicidade em revistas e jornais.

Além dos trabalhos acadêmicos, foram utilizadas como fontes secundárias algumas revistas de época, em especial a revista de divulgação dos balneários específica sobre a região, A Gaivota, que não traz o tema da arquitetura, mas mostra muito sobre o imaginário e as formas utilizadas para promover as praias gaúchas. Além desta, a pesquisa baseou-se também em matérias da Revista do Globo, que levantam os temas do urbanismo e da arquitetura tratando-os como mais um fato cultural, para um público não especializado.

Como pesquisa subjacente foram consultados trabalhos acadêmicos e literatura sobre o tema, para contextualização dos processos de urbanização, dos planos urbanísticos e da produção arquitetônica moderna para balneários nos outros estados e nos países vizinhos. Para compreensão do anteprojeto da cidade balnear de 1939, houve necessidade também de investigar os modelos adotados pelos urbanistas no Brasil de entre guerras para planos de cidades novas.

Não houve a pretensão de fazer uma compilação dos trabalhos sobre o assunto, mas sim de buscar e juntar o máximo de peças para montar uma figura, aquela que corresponderia ao ambiente construído do veraneio no litoral norte do Rio Grande do Sul no seu período de consolidação.

O recorte temporal foi estabelecido a partir da origem da urbanização efetiva dos balneários, ou seja, da configuração

⁵Os documentos foram disponibilizados por uma das netas do empresário, a arquiteta Cláudia Casaccia, responsável pela guarda dos arquivos da empresa.

do cenário de fundo da nova forma de apreciação das praias, e encerra-se na época da elaboração do primeiro plano diretor oficial para o balneário de Atlântida, em meados dos sessenta, quando inicia o processo de emancipação dos balneários do seu município de origem. Como definição espacial, a análise de Atlântida se centrou mais detalhadamente no núcleo focal do plano concretizado, dentro da zona implantada na primeira fase. Abrange a área onde era incentivada a construção dos edifícios objetos de estudo.

ESTRUTURA

Inicialmente, o Capítulo 2 intitulado **A invenção do veraneio** traça um brevíssimo panorama sobre a história do que é chamado por Corbin (1989) de o “desejo da beira-mar”, ou seja, das mudanças que ocorrem na forma do homem se relacionar com a praia, de apreciar as áreas litorâneas, até desembocar nas práticas de veraneio, aproximando a seguir da história desse processo no Brasil.

No Capítulo 3, **A maior praia do mundo**, o tema é o litoral gaúcho desde o processo inicial de sua ocupação até a criação do órgão público estadual de controle e fomento, o Departamento de Balneários Marítimos - DBM. Com destaque para o processo de transformação na urbanização que se dá com **a chegada dos veranistas** e com a melhoria das condições de acesso, e que representa uma **mudança de cenário**. Segue uma apresentação da figura cujo protagonismo está associado ao fato de ter sido o técnico dirigente do Departamento de Balneários Marítimos do Estado e de ter produzido projetos e planos para

diversos balneários da região, além dos dois focados neste trabalho.

As operações imobiliárias regulares que fazem parte dessa história de urbanização foram comuns a outras regiões do sul do continente. Essa situação, tratada em **O exemplo do vizinho**, reforça a ideia de conexão e identificação geográfica, histórica e cultural do Rio Grande com os países com que faz divisa.

Os programas do veraneio são importantes nesta pesquisa, pois além de serem identificados como programas modernos, é por meio das novas demandas que os novos profissionais da arquitetura vão produzir os projetos que mais contribuem com a configuração da cidade balneária.

O Capítulo 4, **As Duas Atlântidas**, se subdivide nos aspectos referentes a cada um dos dois projetos: **A Atlântida Perdida**, de 1939 e **A Atlântida Realizada**, de 1952. Preliminarmente, para compreender melhor como se deu a elaboração ou concretização dos planos, do que foi posto no lugar do vazio, do que foi escolhido para configurar a cidade planejada, foi necessária uma aproximação do contexto disciplinar do urbanismo, no primeiro e da arquitetura no segundo, e do ambiente em que se dá a formação dos profissionais que criaram os projetos iniciais.

Uma explicação sobre o plano adotado é seguida de uma verificação sobre quais aspectos são regulares e quais são inovadores ou originais, em relação a projetos de loteamentos para a mesma região. Complementada por uma comparação entre a proposta para o balneário idealizado (1939) e aquela que efetivamente se realizou (1952). E algumas observações sobre o Plano Oficial de 1965/67.

Finalmente, a análise do primeiro edifício construído,

apartamentos construídos na primeira fase, ainda nos anos cinquenta, elementos cuja relação com a conformação da cidade são o foco principal deste estudo.

As **considerações finais** arrematam o trabalho ao condensar algumas observações sobre aquilo que foi possível depreender com o desenvolvimento da pesquisa.

2. A INVENÇÃO DO VERANEIO

A expressão “a invenção da praia”, empregada por Alain Corbin em seu livro *O Território do Vazio* (1989, p. 266), que trata do imaginário sobre a praia no Ocidente, tem sido adotada em diversos estudos sobre o tema nas áreas da história, da antropologia e do urbanismo. A adaptação para invenção do veraneio foi adotada aqui pela propriedade com que define o processo estudado, evocando que o uso da praia com finalidade hedonista nem sempre existiu. O veraneio é prática que desencadeia e é incrementada por circunstâncias criadas para favorecê-lo, como as férias remuneradas, a melhoria das vias de acesso ao litoral e os negócios imobiliários.

2.1 O DESEJO PELA PRAIA

O conteúdo simbólico associado às praias sofreu mudanças ao longo da história na forma de apreciar as áreas litorâneas. Este tema é estudado pelas ciências humanas desde as interpretações bíblicas, onde o mar estava relacionado com a imagem de abismo e a praia como limite e resquíio da invasão das águas do dilúvio, e passa de símbolo de emoções negativas de medo, de repulsa, de ameaças reais (tempestades, naufrágios) e imaginárias (monstros marinhos) a fonte de atração, para saúde e, finalmente, prazer.

A identificação do litoral como fronteira a ser resguardada e a praia vista como ponto de partida e retorno dos conquistadores na modernidade, época da fé na razão, são outros exemplos de imagens compartilhadas. O estirâncio, limite natural flexível entre terra e mar, e suas representações, sofreram

oscilações antes de se firmarem como locais de saúde, lazer, descanso, de novas práticas sociais, consolidando o desejo de desfrutar da beira-mar que permanece no presente. A faixa de areia coberta e descoberta pela maré, a “indecisa, efêmera e luminosa fronteira” (CORBIN, 1989, p. 49 e 51), é alguma das formas como o historiador se refere ao terreno onde as cenas de praia são representadas por pintores e escritores no século XVIII.

O mesmo autor propõe uma aproximação do desejo da beira-mar propagado entre 1750 e 1840, período que marcaria a “invenção da praia” como local de veraneio.

O emprego do tempo e o arranjo do espaço impostos pelas formas de sociabilidade que se organizam para depois se manifestarem à beira do mar, a gama das distrações, dos prazeres e das obrigações que daí resultam esboçam a vilegiatura marítima, por enquanto em gestação. (CORBIN, 1989, p. 266).

O banho de mar deixa de ser prática imoral na Inglaterra no início do século XVII, época em que a melancolia estava em moda, mas ainda assim, o mar indomável permanecia como fonte de medo. Medo esse que deveria ser dominado, para que o papel terapêutico da água do mar como fonte de energia vital fosse usufruído. O banho frio e salgado preconizado pelos médicos foi adotado pelos curistas, para o bem do corpo e da alma. Da melancolia à ninfomania, da hipocondria à neurose, todos os males seriam curados pelos banhos de mar. A partir da metade do século XVIII a descoberta efetiva das funções medicinais da água fria do mar iria despertar o desejo pelas praias marítimas nas classes mais favorecidas.

Figura 1. A pomba enviada da arca de Noé. Gravura de Gustave Doré, meados do século XIX.

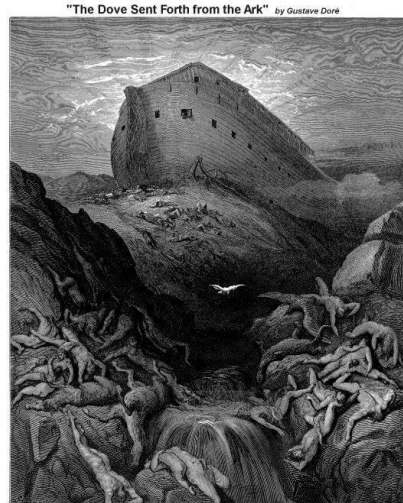


Figura 2. O Dilúvio. Ilustração bíblica de Gustave Doré, meados do século XIX.

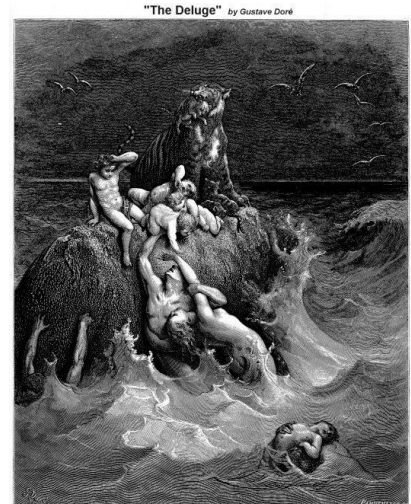
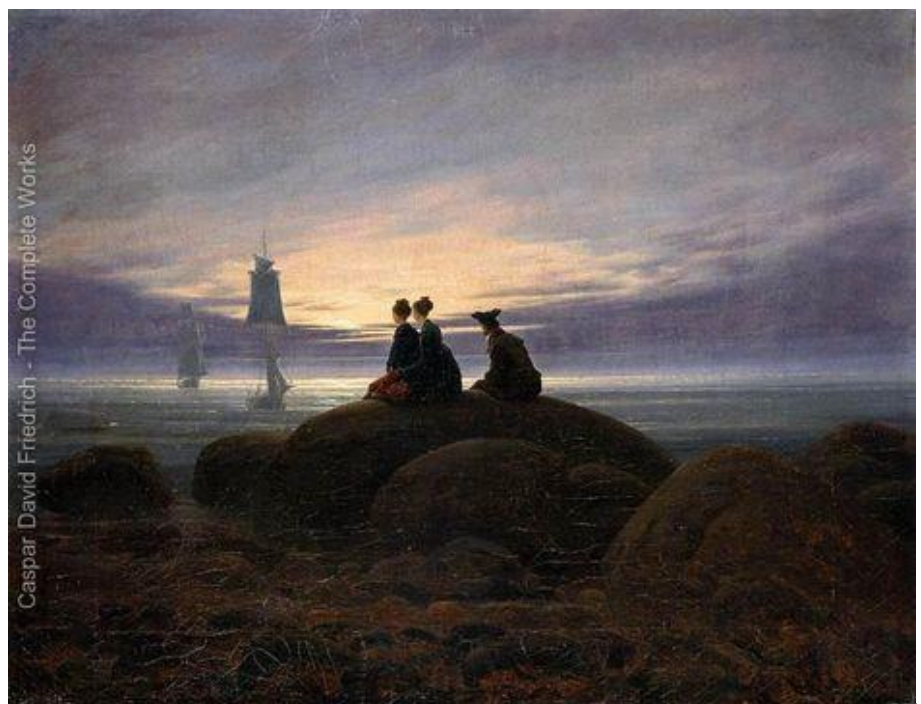


Figura 3. Pintura de Louis Garneray, 1827. O mar revolto junto ao porto de Dieppe, França, primeira metade do século XIX.



Figura 4. O nascer da lua no mar, de Caspar David Friedrich (c. 1822). A representação da praia por um artista romântico.



O mar como fonte de prazer, e as representações que despertariam o desejo pela praia vão se expandir no chamado “Século das Luzes”, com o conseqüente desenvolvimento da “vilegiatura marítima”, expressão preferida por muitos estudiosos do tema para designar as práticas das temporadas de veraneio na praia. Desde a estética do sublime até a oposta apreciação pitoresca da beira-mar, as imagens que vão difundir as formas de utilização e apreciação da beira-mar terão seu equivalente menos nobre nas matérias e fotografias dos jornais e revistas de divulgação como estratégia de marketing, na época do objeto em estudo.

Já os efeitos benéficos da irradiação solar vão ser reconhecidos mais tarde. Por enquanto ainda eram entendidos como nocivos à saúde, debilitando o corpo por secar os seus fluidos. (PAULS, 2013, p.69). Enquanto as praias gélidas do norte da Europa eram frequentadas pelos curistas, as praias do litoral Mediterrâneo na França terão sua primeira estância balneária quando os médicos passam a valorizar os banhos quentes, a partir do final do século XVIII. Aos poucos a procura pelo sal vai se transformando em procura pelo sol.

As relações sociais que se estabelecem na nova forma de usufruir do ócio, do lazer e do repouso irão gerar as novas formas de organização do espaço. Inicialmente, os Banhos ou a *Promenade* de Dieppe de 1822 substituem as tendas e os carros de banho, as casinhas de madeira sobre rodas à beira-mar com função de vestiário, tão comuns nas representações visuais das praias europeias. O complexo em forma de galeria de mais de 100 metros (CORBIN, 1989, p.278) voltada para o mar abriga terraços, pórtico central e salões de encontro e repouso nas extremidades, feminino e masculino. Restaurante e escadaria de acesso à praia completam os equipamentos de apoio aos banhistas.

Figura 5. "O infalível tripé chique: hotel, cassino, banhos." (PAULS, 2013). Postal da fachada do Cassino Mourisco de Dieppe no litoral francês, com as estruturas de passeios, terraços e acesso aos banhos.



Figura 6. A mesma praia ilustrada por A. Louis Garneray, com o prédio do primeiro cassino e a promenade. "BAINS DE DIEPPE. Bains des Hommes".



Figura 7. O Cassino de 1886 e os banhos. Postal com foto do mesmo ângulo.



Figura 8. A mesma praia como lugar de invasão. Foto de 1942 após a invasão derrotada dos aliados durante a 2ª Guerra.





Figura 9. Postal de Brighton, no litoral inglês, (c. 1910). *Kings Road Arches*, com os restaurantes na esplanada inferior e o grande público na *Promenade* superior, junto aos hotéis.

Mas é Brighton, na Inglaterra, que vai sediar a inovação do que Corbin (1989, p. 280) chama de arquitetura do mar. Na mesma década de 1820, é proposto um novo modelo de organização, o primeiro quebra-mar com salão, biblioteca, lojas para *souvenirs*, concertos de orquestras, terraços a 60 metros sobre o mar. Logo, a construção de passeios sobre os quebra-mares, os sistemas de *Esplanades*, *Terraces* e *Marine Parades* britânicos, seriam as estruturas a organizar os espaços para servir aos novos usos de descanso, banhos e reuniões. Além de lugares para passeio ligados por terraços, as *marine promenades* continham os “pontos de partida para os banhos”. Brighton é a estação balneária que vai receber multidões de banhistas em 1841, marcando para Corbin o nascimento da praia moderna.

No século XIX, os hotéis associados aos cassinos se estabelecem como âncoras dos balneários, para atrair hóspedes e visitantes. Ao analisar os projetos de Niemeyer para a Pampulha na década de 1940, Comas descreve em sua tese, como modelo desse tipo de operação, o exemplo do Cassino de Monte Carlo.

A ideia de promover desenvolvimento urbano a partir de Cassino e saúde não era propriamente original. Jogo e cuidado com o corpo viabilizaram a emergência das estações de águas germânicas na primeira metade do século XIX e Monte Carlo na segunda. (COMAS, 2002, p. 210)

O “infalível tripé chique: hotel, cassino e banhos das elegantes praias britânicas do século XIX” de que fala o escritor argentino Alan Pauls (2013, p. 57), em seu livro de ensaios e reminiscências sobre os veraneios no litoral argentino e uruguaio, é modelo copiado também no Brasil.

Noutro espectro social, no período entre guerras que interessa a este trabalho, outra forma de hospedagem para férias nas praias se desenvolve na Europa. Eram as colônias de férias, criadas principalmente para crianças, adolescentes e órfãos de guerra, um programa que renderá muitos projetos arquitetônicos. A publicação de julho de 1939 de um número especial da Revista francesa *Architecture D'Aujourd'hui* (AA), sobre *Colonies de Vacances* (colônias de férias), mostra projetos para vários países europeus em praias marítimas, beiras de rios, no campo ou na montanha.

2.2 A MODA CHEGAAO BRASIL

A novidade dos banhos de mar foi introduzida no país por D. João VI do início do século XIX, na praia do Caju no Rio de Janeiro, por recomendação médica (STROHAECKER, 2007). A institucionalização do saber médico e a posição de prestígio que estes profissionais adquirem na sociedade, com o poder de decidir sobre a insalubridade dos lugares, tem papel fundamental na mudança da apreciação do mar e na valorização das praias como local associado à saúde. Modernidade, razão e ciência são conceitos que estão na origem da indicação das novas práticas de hidroterapia implantadas desde o século XIX, quando se estabelece o hábito das temporadas em estações hidrominerais⁶.

Esses períodos de estadia em estâncias hidrominerais foram estendidos para o litoral marítimo a partir das recomendações médicas de banhos de imersão na água fria do mar para cumprir função terapêutica, seguindo a moda europeia do século anterior. Na virada dos séculos XIX e XX, há registros

⁶ Há projetos de engenheiros sanitaristas para as estações de Águas de São Pedro, Águas de Lindóia e Poços de Caldas.

de famílias paulistas que desfrutavam de temporadas no litoral entre Santos, São Vicente e no Guarujá, “a brisa marinha, os banhos e as caminhadas pela orla tinham um efeito benéfico sobre a saúde, de acordo com as prescrições médicas em voga no final do século XIX.” (SEVCENKO, 1998, p. 487). O Guarujá foi produto da iniciativa de empresários, grandes produtores de café, que decidiram empreender a construção de um balneário. O plano de urbanização previa hotel, cassino, igreja e 46 casas tipo chalé, todos pré-fabricados em madeira importados. (DIAS, 2003). Frequentado pela elite paulistana que passa a incluir a burguesia industrial, a procura pelo balneário foi incrementada a partir da inauguração da Via Anchieta, em 1947.

No Rio de Janeiro do início do século XX os banhos de mar se tornam “moda elegante” no balneário do Flamengo, na época de reforma urbana. As novas questões trazidas pelos sanitaristas e urbanistas levam os administradores a criarem legislação específica de controle. Os balneários vão merecer uma normatização de funcionamento por parte do prefeito Pereira Passos, em 1906 (SEVCENKO, 1998, p. 572). Era o tempo do sistema, ou da ética, que associava limpeza, saúde e beleza, envolvendo o conceito de eugenia (que Ubatuba vai utilizar na Memória de seu anteprojeto e nas palestras proferidas em Porto Alegre bem mais tarde). Ao tratar da indumentária dos banhos de mar, Sevcenko (1998, p. 572) afirma que a ênfase do sol como atrativo da praia veio da moda europeia, fechando o “círculo que leva de uma atividade profilática destinada a incrementar a saúde a uma prática saudável voltada para o desenvolvimento da beleza.” Um dos marcos nessa transição para uma função mais hedonista da praia, e do atrativo do sol como moda europeia, é relatado por Pauls:

[...] a praia só passou a ser um cenário de verão a partir dos anos 20, quando as virtudes do sol substituíram as da água na escala de valores terapêutica e a persuasiva Coco

Chanel compareceu diante do príncipe Jean Louis de Faucigny-Lucinge [...] queimada dos pés à cabeça como um marinheiro. (PAULS, 2013, p. 69).

A transição de espaço terapêutico para espaço de prazer, sociabilidade e lazer na orla do Rio de Janeiro é registrada na imprensa, em reportagens de revistas, desde a década de 1920. (SCHOSSLER, op.cit., p. 59). Desde então há referências a distinções sociais entre as praias do Flamengo, Botafogo e a mais *chic* de todas, o balneário da Urca com seu procurado Cassino. É ainda nos anos 1920 que Copacabana se firma pelas inovações e pela modernidade, estabelecidas a partir do empreendimento imobiliário de urbanização e o glamouroso hotel Copacabana Palace. Com traçado em xadrez, residências baixas e recuadas das divisas dos lotes, Copacabana pode ser considerada um marco no processo de urbanização de trechos da orla brasileira por meio de loteamentos. (MACEDO, 2004, p. 45).

Do ponto de vista urbanístico, as cidades novas brasileiras para veraneio, na sua fase inicial de implantação, em geral reproduziram os padrões do modelo de cidade jardim: a baixa densidade, as casas isoladas com recuos laterais e frontais em lotes de maiores dimensões, arborização, loteamentos com traçados sinuosos ou concêntricos, e mesmo aqueles com traçado xadrez que traziam elementos visando o pitoresco (MACEDO, 2004; GOMEZ-PINTUS, 2008). Muitas das estações hidrominerais ou litorâneas tiveram em seus projetos a participação de engenheiros sanitaristas, com destaque para Saturnino de Britto. Admirador de Camillo Sitte, Saturnino atuou em diversos projetos pelo Brasil, e teve relação com a escola de engenharia de Porto Alegre, onde se formou o autor dos planos em estudo. Um exemplo do trabalho de Saturnino no início do século é o seu Plano de extensão e saneamento de Santos, cidade do litoral de São Paulo, onde adota os canais de drenagem, como

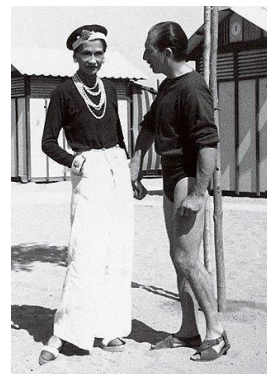


Figura 10. Coco Chanel no Lido em Veneza, nos anos 1930, alguns anos depois de ter lançado, inadvertidamente, a moda do banho de sol.



Figura 11. O icônico Copacabana Palace, construído na orla de Copacabana, inaugurado em 1923 com seu famoso cassino.

medida sanitária e de embelezamento da cidade, e as *parkways*, avenidas parque aplicadas de forma recorrente nos planos urbanísticos brasileiros.

Um exemplo de estação hidromineral construída ex-novo é a Estância Hidromineral Águas de São Pedro, também em São Paulo. O plano urbanístico do engenheiro Jorge de Macedo Vieira, seguia os princípios de cidade jardim. Essa concepção vai ser corrente em projetos para cidades novas planejadas para repouso e lazer, como mostrado adiante, mesmo que de forma adaptada ou distorcida. As soluções de caráter pitoresco eram então valorizadas também na arquitetura.

Em relação ao Rio Grande do Sul, a cidade de Iraí é estância hidromineral planejada nos moldes da cidade jardim, como suas contemporâneas na segunda década do século XX, com anteprojeto de Carlos Torres Gonçalves, com alterações propostas por Saturnino de Brito em 1928, que agrega modelos de várias correntes do urbanismo da época (VARGAS, 2011). Segundo Comas, a cidade jardim foi modelo adotado pelos arquitetos modernos para cidades novas planejadas no Brasil no período entre as décadas de 1930 e 40, por exemplo na Pampulha e no Parque São Clemente. "Os empreendimentos suburbanos se batizam de cidade-satélite ou cidade-jardim para aumentar sua aura de modernidade" (COMAS, 2002, p.210). Precede a aplicação dos modelos do urbanismo racionalista que ocorre depois de 1950 para áreas do litoral, dos quais Bruand menciona o projeto de Mindlin para a praia de Pernambuco no Guarujá e dos Irmãos Roberto para a península de Cabo Frio e Búzios, que representariam "[...] o triunfo da concepção racionalista mais pura neste setor."(BRUAND, 2008, p. 345).



Figura 12. Plano de extensão e saneamento de Santos, 1910, onde Saturnino de Brito adota os canais e avenidas parque.

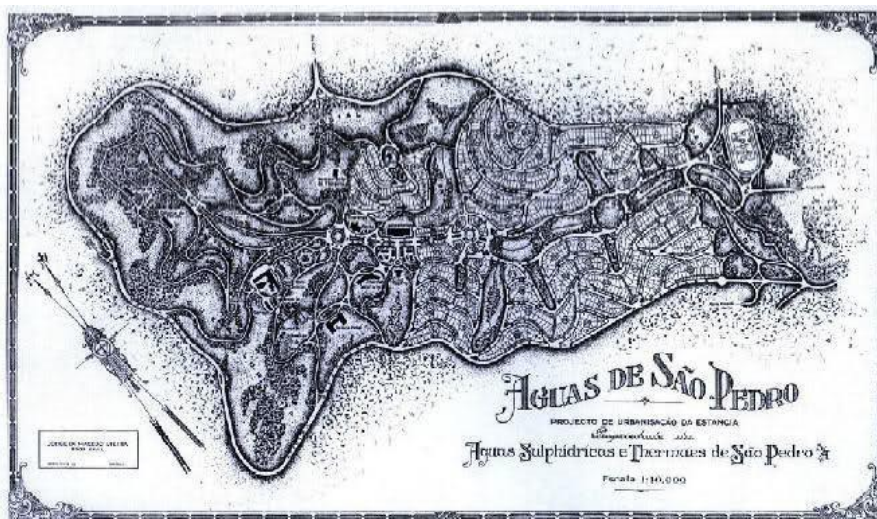


Figura 13. Plano para a cidade nova de Águas de São Pedro, no interior de São Paulo, de 1936/1942. Construída *ex-novo*, com traçado de cidade jardim foi projetada pelo engenheiro Jorge Macedo Vieira.

155. Projeto de Jorge de Macedo Vieira para Águas de São Pedro (1936)

Figura 14. Copacabana nos anos 1910. Foto de Augusto Malta.



Figura 15. Praias do Rio – Copacabana, em 1921.



Figura 16. Banhistas lotam a Praia do Flamengo em 1928.





Figura 17. Vista de Copacabana - foto de Augusto Malta por volta de 1910.

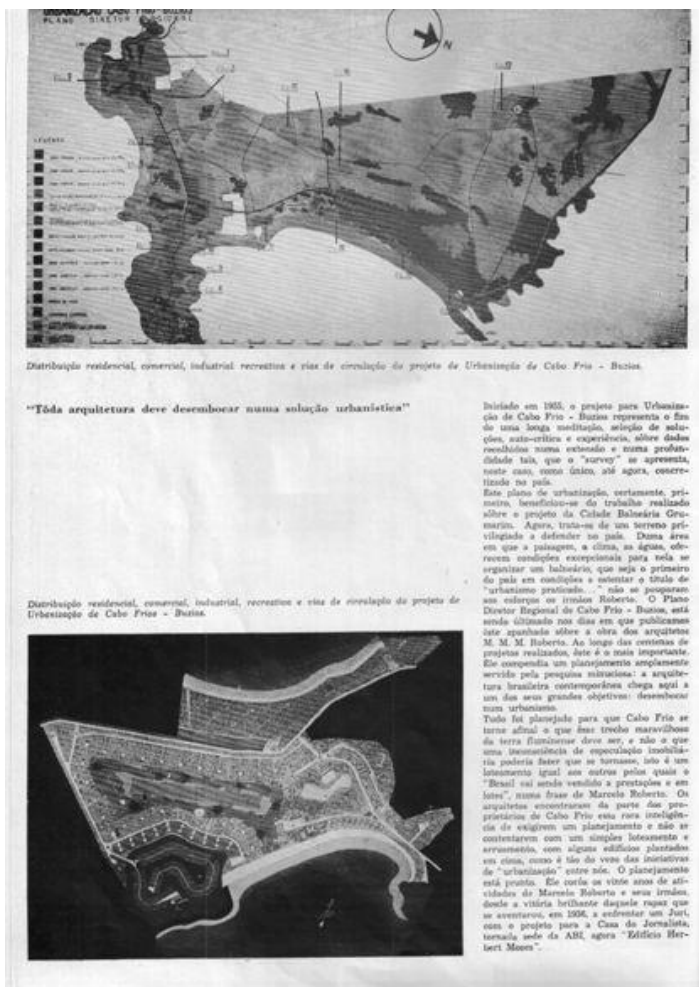


Figura 18. Publicação na Revista Módulo do Plano dos Irmãos Roberto para a península de Cabo Frio - Buzios, de 1955.

Se o processo de urbanização das praias do Atlântico na vasta costa brasileira, com loteamentos de empresas privadas e intervenção do Estado incrementada a partir dos anos trinta, pode ser considerado fenômeno nacional, por outro lado pode-se afirmar também que há identificações entre o modelo estudado e o contexto da época nos dois países vizinhos. As coincidências entre os processos no Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina, vão além disso. Por aqui os temas da invenção da praia, as transformações na cultura do lazer, as políticas de turismo e a criação de leis trabalhistas se somam às afinidades históricas, geográficas e climáticas. Uma demonstração disso são os mecanismos e etapas do negócio imobiliário para cidades balneárias marítimas na costa da província de Buenos Aires, descritos por Bruno (1998) e que são muito semelhantes aos do litoral gaúcho. O passo a passo das operações, mais ou menos especulativas, pode ser resumido por: a) formalização de grupo de investidores e criação de empresa; b) aquisição de terreno; c) contratação e elaboração de projeto de loteamento; d) publicidade e venda dos lotes; e) construção. Que vai se confirmar na Atlântida implantada em 1952.

Mesmo em Porto Alegre, o início dos anos trinta foi o período da implantação dos novos balneários junto ao Guaíba, na zona sul da cidade: Belém Novo (1927) com Hotel Cassino, Espírito Santo, Ipanema (1931), Pedra Redonda e Vilas Assunção (1938) e Conceição (1940).

Uma matéria da Revista do Globo (1936) apregoa as qualidades de Belém Novo e da arquitetura local, sem esquecer de informar que a empresa loteadora “facilitava” a venda dos terrenos: “[...] as mais poéticas construções, numa associação encantadora arquitetura moderna com os nossos panoramas naturais.”(BELÉM NOVO ..., 1936). A arquitetura moderna que ilustra a publicação é de chalés soltos nos terrenos.

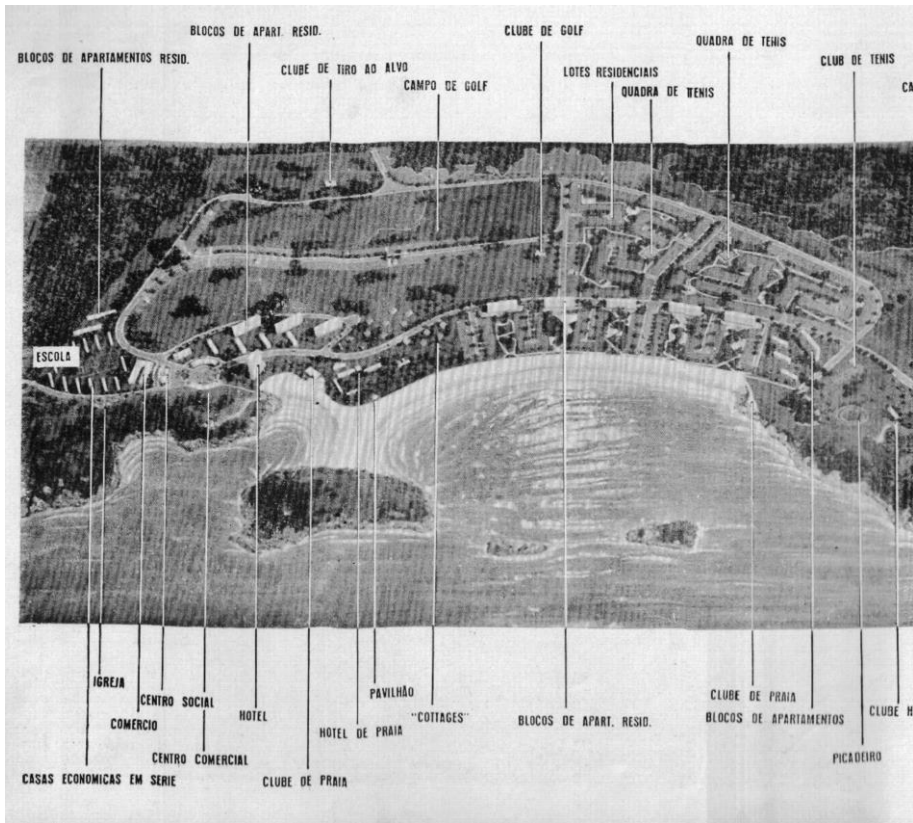


Figura 19. Plano para a praia de Pernambuco no Guarujá, de H. Mindlin.

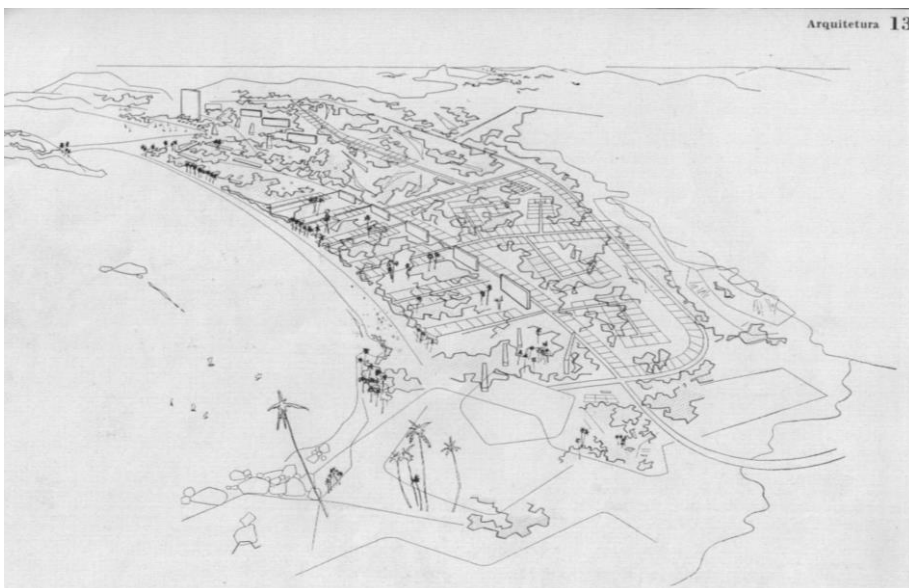


Figura 20. Perspectiva do mesmo projeto, década de 1950,

Figura 21. Belém Novo em matéria da Revista do Globo de 1936 ressaltando “[...] as mais poéticas construções, numa associação encantadora arquitetura moderna com os nossos panoramas naturais.”



Figura 22. Propaganda na Revista A GAIVOTA, do balneário de Ipanema às margens do Guahyba, na temporada de 1939: “Magníficos terrenos com lindos panoramas e prestações sem juros.”

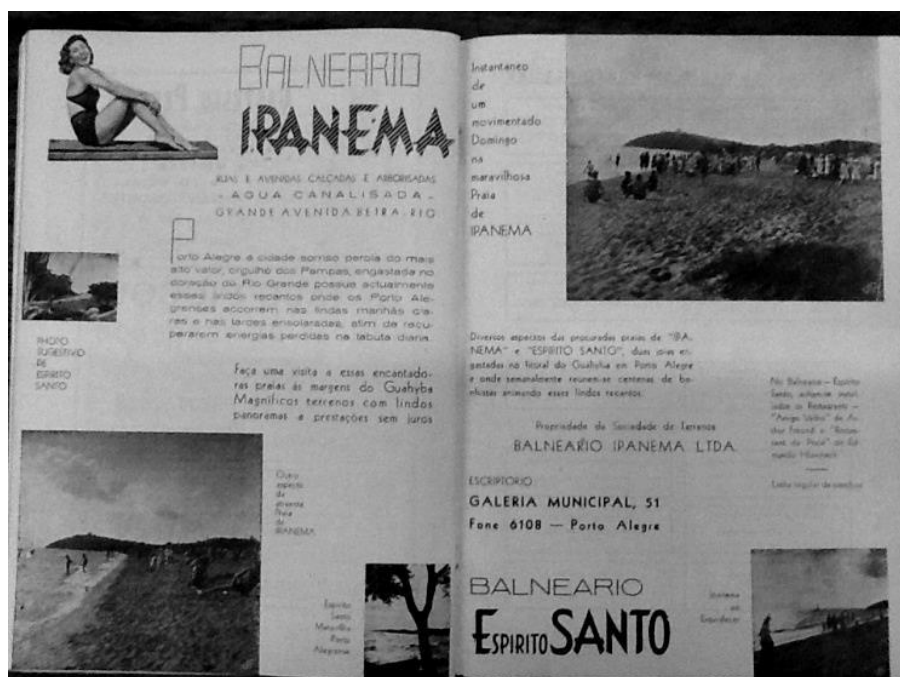
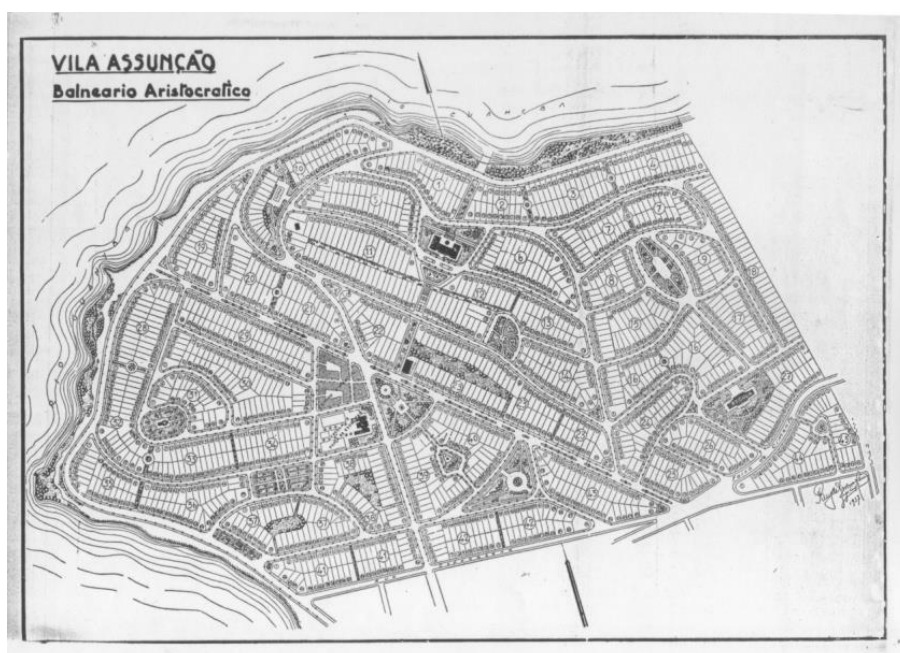


Figura 23. O projeto para o bairro da Vila Assunção, de Eng. Ruy de Viveiros Leiria em 1937, publicado no Boletim da Sociedade de Engenharia (n.º 31, janeiro de 1940).



Em 1930, Oswaldo Coufal e os irmãos Manlio e Ariosto Agrifoglio formaram um grupo de empreendedores – a Sociedade de Terrenos Ipanema Ltda de 1931 – que comprou grande área junto ao Guaíba para fazer um loteamento criando o bairro de Ipanema.⁷O balneário de Ipanema é mostrado na Revista A GAIVOTA da temporada de 1939, “às margens do *Guahyba*”, no ano em que o mesmo Coufal vai criar com amigos a Sociedade Territorial Praia do Imbé Ltda. Foi a loteadora da praia vizinha de Tramandaí, e que teve projeto de L. A. Ubatuba de Faria.

O projeto para o bairro da Vila Assunção, de autoria do engenheiro Ruy de Viveiros Leiria em 1937. O autor afirmava ter recebido influência direta dos urbanistas norte-americanos. Em texto publicado no Boletim da Sociedade de Engenharia (1940, p. 18), utiliza expressões como *foot-walks*, *play-lots* e *play-grounds*. Ao final, faz menção à inspiração nas “belas praias uruguaias”, Pocitos e Carrasco (LEIRIA, 1940, p. 28).

⁷Cf. Janete da Rocha Machado disponível em <janeterm.wordpress.com>. Acesso em 17 de fevereiro de 2013.

3. A MAIOR PRAIA DO MUNDO

Assim se impõe pouco a pouco o gosto pelas vastas praias retilíneas, de onde o olhar pode lançar-se às solidões marinhas, sem ser perturbado pela curvatura da costa. (CORBIN, 1989, p. 140)

O clima do Rio Grande do Sul, exceção no país tropical, foi fator determinante na forma de urbanização dessa região, com suas quatro estações (até então) bem definidas. Os balneários se constituíram como local precisamente de *veraneio*, para acolher a população sazonal que se instalava quase que exclusivamente no verão em sua segunda residência, nos hotéis ou nas colônias de férias⁸. Assim se distingue o processo de urbanização dessa faixa de litoral brasileiro como local de veraneio nos anos trinta e quarenta, em relação às praias das regiões que foram procuradas inicialmente pelas suas condições paradisíacas, como é o caso do litoral catarinense.⁹

Segundo Santos (2005, p. 21), em 1703 o litoral gaúcho era totalmente despovoado. O início da ocupação ocorreu mais tarde no século XVIII, com a presença de pescadores e descendentes de açorianos vindos de Laguna¹⁰. A estrada do litoral, que desde o início daquele século serviu como caminho dos tropeiros que levavam gado de Colônia do Sacramento até

⁸ Na área do turismo são discutidos os conceitos de turista e veranista, os primeiros definidos como aqueles que retornam periodicamente ao mesmo destino. Disponível em: <<http://www.turismo.rs.gov.br/conteudo/2313/pesquisa-revela-que-turistas-ja-superam-veranistas-no-litoral-gaucha>> Acesso em janeiro de 2015.

⁹ Sobre os tempos de ocupação da orla brasileira, ver Macedo (2004, p. 50-57). O autor descreve as etapas de processamento de uma paisagem litorânea típica, da fase zero, do "paraíso", até o tempo 4, da transformação geral, descrição essa que não confere com o processo do Rio Grande do Sul.

¹⁰ Há registros arqueológicos da presença de populações guarani em tempos passados, tendo sido identificados vários sambaquis na região.

a zona de mineração brasileira, passava por Tramandaí e Laguna (PESAVENTO, 2002, p.14). Entre as primeiras sesmarias concedidas no sul estão as do litoral, na área que compreendia Tramandaí e os Campos de Viamão.

A primeira concessão coube ao lagunista Manoel Gonçalves Ribeiro em 1732, na Paragem das Conchas (ao norte do rio *Tramandy*). O mesmo Ribeiro recebeu, 11 anos depois, a doação da sesmaria de Santo Antônio. Ali iria se estabelecer um núcleo de colonos açorianos depois de 1752, base do futuro núcleo urbano de Santo Antônio da Patrulha. A freguesia de Conceição do Arroio (futura Osório) originou-se da região denominada Campos de *Tramandy*, concedidas a Manoel Pereira em 1777, ocupando áreas de Itapeva ao rio Capivari. O povoamento inicial da região se deu por açorianos que se instalaram em Conceição do Arroio por volta de 1773, por portugueses e pelos negros escravos das estâncias originadas das sesmarias. Neste primeiro processo de ocupação por tropeiros, militares e colonizadores foram sendo concedidas as outras sesmarias no litoral. A economia se baseava na agricultura, nas terras de melhor qualidade da zona mais continental, além da pecuária e da pesca. Na região mais ao norte do litoral, no núcleo de Torres, o viajante francês Saint Hilaire registra, em 1820, a presença de espanhóis e indígenas, descrevendo a “choupana” onde foi hospedado. Nessa região se estabeleceram mais tarde (1826) colonos alemães, alguns sem sucesso na intenção de colonização, devido às inóspitas condições do local que permaneceu entregue a comunidades de pescadores. Os colonos alemães se deslocaram para a parte mais continental, no que hoje é o município de Três Forquilhas e Dom Pedro de Alcântara. Finalmente, os colonos italianos se estabelecem na encosta da serra no final do século. (SCHOSSLER, 2013).

Figura 24. Debret: Vista da capela de Torres (São Domingos) a partir do morro do farol, década de 1820.



As sesmarias vão pouco a pouco se transformando em fazendas, que por sua vez são passadas aos herdeiros dos proprietários originais. E são os herdeiros que receberam terras (ou areias) junto ao mar que vão vender às primeiras empresas loteadoras, a partir da década de 1930 (SOARES, 1990, p. 17), as áreas que seriam urbanizadas como balneários. Soares (2000) chama a atenção de que Santo Antônio e Osório foram núcleos formados por açorianos, Torres por colonos alemães e Tramandaí por famílias de origem portuguesa. A pesquisa de Soares estabelece uma cronologia do início dos balneários registrando que Tramandaí, Cidreira e Torres aparecem na publicidade do Correio do Povo antes de 1919, Quintão em 1922 e Capão da Canoa em 1926.

Traçando uma genealogia dos municípios da região, baseada nos estudos de Barroso, a mesma autora informa que o município de Santo Antônio da Patrulha foi “mãe” de Conceição do Arroio, abrangendo a faixa litorânea de Santa Catarina a São José do Norte. E Osório foi o município ao qual pertenceram, em sua origem, os balneários a que esta pesquisa se dedica.



Figura 25. Esquema simplificado da "genealogia" dos balneários do litoral norte referidos neste trabalho, de acordo com a pesquisa de Vera Barroso publicado em Soares (2000, p. 137). As datas referem-se às emancipações dos Municípios.

Figura 26. Os Municípios do litoral norte e o colar de lagoas entre Serra e mar que caracteriza a região.

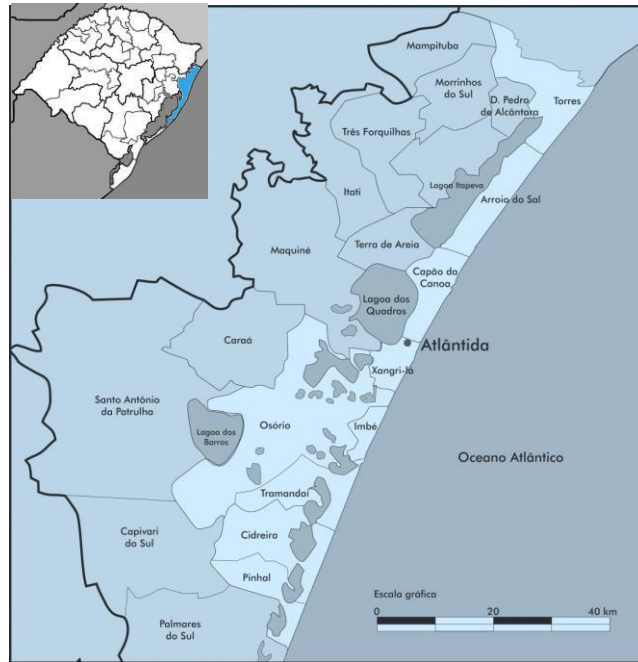


Figura 27. Imagem da longa faixa retilínea do litoral gaúcho, entre Tramandaí (abaixo, junto à barra) e as proximidades de Torres, ao norte.

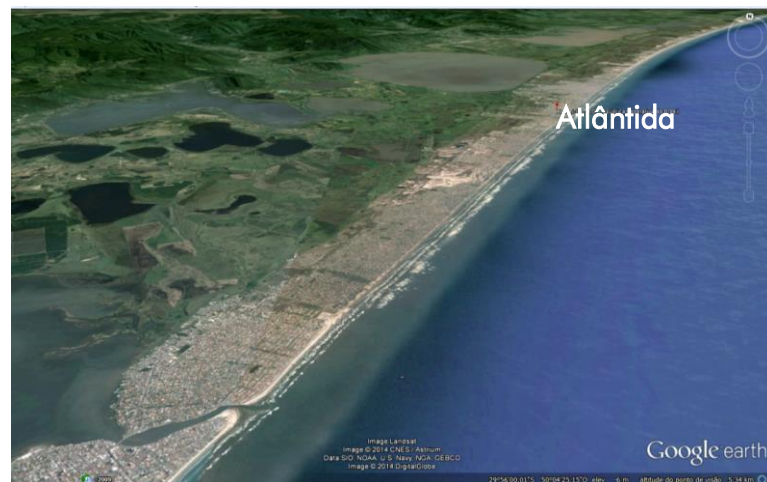


Figura 28. Cena do filme A Última Estrada da Praia, baseado em O Louco do Cati, filmado no litoral gaúcho. Cena que retrata a horizontalidade da faixa desértica sem refúgio contra o forte vento que machuca e movimentam as dunas de areia. O estirâncio como território que afugenta e fascina.



3.1 A CHEGADA DOS VERANISTAS

A ocupação mais efetiva do litoral marítimo do Rio Grande iniciou com os balneários, procurados primeiramente pela função terapêutica dos banhos de mar ainda na segunda metade do século XIX. A paisagem da região vai mudar com a instalação de chalés e hotéis criados para atender à nova população flutuante atraída pela divulgação das propriedades medicinais dos banhos de mar, que se instala temporariamente durante os meses de verão nos futuros balneários de Cidreira, Tramandaí e Torres (STROHAECKER, 2007). Até os anos 1920, eram essas três praias de veraneio as mais referidas na imprensa, todas pertencentes à Conceição do Arroio¹¹, emancipada de Santo Antônio em 1857 e que ganha o nome de Osório em 1934.

Até por volta de 1860 chegavam à Cidreira carretas puxadas a boi carregando veranistas, que se instalavam em precárias casas de madeira cobertas de palha (SCHOSSLER, 2013, p. 115). O médico e antropólogo Edgar Roquette-Pinto registra, em seu relatório de viagem de estudos sobre os Sambaquis das costas do Rio Grande do Sul de 1906, a existência de vinte pequenas “choupanas” de madeira cobertas de palha em Cidreira, que abrigavam porto-alegrenses nos meses de verão. Faz referência também à existência, em Tramandaí, de cem “casinholas” de pescadores, construídas em madeira e cobertas com “tiririca”. Tida como grande centro de pesca, Tramandaí já era reconhecida como estação balneária no verão. (SOARES, 2000, p. 22).

¹¹ A praia de Quintão, pertencente à sesmaria de Quintão, ao Sul de Tramandaí, também aparece nos textos sobre a história dos balneários gaúchos, porém não tem a mesma relevância no processo de urbanização tratado nesta pesquisa.

Figura 29. Banhistas na estação do bonde que fazia o transporte, de cerca de 1 km, entre o centro do povoado de Tramandaí e a praia. Construção de madeira com cobertura de "tiririca".



Figura 30. Cartão postal de 1903, texto impresso em alemão, com foto de carreta e construção em Cidreira.

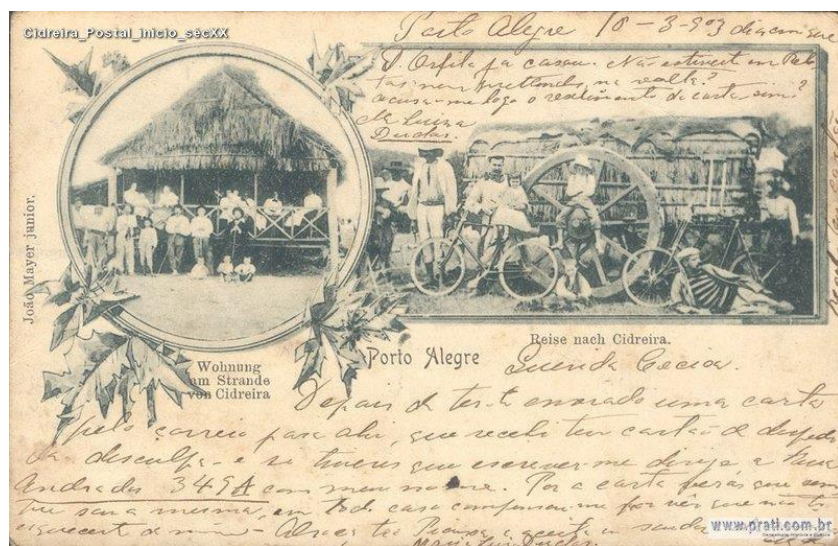


Figura 31. Grupo de banhistas de origem alemã em Tramandaí, em 1922.



A praia mais próxima da capital depois da criação das estradas, e a mais antiga, Tramandaí foi procurada como balneário para a prática da talassoterapia desde a segunda metade do século XIX (SOARES, 2000, p. 34). Havia entre os primeiros banhistas muitos imigrantes alemães e seus descendentes da região de São Leopoldo, o que pode ser explicado pelas práticas aplicadas pelos médicos alemães.

Quanto a Torres, contava com uma paisagem natural que espanta a monotonia da linearidade da costa contígua, antecipando a exuberância do litoral catarinense com suas “penedias”. Talvez por isso e pela maior distância da capital, tenha se tornado a praia mais elitizada, reconhecida como a preferida dos *grã-finos* por muitos anos, até sofrer processo de densificação e verticalização nas últimas décadas e atrair outros públicos. Torres se emancipou de Conceição do Arroio na segunda metade do século XIX, em 1878 (SOARES, 2000).

No filme Vento Norte, primeiro longa gaúcho de 1951¹², a vida de uma colônia de rudes pescadores é retratada tendo como cenário a beira da praia de Torres. A paisagem ventosa e o mar revolto característicos do litoral gaúcho participam daquela história como personagens, mais do que como cenário.

Na década de 1890 tiveram início as viagens regulares de uma empresa de diligências de Porto Alegre, transportando os veranistas que iriam se hospedar nos novos hotéis de Tramandaí: o Hotel da Saúde (1888) e o Hotel Sperb (1898). O proprietário deste último era morador de São Leopoldo, de origem alemã como muitos dos primeiros veranistas

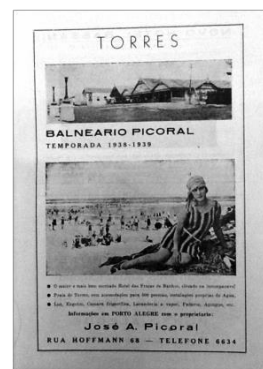


Figura 32. Publicidade do Hotel - ou “Balneário Picaloral” de Torres publicada na Revista A Gaivota da temporada de 1939.

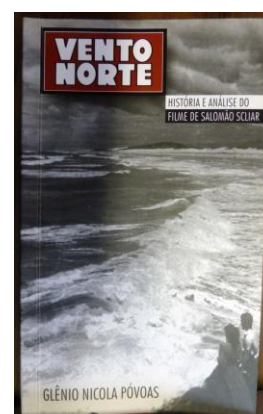


Figura 33. Capa do livro que conta a história e analisa o filme Vento Norte, filmado em Torres em 1951.

¹² Filme que tem história de Josué Guimarães adaptada pelo fotógrafo Salomão Scliar, também seu produtor e diretor. Scliar já havia filmado no litoral, em Capão da Canoa, o documentário *Homens do mar*, de 1944. Segundo Póvoas (2002), José Picaloral filmado um documentário sobre Torres já em 1927.

de Tramandaí. O transporte entre esse povoado e o mar tinha um percurso aproximado de 1 km e era feito inicialmente em carretas, mais tarde por uma linha de bondes.

Para atender os veranistas, que confluíam cada vez em maior número ao litoral, sucederam-se outros hotéis instalados em chalés de madeira, num processo semelhante ao de Cidreira, com o Hotel Atlântico e de Torres, com o Picoral, do pioneiro José A. Picoral. Para atender os veranistas, que confluíam cada vez em maior número ao litoral, sucederam-se outros hotéis instalados em chalés de madeira, num processo semelhante ao de Cidreira com o Hotel Atlântico e de Torres com o Picoral. José A. Picoral, um dos primeiros incentivadores do desenvolvimento daquela cidade de veraneio, inaugurou seu hotel no verão de 1918/19, após comprar o pioneiro Hotel Voges. Tinha a tipologia recorrente dos primeiros hotéis litorâneos: grande chalé de madeira coberto com telhas francesas sediando as funções de hotel e o conjunto de alojamentos distribuídos em outros chalés menores. E foram os hotéis e residências dessa tipologia chalé de madeira que iriam conformar as primeiras vias dos balneários, as primeiras peças a esboçar o cenário incipiente dos veraneios.

Saindo um pouco da região de interesse, é importante fazer referência que ao mesmo tempo, no ano de 1890, nascia no litoral sul do Estado o primeiro balneário gaúcho projetado por iniciativa de empreendedores privados. A então Villa Sequeira em Rio Grande (1890) era estação balnear que reunia imigrantes ingleses, alemães e comerciantes portugueses. Seu projeto tinha a ideia de seguir os moldes de balneários europeus, bem mais aristocráticos que os posteriores do litoral norte.¹³

¹³ No período inicial da década de 1930, as práticas de veraneio também aconteciam na serra gaúcha, por exemplo, no Veraneio Hampel em São Francisco e o Veraneio Blauth em Farroupilha, cuja publicidade usava o discurso terapêutico junto com o do conforto e da diversão (SCHOSSLER, 2013).



Figura 34. Veranistas à frente do Hotel SPERB de Tramandaí, de 1898.



Figura 35. Hotel Picoral de Torres, inaugurado no verão de 1918/19.



Figura 36. Os chalés para hóspedes do Balneário Rio-grandense (ao fundo) criados com a troca de proprietário, de 1942. Um dos exemplos de conjuntos de residências e hotéis de chalés de madeira que conformam as primeiras vias dos balneários.

O desenvolvimento das vias de acesso e dos meios de transporte acompanha essa história de constituição dos balneários, determinando ou sendo determinado por ela. Quando inicia a procura pelos banhos de mar, o trajeto até o litoral era percorrido por carretas puxadas a boi, mais tarde substituídas por serviços de diligências puxadas a cavalo, mais rápidas e confortáveis, geralmente vinculados aos hotéis dos balneários. O caminho mais usado era de Porto Alegre a Palmares, e dali a Cidreira, seguindo então pela beira da praia até Tramandaí e Torres. Outro percurso era o do chamado caminho da serra, futura RS-030, por Gravataí, Glorinha, Miraguaia, Santo Antonio e Osório (SOARES, 2000, p. 95), descrita como o pior caminho.

A procura da praia pela função terapêutica passou gradualmente a ter um propósito mais hedonista em toda costa brasileira nos anos 1920, conforme já tratado no Capítulo 2. No estado gaúcho, essa procura inicial pelo veraneio se deu preponderantemente pela população urbana da capital e das regiões de imigração alemã e italiana.

Em 1921 foi inaugurada a estrada de ferro ligando os portos de Palmares e de Osório. Fazia composição com o trajeto percorrido por via fluvial entre Porto Alegre e Palmares pelo rio Capivari, e entre Osório e Torres pelas lagoas e seus canais de ligação. O chamado Tráfego Mútuo foi sistema intermodal usado como alternativa de transporte de veranistas e de carga que funcionou até o final da década de 1950, importante fator de desenvolvimento da região (STROHAECKER, 2007).

A melhoria das vias de acesso ao litoral foi implementada a partir dos anos 1930, o que veio a facilitar a expansão da implantação dos balneários e foi mais uma das iniciativas de governo no período. Junto com os serviços de fixação de dunas, em sucessivas tentativas no sentido de evitar a

movimentação da areia pelos fortes ventos da região, ventos esses que ameaçavam as construções que se intensificavam. (SOARES, 2000, p. 14).

Voltando à questão dos meios de transporte, esses foram evoluindo das carretas de boi, diligências, ônibus aos automóveis, antes das melhorias das vias de acesso. Ou seja, os primeiros ônibus e carros viajavam sobre caminhos precários antes da criação de estradas.

Um dos pontos complicados das viagens para além de Tramandaí, como Capão e Torres, era a travessia do rio feita por barca ou canoas até a construção da ponte de madeira nos trinta. Essa primeira ponte parece não ter durado mais de oito anos (SOARES, 1990, p. 18). Sua recuperação ainda estava sendo reivindicada na Revista A Gaivota de 1939, em nota que relatava a dificuldade da travessia do rio Tramandaí, onde a barca não conseguia dar conta do grande número de veículos daquele verão. A partir dali a viagem dos carros seguia pela beira da praia, por onde se dava o acesso aos balneários até Torres.

O incremento na procura pelas praias e sua urbanização contou com o auxílio de importante campanha de divulgação na imprensa, em jornais ou revistas como A Gaivota e a Revista do Globo. Antes da melhoria das estradas e como estratégia de divulgação das praias do Atlântico, as empresas de viagens começaram a convidar grupos de jornalistas da imprensa local para participarem de excursões pelos balneários de Cidreira a Torres. Um dos objetivos era de que avaliassem os hotéis e depois publicassem suas impressões nas respectivas revistas de variedades ou jornais, numa estratégia de *marketing* usual até hoje. Em 1931, numa dessas excursões organizadas pela tradicional Exprinter de Porto Alegre, foram relatados vários atolamentos do *Studebaker* que transportava os jornalistas dos principais órgãos da imprensa local (SOARES, 2000, p. 95). Fato



Figura 37. Capa de A Gaivota, temporada de 1939.



Figura 38. Capa Revista do Globo, jan. 1939.



Figura 39. Capa Revista do Globo, jan. 1953.

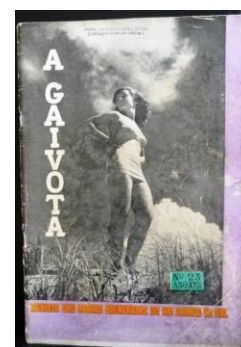


Figura 40. Capa de A Gaivota, temporada de 1955.

que comprova que as condições das viagens ao litoral a partir de Porto Alegre e de outras regiões eram extremamente precárias até a década de 1940.

Por essa época, em 1934, os anúncios publicitários das novas empresas de transportes de passageiros em ônibus (Expresso do Nordeste e Jaeger em 38) de Porto Alegre indicavam Quintão, ao sul de Cidreira, e Capão da Canoa entre seus destinos, além dos tradicionais Tramandaí, Cidreira e Torres (SOARES, 2000, p. 101).

No romance *O Louco do Cati* publicado em 1942, Dyonelio Machado descreve uma viagem de um grupo de amigos que se inicia em dezembro de 1935, percorrendo as praias de Quintão a Torres que nos interessam, passando ou pernoitando nos cinco balneários tratados até aqui. O grupo sai de Porto Alegre em excursão de caminhão até o mar, passando por Palmares. Ex-preso político, o autor traça em seu romance várias metáforas sobre a ideia de modernização posta em prática na ditadura populista de Vargas. Como a construção de novas estradas para o transporte rodoviário, estimulando o uso do automóvel. Expõe com ironia as condições da estrada de ligação com o mar, tão esperada, mas ainda inacabada, uma referência à RS030 que ligou Porto Alegre a Osório no final de 1938.

Andava-se a construir a ligação com a costa do mar.
Estrada muito esperada. Obra definitiva.

O homem da bomba abanou a cabeça numa informação céptica.

- Até onde se vai?

A falar a verdade não 'se ia' a parte alguma. A estrada era construída aos trechos. Entre uns e outros, grandes espaços intransitáveis – o arcabouço desnudado do leito, constituído de seixos agudos (um veneno para qualquer pneu), os desvios de emergência. (MACHADO, *O Louco do Cati*, 2003, p. 21)



Figura 41. Publicidade de Capão da Canoia na Revista do Globo em 1939, mostrando os meios de transporte, as construções e as atividades do veraneio.



Figura 42. A ponte sobre o rio Tramandaí, construída para facilitar a passagem para os balneários localizados mais ao norte.

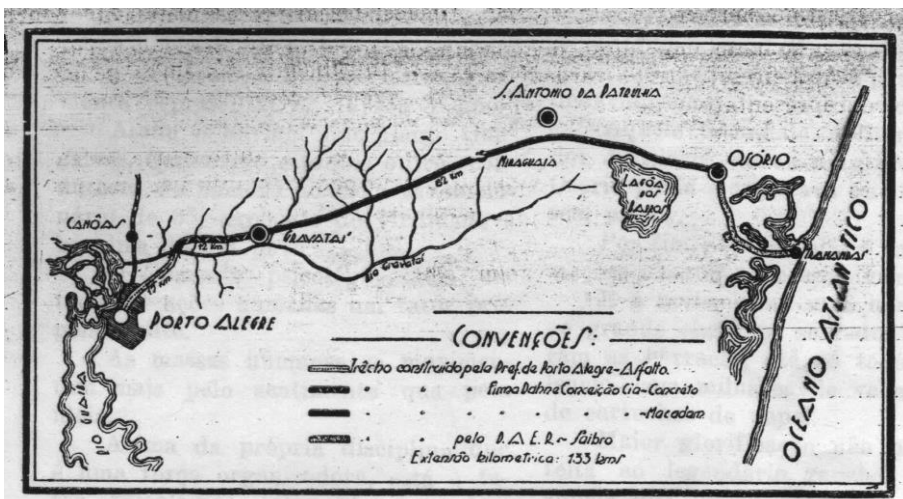


Figura 43. Mapa da estrada RS-030, ligação entre Porto Alegre e Tramandaí, construída em etapas e inaugurada em final de 1938. A legenda indica os tipos de pavimentação dos vários trechos. Publicada no Boletim da Sociedade de Engenharia em julho de 1939.

3.2 TROCA DE CENÁRIO

A mudança dessa condição é festejada em dezembro de 1938, quando foi inaugurada a RS 030 ligando Porto Alegre a Tramandaí, via Gravataí e Osório. A inauguração foi noticiada no Boletim da Sociedade de Engenharia de 28/29 de julho de 1939, que trazia o relatório das obras efetuadas. Na verdade o trecho entre Porto Alegre e o rio Gravataí, em asfalto, e os 12 km deste até a cidade de Gravataí, em concreto, já estavam finalizados. A estrada “macadamizada” entre Gravataí e Osório, e o trecho de 22 km em saibro entre Osório e Tramandaí é que completaram a ligação capital / litoral.

A criação de estradas para facilitar o transporte individual, de automóvel ou de coletivo rodoviário (que já vinha acontecendo desde 1930), a possibilidade do “chefe de família” passar os fins de semana com a família e o fomento à ideia de casa própria para segunda residência foram iniciativas governamentais do tempo do Estado Novo. Junto com a criação das leis trabalhistas e das férias remuneradas, essas iniciativas deram outro impulso ao processo de urbanização da região, que teve nas operações imobiliárias privadas seu padrão regular de consolidação.

Segundo Strohaecker (2007, p. 74), “os investimentos estatais nas primeiras décadas do século XX foram importantes balizadores para o desenvolvimento da região”, permitindo o acesso de investidores no mercado de terras do litoral. No final dos anos 1930, antigas fazendas oriundas das primeiras sesmarias começam a ser vendidas para empresários loteadores. Tais loteamentos se caracterizavam como empreendimentos imobiliários privados, visando incentivar a construção de segunda residência e previam a instalação de programas para atender as “necessidades” dos veranistas: ócio, repouso, lazer e diversão e

as novas formas de relações sociais que delas implicam: os hotéis-cassino, os clubes e as colônias de férias.

De acordo com as fontes pesquisadas, um exemplo inicial de empreendimento imobiliário de loteamento construído a partir do zero foi o balneário de Imbé, junto ao Rio Tramandaí. Em 1939, ano da publicação do projeto de Ubatuba de Faria para a primeira Atlântida, parte das terras do falecido comerciante sírio de Tramandaí, Jorge Mury¹⁴ foi vendida por sua viúva para três veranistas da procurada Tramandaí. Os amigos Cezar Bergamaschi, corretor de imóveis de Porto Alegre, o médico Alfredo Rodolfo Mariath e o engenheiro Osvaldo Coufal¹⁵ criaram a Sociedade Territorial Praia de Imbé Ltda. Até então, o Imbé era “campo, areia e banhado”, um “descampado com ranchinhos de palha a beira do rio” (SOARES, 1990, p.19), na outra margem da barra do rio Tramandaí.

O loteamento inicial teve projeto do engenheiro Luiz Arthur Ubatuba de Faria, personagem que se destaca no sistema de constituição do urbanismo como disciplina no Rio Grande do Sul e, em particular, no processo da urbanização planejada no litoral do Estado. Com traçado radioconcêntrico inspirado nas cidades jardim, tema desenvolvido adiante, Imbé foi implantado a partir de 1941. Numa configuração que lembra o centro do conhecido projeto do engenheiro para um novo bairro operário de Porto Alegre em 1933, na Várzea do Gravataí. O Imbé caracterizou-se por atender veranistas de renda mais elevada, em comparação e contraste com a já consolidada e mais modesta Tramandaí. Não só neste caso, há na procura pelas praias uma estratificação dos grupos sociais, desde os que se deslocavam até

¹⁴ Jorge Mury foi imigrante sírio, comerciante e proprietário de vasta extensão de terras que havia adquirido na região, origem dos futuros loteamentos, a partir de sua morte em 1939.

¹⁵ Osvaldo Coufal também participou da empresa que loteou o balneário Ipanema em Porto Alegre.

a mais distante e elitizada Torres, até aqueles que procuravam as mais populares, cujo melhor exemplo é Tramandaí.

Como de hábito, o balneário do Imbé contou com seu Cassino, ali instalado no Hotel Picoral, de mesmo nome do antigo hotel de Torres, e que atraiu hóspedes de Porto Alegre por vários anos¹⁶. Foi construído em alvenaria na mesma avenida Rio Grande que margeia o rio, onde estavam implantadas as primeiras casas dos empreendedores e de outros veranistas, em sua maioria profissionais liberais.

Como a implantação de Imbé foi posterior, pode-se supor que a elaboração do projeto, ou até a contratação do engenheiro, tenham acontecido após a publicação do anteprojeto da primeira Atlântida, em outubro de 1939. O mesmo que havia sido entregue para aprovação do Interventor Estadual em maio daquele ano.

Rompendo com a ordem cronológica seguida até aqui, a apresentação do projeto da Atlântida de 1939 fica transferida para o capítulo que trata das duas Atlântidas, principal foco da pesquisa. De volta ao verão de 39, este parece ter sido um grande ano no decurso dessa história da constituição dos balneários gaúchos. A inauguração da RS030 vai detonar um *boom* na procura pelas praias, até ali despreparadas para receber tantos veranistas. A precariedade das instalações e a falta de estrutura urbana e de serviços tornam-se então mais evidentes e vão desencadear algumas ações de governo, antecedendo a criação do órgão específico para regular o assunto.

Foi também nesse ano que apareceu na cena do litoral o grande protagonista do processo de urbanização planejada da região, o engenheiro Ubatuba de Faria.

¹⁶ Funcionou como Cassino até a proibição do jogo em 1946, e a partir daí tentou manter-se apenas como hotel. Adquirido pela Sociedade de Engenharia, ficou conhecido durante anos como Hotel dos Engenheiros, mesmo depois de abandonado. (SOARES, 1990, p. 28).



Figura 44. Planta esquemática de divulgação do Balneário do Imbé. Em destaque o centro proposto por Ubatuba, com vias concêntricas a partir do eixo da avenida, disposto na direção leste-oeste.

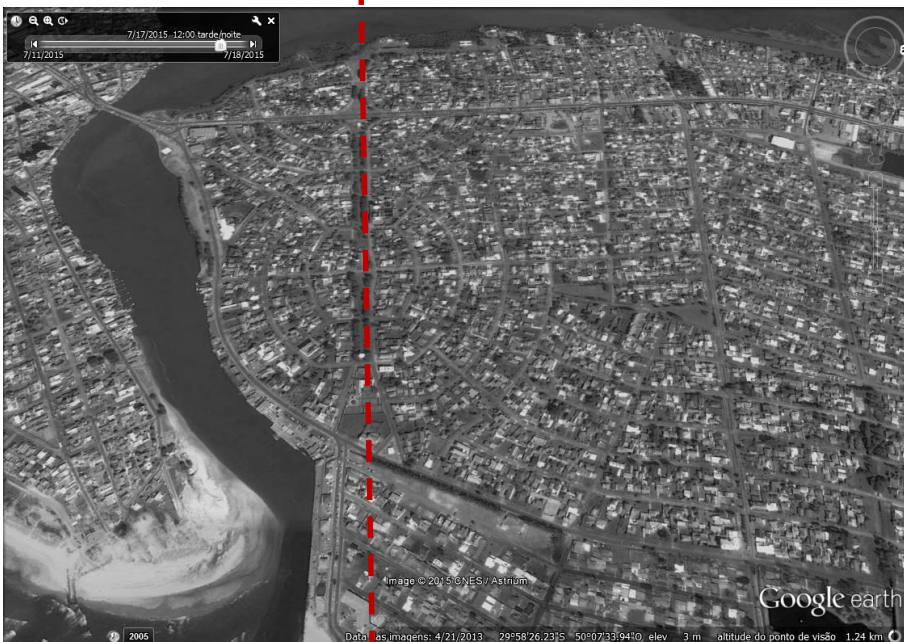


Figura 45. Imagem de satélite do centro original do Imbé, projeto de Ubatuba de Faria de 1939, implantado em 1941 na margem do rio Tramandaí, junto à barra.



Figura 46. L. A. Ubatuba de Faria, s/d.

3.3 O PROTAGONISTA

Luiz Arthur Ubatuba de Faria (1908-1954) foi divulgador do urbanismo no estado e iria atuar como engenheiro chefe do futuro Departamento de Balneários Marítimos. Autor do “Ante-projeto de Atlântida Cidade balnear” em 1939, do plano do balneário efetivamente executado em 1952, e de diversos projetos de loteamentos, planos e intervenções parciais para o litoral, como Imbé, Capão da Canoa, Tramandaí e Oásis, Ubatuba merece uma referência mais detalhada neste trabalho.

Dono de personalidade versátil, engenheiro atuante na área de urbanismo, foi figura reconhecida e respeitada no meio profissional e no noticiário local. Funcionário da Prefeitura de Porto Alegre, formado na Escola de Engenharia em 1932 e adepto da Igreja Positivista (ROVATTI, 2001), enquanto estudante trabalhou como topógrafo assistente do município de Porto Alegre. Iniciando sua carreira como engenheiro e urbanista municipal presenciou a visita à cidade do urbanista francês Donat Alfred Agache¹⁷, no final de 1929. (ROVATTI, 2001, p. 51).

Nomeado engenheiro chefe da Seção de Cadastro da Prefeitura em 1935, Ubatuba trabalhou na elaboração de vários planos e estudos urbanos para a capital do estado, alguns deles ao lado de seu colega na Prefeitura, Edvaldo Pereira Paiva, durante a década de 1930. Foi grande divulgador do tema na imprensa local para um público não especializado e em palestras para profissionais.

¹⁷ Agache, integrante da Société Française des Urbanistes – SFU, foi autor do trabalho “Cidade do Rio de Janeiro, Extensão, Remodelação, Embelezamento” onde são debatidas técnicas e teorias de urbanismo.

Formado quando ainda não existiam cursos de arquitetura na cidade, foi como docente que esteve desde cedo ligado aos primeiros arquitetos formados no Curso de Arquitetura do Instituto de Belas Artes (IBA), criado em 1944, e do Curso de Urbanismo do mesmo Instituto, de 47 a 48, entre os dois projetos de interesse nesta pesquisa. A carreira de Ubatuba se enquadra na constatação de Leme (2005, p. 20), de que houve uma “[...] especificidade na atuação do profissional de urbanismo e de planejamento urbano no Brasil[...]”, que se vinculava profissionalmente às instituições de ensino e ao serviço público, em estruturas administrativas também em formação, sustentando o debate entre discurso, proposta e realização.

Não só como diletante, sua habilidade como fotógrafo contribuiu em seu trabalho de urbanista, como se constata nos trabalhos para as duas Atlântidas. Ubatuba utilizou, para ilustrar o Memorial do Plano de 1939, algumas fotos do terreno. Mais tarde Ubatuba fotografaria os operários das obras de implantação de Atlântida, em 1952.¹⁸

Voltando ao fato de Ubatuba ter sido colaborador da Igreja Positivista de Porto Alegre, esta é uma questão muito esclarecedora sobre algumas posições assumidas em seu discurso no memorial do anteprojeto de 1939. A explicação que Souza (2010, p. 22) dá para a relação que se cria entre os engenheiros de Porto Alegre e o Positivismo no início do século XX abrange dois aspectos. Por um lado, a convicção de que podiam modificar através da religião os comportamentos da população, cumprindo, assim, sua função social, e de outro, que por meio do serviço público poderiam efetuar mudanças e, com

¹⁸ A confirmação da autoria das fotos foi obtida na leitura de trecho da Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional no PROPUR, em fase de elaboração: A fotografia de Luiz Arthur Ubatuba de Faria: o olhar do urbanista, de Thais Menna Barreto.

a contribuição da ciência, os detentores do saber enfrentariam qualquer problema na direção do progresso. Essas convicções são reiteradas pelo engenheiro Ubatuba na apresentação de seu projeto da “cidade balnear”.

Os estudos que realizou ao lado do Engenheiro Edvaldo Pereira Paiva foram apresentados na exitosa Exposição de Urbanismo amplamente divulgada na imprensa local. A partir da repercussão da Exposição (realizada entre 3 de abril e 3 de dezembro de 1936), Ubatuba foi procurado para elaborar planos e projetos para órgãos públicos e para empresas privadas. Os estudos viriam a ser organizados e publicados em 1938 com o nome de Contribuição ao Estudo da Urbanização em Porto Alegre¹⁹, quando Ubatuba volta ao noticiário.

Há uma lacuna nas notícias nos jornais arquivados pela sua família²⁰ sobre trabalhos elaborados por ele para a Prefeitura de Porto Alegre após 1938. Justamente quando seu nome vai começar a aparecer associado aos projetos para balneários. O que pode levar a concluir que seu desligamento da Prefeitura ocorreu entre 1937 e 1938, como afirmam Rovatti (2001) e Marques (2012). Os registros encontrados sobre a sua atividade profissional a partir de 1939 referem-se ao seu trabalho para os balneários do litoral do Rio Grande do Sul, seja como autor de projetos privados, como o de Atlântida, seja como técnico do Departamento de Balneários Marítimos.

¹⁹ Sobre Edvaldo Pereira Paiva ver a tese de Rovatti (2001). Sobre a Contribuição ao Estudo da Urbanização em Porto Alegre e outros planos para Porto Alegre ver também a tese de Abreu F^o (2006).

²⁰ Parte de cópia desses arquivos, cujos originais estão sob a guarda dos filhos de Ubatuba, foi gentilmente cedida para pesquisa por João Rovatti.

3.4 O DEPARTAMENTO DE BALNEÁRIOS MARÍTIMOS

Em 1934, no período do primeiro governo Vargas, a Constituição Federal

“[...] apresenta inovações significativas nesse contexto de transição econômica, incorporando uma legislação trabalhista caracterizada por conquistas históricas aos assalariados urbanos como o estabelecimento dos salários mínimos regionais, a jornada de trabalho de oito horas, o descanso semanal, as férias anuais remuneradas, a regulamentação das profissões, entre outros dispositivos.” (STROHAECKER, 2011, s/p)

Com o Estado Novo implantado em 1937, Getúlio Vargas passa a centralizar o poder e governar por meio de decretos-lei. Nomeia como interventor no estado do Rio Grande do Sul o gaúcho Cordeiro de Farias, que fica no cargo até 1943. Responsável pela criação do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) em 1938 e do Departamento Estadual de Saúde (DES), Cordeiro²¹ priorizava as questões de transporte e a criação de estradas, sintonizado tanto com a política de integração nacional de Getúlio como com os princípios sanitaristas. Interventor Federal de 1938 a 1943, atuou dentro da política do governo Vargas de ampliar a rede rodoviária brasileira.

A intervenção do Estado no campo político, jurídico, econômico, social e cultural vai permear os anos trinta até meados dos anos quarenta, num contexto econômico recessivo e repleto de incertezas quanto ao futuro do país. Getúlio Vargas adota medidas centralizadoras de gestão, dissolve o Congresso Nacional e os partidos políticos,

²¹ Cordeiro de Farias ingressou na FEB a caminho da Itália em 1943, sendo substituído como interventor por Ernesto Dornelles, iniciado o período de redemocratização do país. (PESAVENTO, 2002, p. 119).

substitui os governadores por interventores nos estados, passa a comandar o país através de inúmeros decretos-leis, numa demonstração inequívoca de poder intervencionista. (STROHAECKER, 2007, p.155)

A falta de planejamento e as más condições de infraestrutura e saneamento dos balneários tradicionais levaram a Secretaria de Obras Públicas do Estado a assumir mais diretamente o seu papel a partir de 1940²², antes da criação do Departamento de Balneários Marítimos (DBM).

A fiscalização e regulamentação dos loteamentos para segunda residência se inicia com a criação de normativas para organizar os balneários. As condições gerais para construção de balneários foram estabelecidas pelo Decreto lei n.º 2 de 27 de janeiro de 1940. De forma sucinta, com quatro artigos, o decreto define a exigência de aprovação prévia de plano de organização e obras. Também faz referência à licença exclusiva para exploração de jogos pela empresa concessionária, pelo prazo de dez anos. Define que a fiscalização do Estado será feita com relação às condições de higiene, conforto e segurança.

No mesmo ano, em 13 de setembro, o município de Osório publica o Decreto lei n.º 5, que dispõe sobre a “construção e organização dos balneários” de forma mais detalhada. Osório era então o município ao qual pertencia a maioria dos balneários do litoral Norte. O art. 1º define que a construção dos balneários por empresas particulares deveria ser previamente submetida à aprovação dos respectivos planos pelo governo do estado, sem discriminar por qual departamento. Na verdade, na memória do projeto de 1939, há menção a medidas enérgicas que já teriam sido tomadas pelo governo, por meio do

²²Segundo Soares (2000, p.18), as iniciativas do Governo iniciam com os serviços para fixação de dunas em 1918, passando a fazer experiências de arborização e de instalação de cercas tipo esteiras de “firirica” ou junco, sustentadas por taquaras, instaladas nos topos dos cômoros, com bons resultados, de Torres ao Quintão.

seu Departamento de Higiene, no sentido de atacar a situação “desoladora” dos hotéis (UBATUBA de FARIA; MOACYR, 1939, p. 273). Além de determinar as formas de apresentação necessárias para aprovação, indicava que os traçados deveriam obedecer aos preceitos do urbanismo peculiares àquele tipo de aglomeração, quanto à largura das ruas. Demonstrava a orientação relativa aos ventos dominantes e insolação de fachadas e porcentagem de área para arborização de vias (40%), estipulava área mínima de 5 ha de parque em área central. Também estabelecia distância limite para localização de colônia de férias, entre outras questões de abastecimento e saneamento. Exigia a criação de via pavimentada ligando à estrada mais próxima, a prestação de serviços de remoção de lixo, salva-vidas, drenagem, iluminação pública, arborização de parques, praças e vias. As empresas tinham direito de explorar por quinze anos os serviços de água, luz, esgotos, lixo e transporte coletivo, além da exploração de postos de gasolina, quando então eles seriam encampados pelo município. E definia os “direitos e favores” que caberiam à empresa concessionária: o ônus das indenizações para as desapropriações, isenção de impostos e taxas para os imóveis da empresa também por quinze anos. Como curiosidade e de interesse para a pesquisa é a disposição do artigo n. 21 sobre o Código de Posturas que seria promulgado também para “[...] garantir-lhes as condições estéticas e higiênicas.” (UBATUBA de FARIA; MOACYR, 1939, p. 273). Bem ao gosto dos engenheiros sanitaristas, como o atuante Saturnino de Brito.

Os instrumentos de controle federais que condicionaram os projetos para loteamentos, anteriores aos locais, foram o Decreto-Lei nº 58 de 10 de dezembro de 1937, regulamentado pelo Decreto nº 3.079, de 15 de setembro de 1938, que “dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações”. Definiam, entre outras, as exigências

da documentação a ser apresentada pelos empreendedores para aprovação e registro dos loteamentos.²³

A data precisa e oficial da criação do Departamento de Balneários Marítimos (DBM) não foi encontrada na pesquisa²⁴. Pode-se deduzir, mais uma vez pelo noticiário local, que ocorreu entre os verões de 1941 e 1942. Tinha por função fiscalizar os balneários e hotéis, aprovar os projetos de loteamentos e “[...] subsidiar o governo estadual na adoção de medidas para o desenvolvimento dos balneários gaúchos.” (STROHAECKER, 2011, s/p).

Em artigo intitulado Saneamento e Urbanismo publicado no Correio do Povo em 1º de maio de 1941, portanto depois de elaborar o anteprojeto da cidade balnear de Atlântida, de projetar o loteamento do Imbé e antes de viajar ao Uruguai, Ubatuba expõe os princípios do urbanismo que pratica. Reivindica a criação de um órgão técnico para “reger e orientar todas as *actividades* subordinadas ao *thema* de urbanização”. Destaca a finalidade sociológica dos planos urbanísticos e o caráter altruísta do urbanismo. E prioriza o saneamento e o abastecimento de água potável como condições para alcançar o “bem estar *collectivo*”. Coletividade e urbanismo como ciência altruísta são conceitos que Karl Brunner utiliza em seu Manual de Urbanismo publicado justo em 1939 (ROVATTI, 2001, p.141). O

²³ A documentação exigida incluía: I. Memorial contendo “descrição minuciosa da propriedade loteada, [...]; b) relação cronológica dos títulos de domínio, desde 20 anos,[...]; c) plano de loteamento, de que conste o programa do desenvolvimento urbano, [...];- Planta do imóvel, assinada pelo proprietário e pelo engenheiro que haja efetuado a medição e o loteamento e com todos os requisitos técnicos e legais; indicadas a situação, as dimensões e a numeração dos lotes, as dimensões e a nomenclatura das vias de comunicação e espaços livres,[...]; Exemplar de caderneta ou do contrato-tipo de compromisso de venda dos lotes.”

²⁴ A pesquisa em fontes primárias sobre a documentação oficial do Estado lamentavelmente ficou prejudicada pela impossibilidade de acesso aos arquivos da Secretaria de Estado, responsável por sua guarda. Atualmente desestruturada, a Biblioteca da Secretaria de Obras do Estado foi durante muitos anos uma rica fonte utilizada por pesquisadores do urbanismo no Rio Grande do Sul.

desenvolvimento do altruísmo e da sociabilidade também era meta a ser atingida pela ciência segundo os preceitos da Igreja Positivista.

Muito se tem dito e repetido que fazer urbanismo não é traçar plantas estheticas. Urbanizar é realizar obra sociológica, adaptando a estrutura material de uma cidade ao grau de civilização do homem que a habita. [...] O traçado expressa, concretamente, as conclusões a que chegou o urbanista das possibilidades de aproveitamento do território, tendo em vista o elemento humano que o vai occupar. [...] e cabe aos technicos coordenar e satisfazer esses ideaes collectivos [sic]. (UBATUBA de FARIA, 1941).

E numa demonstração da preocupação corrente de afirmação da disciplina do urbanismo como ciência:

E assim, o Urbanismo Regional não consistirá em apresentar traçados agradaveis aos olhos, mas uma sciencia capaz de solucionar problemas urgentes de caracter nacional [sic]. (UBATUBA de FARIA, 1941).

Em julho de 1941, a Folha da Tarde noticia que o governo havia convocado proprietários de hotéis e pensões dos balneários das “praias do Atlântico” para estudar exigências mínimas de saneamento a serem implantadas para o próximo verão. Em reunião presidida pelo interventor, Cordeiro de Farias, há referência à aprovação de projetos de construção pelo órgão que “superintenderá as questões urbanísticas dos nossos balneários”. (CONVOCADOS..., 1941). Ubatuba estava presente, sendo identificado na reportagem ainda como engenheiro urbanista da Municipalidade. Do que se depreende que o Departamento ainda não estava estruturado.

Um ano depois, em 2 de julho de 1942, o Correio do Povo (A URBANISAÇÃO [sic]..., 1942) noticiava que Cordeiro de Farias estava empenhado em “dotar o Estado de estações balneárias perfeitamente saneadas e salubres em substituição

das que existiam, que se apresentavam longe de satisfazer estas exigências”, numa primeira referência encontrada de que estava criado assim o DBM. Cujo engenheiro chefe, L. A. Ubatuba de Faria, teria seguido para Montevideu no dia anterior. O DBM trabalharia em conformidade com o DES, um cuidando da construção e urbanização dos balneários e outro das questões de saúde propriamente dita. Há alusão ao fato de que já teriam sido proveitosas algumas medidas tomadas por este órgão no verão anterior, 1941/42, donde se conclui que o Departamento já estava criado naquela temporada. A Direção do DBM, segundo Ubatuba declara à Folha da Tarde em 28 de julho (PARA ORIENTAR..., 1942), coube ao Secretário da Interventoria Federal, Ibanez Verney, que também participaria da visita ao Uruguai.

O objetivo da viagem era o estudo da organização das estações balneárias uruguaias, as melhores da América em conforto e em “beleza arquitetônica”. O Uruguai era modelo de turismo balneário, atraindo veranistas de outros países americanos, principalmente os argentinos. O então embaixador brasileiro naquele país, Batista Luzardo, teria contatado a *Comisión Nacional de Turismo* - CNdT, que serviu de modelo para os administradores e para o técnico gaúcho.²⁵ Tinha como objetivo fortalecer a imagem do Uruguai como país turístico, avançando além da já bem sucedida condição de Montevideu como “*ciudad balneário*”. Para cumprir essa missão, se estabeleceu vinculada ao Ministério de Relações Exteriores do Uruguai, e nela atuavam representantes dos setores público e privado. (CUNHA et al., 2012).

O engenheiro volta vinte e poucos dias depois, “trazendo copioso material para os estudos iniciados”

²⁵ Criada em 17/08/33, institucionalizou a atividade turística no país.

(ORGANISAÇÃO [sic] ..., 1942). Nota-se que nas referências à viagem de Ubatuba ao Uruguai e sua pesquisa junto à CNdT, é enfatizada a eficiência do país vizinho na exploração do turismo como fonte de receita. Uma das medidas da Comissão que Ubatuba relata na volta, valorizando essa questão, são os empréstimos hipotecários para estimular a construção de hotéis, com uma taxa de juros de 4% e prazo máximo de trinta anos. A fixação de dunas, o florestamento, a restrição do número de balneários e o incremento da casa própria são outros temas introduzidos como medidas necessárias para o sucesso do empreendimento. Vem de lá, também talvez, a ideia da cessão de terrenos pelo governo para construção de colônias de férias.

O relatório extenso e ilustrado que Ubatuba apresentou na volta do Uruguai registrava as observações da sua visita e incluía sugestões de providências que poderiam ser tomadas ainda para o próximo período de veraneio, em especial por ações de saneamento. Foi entregue ao diretor Ibanez e posteriormente encaminhado ao Interventor do Estado. Ainda então o noticiário se refere a Ubatuba como engenheiro urbanista da Prefeitura Municipal (REGRESSOU..., 1942).

Embora seja fácil de reconhecer no discurso e no noticiário local uma intenção governamental de atrair turistas para o nosso litoral, as medidas tomadas com a criação do DBM tinham como objetivo assumir a organização dos balneários existentes que vinham crescendo desordenadamente e reforçar a sua função de local de veraneio. Segundo o Correio, o marco inicial dos serviços do novo Departamento seria um plano de melhorias para a muito procurada praia de Capão da Canoa “[...] ponto de afluência de milhares de pessoas.” (ORGANISAÇÃO [sic] ..., 1942).

Não escondendo a intenção de “rivalização com as praias uruguaias”, foi divulgado na imprensa que o diretor da

CNdT, Horácio Arredondo, propunha a criação de uma “boa estrada” ligando Jaguarão a Porto Alegre como primeiro passo para um intercâmbio turístico eficiente entre Rio Grande do Sul e Repúblicas do Prata²⁶. Demonstrando a intenção inicial do governo de fomentar essa atividade e transformar as nossas praias, ou “nosso arcaico sistema de balneários” (DESENVOLVIMENTO ..., 1942), em atrações turísticas, e conseqüentemente fonte de recursos.

Enquanto isso, na iniciativa privada, as ações continuavam: no mesmo ano da viagem de Ubatuba ao Uruguai, em 1942, constituiu-se a Empresa Territorial Capão da Canoa Ltda.²⁷ Adquiriu uma área de propriedade do filho de Jorge, Alberto Mury, que se estendia do mar até a Lagoa dos Quadros, para implantar o loteamento. Alberto Mury era proprietário de grandes glebas herdadas do pai (mais de 700 ha). Foi também o construtor e proprietário do Hotel Riograndense, junto à foz do Arroio Pescaria, em 1928.

Algumas publicações sobre a história do balneário mostram uma perspectiva a voo de pássaro do loteamento de Capão que traz a assinatura de J. Millander, sem data. Teria sido elaborada no período em que o DBM já estava criado. A informação contida no noticiário local, de que na volta do Uruguai Ubatuba declarou que a primeira ação do Departamento seria executar melhoramentos para Capão, pode induzir à conclusão de que o loteamento contou com a sua orientação já como técnico do DBM, como observa Strohaecker

²⁶ A ponte Barão de Mauá, que liga a cidade de brasileira de Jaguarão com Rio Branco no Uruguai, foi construída no final dos anos 1920 e é patrimônio cultural binacional tombado pelo IPHAN.

²⁷ Os três sócios eram José Agostinelli, Ramiro Correa da Silva e Alberto Diniz Mury, este último filho de Jorge Mury proprietário das terras. (SANTOS, 2005)

(2007, p.198). A autoria do plano, no entanto, não foi confirmada²⁸.

O discurso de Ubatuba trazia a ideia de construção de bons hotéis com “finalidades sociais e eugênicas”. As melhorias propostas por ele também visavam fomentar a construção da casa própria como segunda residência. De cunho higienista, introduz a ideia de criação de colônias de férias. Os balneários passam a ser vistos como lugares de sociabilidades e aproveitados como espaços de lazer, descanso e diversão, sempre ressaltando a ideia de atender a uma função social: ricos e pobres poderiam desfrutá-los.

Em dezembro de 1943, data que se aproxima do período de veraneio, Ubatuba profere outra conferência de noventa minutos na Sociedade de Engenharia (BALNEÁRIOS ..., 1943), onde mostra projetos para nossos balneários. Pelo que se depreende do noticiário, as explanações de Ubatuba seguem a mesma linha do que ele havia antecipado no anteprojeto de 1939. Como novidade, apresenta um mapa que ilustra uma proposta de divisão do litoral do Rio Grande do Sul com a finalidade de organizar estudos e gestão da região. São duas zonas de influência: a norte, com 72 municípios, entre eles Torres, Capão e Tramandaí e seus 2.800.000 habitantes; e a sul, com 14 municípios e 500.000 habitantes, incluindo o Cassino e Chuí, essa última apresentada como a zona preferida pelo turismo argentino. A intenção de atrair turistas de fora do Estado e de competir com os balneários uruguaiois é explícita nas reportagens e no discurso oficial.

Naquela ocasião foram indicadas três propostas de intervenção, uma delas a criação de um porto em Tramandaí

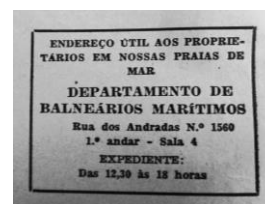


Figura 47. Anúncio publicado na edição da temporada de 1962 da Revista A Gaivota, comprovando que até aquela data ainda estava em funcionamento o Departamento - DBM.

²⁸ No processo do loteamento do balneário arquivado no Escritório de Registro de Imóveis de Osório, há documentação para a implantação da Gleba B, que faz referência ao loteamento aprovado anteriormente, não localizado.

que previa a construção dos molhes na barra do rio, para o qual já teria sido elaborado projeto por Jorge Porto, responsável pela Diretoria de Serviços Hidrográficos. Estavam previstos estaleiros, cais, comércio e indústria extrativa da pesca, sal e madeira; e ao mesmo tempo a melhoria das condições para os veranistas. (TRAMANDAÍ ..., 1944).

Não foi levantada a data exata da extinção do DBM, mas pelo menos até 1962 estava em funcionamento, conforme se verifica em anúncio da Revista A Gaivota.

Imperfeições da memória ou falhas de documentação

Uma informação consolidada, que aparece repetidamente na bibliografia sobre as origens do urbanismo no Rio Grande do Sul faz referência à participação de Ubatuba (e Paiva) em curso de especialização em urbanismo do Instituto de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura de Montevideu, enviados por iniciativa da Prefeitura de Porto Alegre no início dos anos quarenta.²⁹ Inclusive em relatos do então estudante de arquitetura daquela instituição, o gaúcho Demétrio Ribeiro. Porém não foi encontrada comprovação sobre essa atividade na imprensa local, que habitualmente noticiava as atividades desses técnicos. Outras questões colocam em dúvida aquela informação propagada, primeiro: que a data referida é sempre o início da década, quando teriam sido enviados a Montevideu pelo Prefeito por sugestão de Arnaldo Gladosch, com o objetivo de qualificar o corpo técnico municipal. Nessa data, segundo se procurou levantar, Ubatuba já havia abandonado seu cargo na Prefeitura. Segundo Rovatti (informação verbal)³⁰, durante pesquisa nos

²⁹ Há divergências quanto à data, alguns autores referem 1941, 42, outros 43.

³⁰ Em depoimento concedido à autora em 02/09/2014.

arquivos da Faculdade de Arquitetura de Montevideu para sua Tese de Doutorado, não localizou nenhum registro da presença de Ubatuba, apenas de seu colega Paiva³¹.

Em informação colhida na imprensa da época, há referência ao fato de que Ubatuba “[...] ainda no ano passado fez um curso intensivo de sua especialidade na Faculdade de Arquitetura de Montevideu, estudando, também, a urbanização dos balneários uruguaios.” (BALNEÁRIOS ..., 1943). Ora, no dito “ano passado”, as notícias de jornal arquivadas pela família de Ubatuba dão conta de que ele fora enviado pelo governo do estado para pesquisar os balneários, sem citar a sua frequência em qualquer curso de urbanismo. Quanto à duração de sua estadia no Uruguai, a imprensa noticia sua partida para Montevideu em 1º de julho de 1942 (A URBANIZAÇÃO [sic]..., 1942), sendo que no dia 26 do mesmo mês já estava de volta, sendo entrevistado sobre suas impressões. (REGRESSOU ..., 1942).

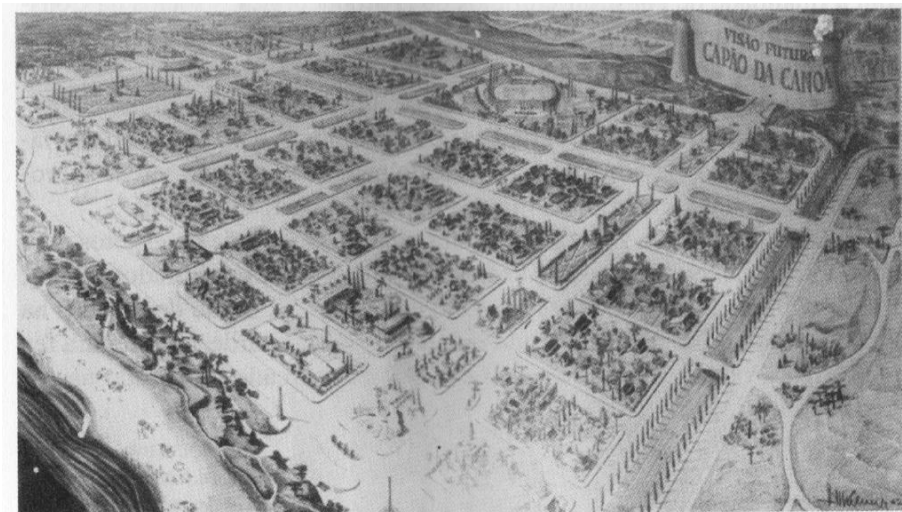
Essa é uma questão secundária para este trabalho e deve ser melhor investigada em outro momento. Porém, arrisque-se aqui uma explicação: a imprensa local noticiou amplamente, em julho de 1942, que Ubatuba foi enviado ao Uruguai a serviço do Departamento de Balneários Marítimos do Estado onde era engenheiro Chefe, com o objetivo de pesquisar as iniciativas daquele governo e da sua Comissão Nacional de Turismo relativas aos bem-sucedidos balneários uruguaios. Este sim um assunto de interesse para a pesquisa. Ou seja, não foi encontrado registro de sua frequência em curso na Faculdade, não há

³¹ Paiva foi enviado pelo Prefeito Loureiro da Silva para cursar urbanismo com Maurício Cravotto na Faculdade de Arquitetura da Universidad de La Republica em 1941 (ROVATTI, 2001, p.61). Outro nome de importância na história da arquitetura, do urbanismo, do ensino e do IAB no Rio Grande do Sul, o gaúcho Demétrio Ribeiro, estava fazendo sua formação como arquiteto naquela faculdade, voltando a Porto Alegre em 1944. O que reduziria a tese da participação de professores do curso de arquitetura local com formação uruguaia a dois brasileiros, Demétrio e Paiva, além dos uruguaios Cravotto, Aroztegui e Gavazzo.

registro de ter sido enviado pelo Prefeito e sim pelo governo estadual e o objetivo divulgado não era o de frequentar qualquer curso de urbanismo, mas pesquisar sobre balneários. Se realmente fez algum curso naquela ocasião, foi de forma muito intensiva. Uma suposição arriscada que se lança aqui é de que tenha participado de atividades em caráter informal naquela faculdade, e não de que tenha frequentado curso de especialização em urbanismo em caráter regular como se costuma propagar.

○ exemplo do vizinho

A *Comisión Nacional de Turismo* - CNdT uruguaia foi procurada pelo governo gaúcho para nortear as ações do Departamento de Balneários Marítimos não por acaso. O Uruguai tem sua extensa costa voltada para o Oceano Atlântico e para o rio da Prata, tendo convencionado a península de Punta del Este como divisor. Redefiniu-se como país turístico a partir dos anos 30, diversificando sua economia após o esgotamento do modelo agroexportador. Desde as primeiras décadas do século XX o país já atraía turistas argentinos para veraneio nos 22 km de litoral de sua capital, Montevideú. Entre 1930 e 55 “é possível reconhecer a passagem de uma concepção de Montevideú como cidade balneária para Uruguai país turístico” (CUNHA et al., 2012, p. 21, tradução nossa). É quando se estabelecem vários balneários urbanizados a partir de um hotel, de um clube e de loteamentos, criando “[...] o colar de balneários”, ou “[...] um rosário de inigualada beleza.” O Estado passa a regular os espaços privados e implantar políticas de fomento, tanto federais como municipais para explorar o potencial da costa. É isso que vai atrair o interesse dos brasileiros.



Projeto de urbanização de Capão da Canoa, de autoria do arquiteto J. Millander. Década de 1940. (Fotos cedidas por Ernani Dietrich.)

Figura 48. Proposta para urbanização de Capão da Canoa que teria contado com orientação de Ubatuba.

Tramandaí Será Convertido Pelo Estado Num Balneario Modelo

O problema da urbanização do mar há muito que vem sendo tratado de técnico, e em vista das leis que se aplicam a esta espécie de atividade, há que se tomar as devidas precauções para não incorrer em erros que possam trazer prejuízos às mesmas apreciações, e não fazendo com que as vantagens que se apresentam sejam anuladas por erros que possam trazer prejuízos às mesmas apreciações, e não fazendo com que as vantagens que se apresentam sejam anuladas por erros que possam trazer prejuízos às mesmas apreciações...

Para esse fim, foram elaborados projetos de urbanização, tendo em vista a importância da zona balnear, e a necessidade de se criar um grande centro da indústria do pescado e um balneario modelar.

Croquis mostrando o porto projetado entre as praias do Imbé e Tramandaí, vendo-se o molhe de pedras que avança 700 metros pelo mar, evitando a ressaca. As obras públicas a serem ali construídas farão de Tramandaí um grande centro da indústria do pescado e um balneario modelar.

...rá terras de seu patrimônio para em determinado numero de anos, com as vantagens decorrentes do turismo em escala desenvolvida. A melhoria das estruturas que con- bricas de conserva e adubos de peixe, etc. A pesca marítima e a indústria do peixe tomarão, com

Figura 49. Notícia de jornal de 1943, onde foram expostas as propostas previstas para o desenvolvimento da região, com a criação de molhes para o estabelecimento de um porto em Tramandaí,

Quem também segue o exemplo do vizinho em comum é a Argentina que, em 1941, quase uma década mais tarde, cria a sua *Comisión Nacional de Turismo da Argentina*, com a finalidade de promover, orientar, controlar e coordenar o turismo na Argentina (BRUNO, 2009, p.9). O processo de criação e urbanização da costa sudeste de Buenos Aires na Argentina ocorre quase concomitantemente com o do Rio Grande. E o passo a passo das operações imobiliárias para constituição dos balneários descrito por Bruno (1998) é muito semelhante³². Planos de cidades balneárias e empreendimentos privados de operações para implantação de balneários se criam no mesmo período do Rio Grande do Sul, como Chapadmalal (1939), junto à nova estrada que ligava a popular e congestionada Mar Del Plata a Pinamar e a própria Pinamar (1940) (GOMEZ PINTUS, 2008). Outro dado em comum: no mesmo ano da inauguração da RS-030 se dá a construção do caminho pavimentado entre Buenos Aires e Mar Del Plata.

Com semelhanças que não são meras coincidências, no Uruguai dos 1950 o desenvolvimento da procura pelos balneários se assemelha ainda mais ao que ocorre por aqui: casa na praia, carro próprio, tempo livre para novas práticas sociais e culturais, veraneio nas férias remuneradas ou nos finais de semana, *colonias de vacaciones* para aqueles que não tinham recursos para diárias de hotéis (estudantes e funcionários) tornam-se acessíveis a novas camadas da população. (CUNHA, 2012, p.32). São temas em comum quando o assunto é o processo de urbanização tanto no Uruguai como na Argentina.

³² "El negocio inmobiliario cuenta genéricamente en la época de estudio, con una serie de mecanismos y etapas sucesivas que se originan con la adquisición del suelo rural, La formación de sociedad de inversores, el proyecto de parcelamiento, el proyecto de forestación y equipamiento, la publicidad, la venta y la construcción."(BRUNO,1998)

Processo esse que não guarda semelhança, por exemplo, com o da orla do estado que faz a outra fronteira do Rio Grande do Sul, Santa Catarina.

Quando o assunto é a adoção das ideias da arquitetura e do urbanismo modernos no país vizinho³³, no período entre os dois projetos de Atlântida, em 1945, inicia o trabalho de Bonet em Punta del Este: a casa do poeta Rafael Alberti, La Gallarda; o projeto de loteamento na praia de Portozuelo junto à Punta Ballena e seu hotel âncora, o Parador Solana Del Mar de 1946 e a Casa Berlangieri com cobertura de abóbodas de tijolo calculadas por Eladio Dieste em 1947 (LUCCAS, 2007). A casa de veraneio de Roman Fresnedo Siri, nos altos de Punta Ballena permite outra costura na rede arquitetura e balneários Uruguai/Rio Grande do Sul.³⁴

3.5 OS PROGRAMAS DO VERANEIO

O veraneio da classe média gaúcha no litoral nas décadas de 1950 e 60 configurava-se como uma interrupção na vida real, uma vida de *faz-de-conta* provisória, onde a cena social era composta por amigos e comportamentos diferentes, uma sociedade à parte. Era uma vida dentro da vida real que foi sendo construída com os balneários. Um mundo paralelo, uma cidade do interior para onde se transferiam as famílias das camadas média e alta da Capital.

³⁴ A atuação profissional do arquiteto uruguaio em Porto Alegre nos anos 1950, com o projeto do excepcional Hipódromo do Cristal (1951) e do Edifício Esplanada. Ambos se inserem no período da Atlântida realizada.

Onde, durante até dois meses de férias, os veranistas se apropriavam do local, num cenário construído com uma caracterização que fazia alusão às práticas de lazer e descanso, em que os hábitos sociais também se modificavam. Estabeleciam-se outras relações dentro da família e fora dela, outra lógica nas relações sociais e na rotina. Outro ritmo, outros hábitos, outras roupas, outras posturas. Outras relações de vizinhança, na paisagem natural à qual correspondia um cenário construído próprio, uma forma de morar mais descontraída na cidade sem muros ou cercamentos, com varandas nas casas e circulações abertas nos edifícios. Paralelamente, há uma desvinculação entre população sazonal, os municípios e a população permanente.

Além dos programas residenciais, a implantação dos balneários em loteamentos estava associada a programas que atendessem as “necessidades” de ócio, repouso, lazer e diversão dos veranistas: os cassinos em hotéis, que eram a primeira construção providenciada pelos empreendedores, as colônias de férias e as sedes de clubes – denominadas “sociedades de amigos” das praias.

Desde o início da chegada dos banhistas, os programas de hotel vinham se instalando em edificações cuja implantação foi delineando as primeiras vias das futuras cidades, num processo embrionário de urbanização. Os hotéis-cassino funcionavam como elementos âncora, e foram o primeiro atrativo implantado para os turistas/veranistas, precedendo os loteamentos nos tempos de jogo legalizado. Não há aí nenhum ineditismo, pois faziam parte da política de turismo adotada na Europa há muitos anos. Foi prática corrente em cidades de veraneio no Brasil desde a criação das estações hidrominerais. E assim foi até o governo de Eurico Gaspar Dutra proibi-los em 1946, quando preservam apenas a função hoteleira.

O precursor Cassino da Villa Sequeira de 1890, no litoral sul, está fora do nosso foco de tempo e espaço, mas entra aqui como contextualização. Os primeiros hotéis de Tramandaí, o Hotel da Saúde (1888), depois Pelegrini e o Hotel Sperb (1898); o Hotel Esperança de Cidreira (que passa por reformas em 1919); e o Hotel Picoral de Torres, surgem como construções precárias, no mínimo rústicas, pouco mais do que galpões de madeira. Nos três locais sucedem-se outros hotéis instalados em chalés de madeira, num processo semelhante. Junto com os hotéis, as residências tipo chalé vão conformando as primeiras vias, como já mencionado. Os relatos na imprensa mostrariam que os tradicionais hotéis em chalés de madeira ainda predominavam de Cidreira a Torres, a praia dos grã-finos, no início dos trinta.

Citando novamente o romance de Dyonelio, além dos percalços dos personagens de *O Louco do Cati* no deslocamento realizado em caminhão ou ônibus pelo litoral, o hotel de Quintão onde pernoitam é descrito como “um longo barracão de madeira, erguido quase metro e meio do solo”. Os viajantes passam também por uma Capão da Canoa movimentada, de gente de pele clara muito queimada e carros, “E nos hotéis do centro, num ou noutro chalé mais afastado – os lugares onde se joga.” (MACHADO, 2003, p. 59). O hotel Familiar (1924), depois Bela Vista (substituído no início dos 1950 pelo Edifício Xavantes), de Capão da Canoa precede o famoso Balneário Riograndense (1928) construído por Alberto Mury, filho e herdeiro do comerciante libanês de Tramandaí, na foz do Arroio Pescaria. O Riograndense foi vendido em 1939 para Ramiro Correa da Silva, um dos donos da empresa loteadora de Capão criada em 1942, que reformula as instalações criando vinte e três chalés anexos em 1943. No seu salão de refeições eram realizadas festas e bailes (SANTOS, 2005, p. 67). Demolido na



Figura 50. Propaganda do “Novo Hotel Bassani” de Capão da Canoa, instalado em chalé de madeira.



Figura 51. A nova versão do Hotel Bassani dos anos 1950.

década de 1990, foi um dos mais tradicionais hotéis do litoral. Outro conhecido hotel de Capão, o Bassani teve construção inicial no mesmo padrão dos seus contemporâneos, o chalé de madeira, substituído na década de 1950 por edificação em alvenaria de três pavimentos junto à praia.

Em 1939 encontram-se na imprensa alguns anúncios publicitários do *Casino Tramandahy* no Hotel Sperb, oferecendo excursões de fim de semana, durante a temporada; do *Casino Cidreira* e do já referido *Casino Hotel* de José Picoral no Imbé, construído com dois pavimentos de alvenaria, “apresentando 35 aberturas de frente para o rio” (SOARES, 1990, p. 28). Este último funcionou como cassino até a proibição do jogo, e a partir daí tentou manter-se apenas como hotel. Adquirido pela (quando) Sociedade de Engenharia, o prédio ficou conhecido por muito tempo como Hotel dos Engenheiros. Abandonado e em ruínas por alguns anos, hoje se encontra totalmente reformado.

Na publicidade dos hotéis há referências a outro programa associado que aparentemente era indispensável para atrair clientes veranistas: os restaurantes de “*cosinha internacional*”, que muitas vezes abrigavam as atividades de salões de festas e bailes.

Em termos de tipologia arquitetônica predominam, até a chegada dos cinquenta, as construções de madeira, cobertura em duas águas de telhas cerâmicas, compostas com conjuntos de chalés individuais, predomínio que só vai mudar quando se estabelecem os projetos da arquitetura moderna. Entre esses últimos, chama a atenção o projeto do Hotel Termas Xangri-lá, no balneário que levaria o mesmo nome mas que até então era conhecido como Capão Alto. Projetado pelo mesmo arquiteto que assina o loteamento, Roberto Veronese e por Vera Fabrício, foi construído em 1955. Contava com instalações de hotel e apartamentos para venda, tornando-se polo de atração



Figura 52. Publicidade do Hotel Termas Xangri-lá na revista *A Gaivota* de 1955, onde permanece o anúncio do novo Bassani, “o mais próximo da praia.



Figuras 53, 54 e 55. Na mesma edição da temporada de 1939 da Revista A Gaiivota, o "Balneário Riograndense" aparece em quatro anúncios, todos com a mesma foto.

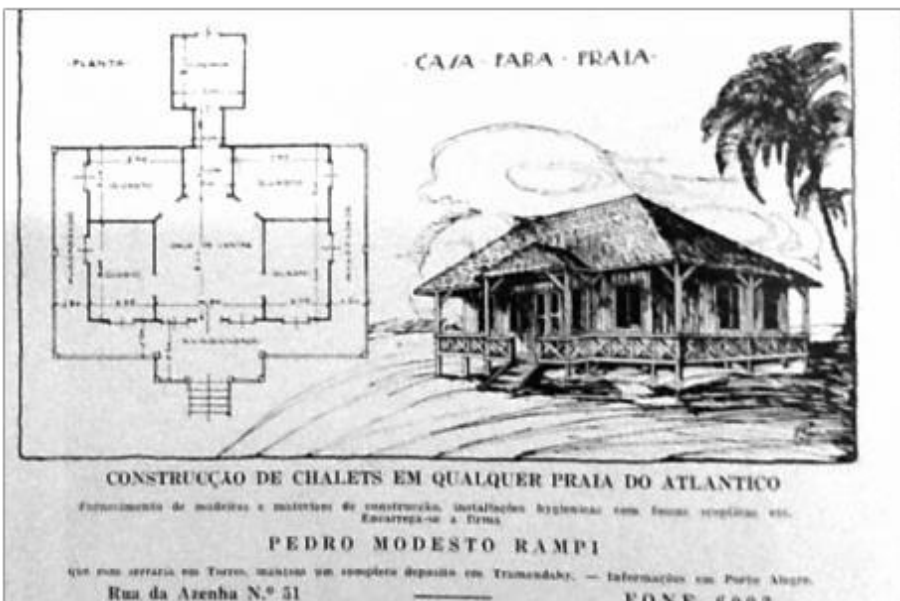


Figura 56. Propaganda de construtor de casas tipo chalé "em qualquer praia do Atlântico", publicada na Revista A Gaiivota em 1939.



Figura 57. O construtor e o anúncio são os mesmos, mas o modelo se adapta à moda na edição da temporada de 1955 da mesma revista.

de veranistas e animação da praia com seu restaurante de “*cosinha* internacional”. Hoje demolido, era um dos poucos equipamentos que davam identidade àquela praia.

Em sua maioria, os loteamentos dos balneários gaúchos tinham traçado ortogonal e baixa densidade até meados dos sessenta, e as residências unifamiliares de um ou dois pavimentos com recuos frontais e de fundos eram o padrão (STROHAECKER, 2007). A arquitetura predominante nas residências dos balneários do período em que inicia a urbanização mais efetiva, além das casas tipo chalé³⁵ de madeira, era inspirada no neocolonial ou “estilo californiano”, térreas. Inicialmente, seus proprietários eram os antigos frequentadores dos hotéis.

Assim como as casas implantadas nos lotes sem muro ou cercamento, a própria concepção de programa dos edifícios que serão construídos em outra fase do desenvolvimento dos balneários, já ao final da década de 1940, foi diferente dos edifícios da capital. Um tipo que se instala com alguns exemplares em Tramandaí e Capão da Canoa é o edifício de perímetro de quarteirão. Com circulações abertas voltadas para a praça interna de uso comum, antes que os estacionamentos tomassem conta, seus apartamentos de aluguel foram muito procurados pelos veranistas.

A Construtora Capão da Canoa Ltda, criada no final dos 40, foi responsável pela construção de diversos edifícios, a começar pelo Aymoré (1949), considerado o primeiro do litoral norte. Com restaurante e salão para abrigar os bailes da Sociedade de Amigos de Capão da Canoa - SACC (SANTOS, 2005), inaugura a tipologia encontrada em outros prédios de Capão, como o Xavantes, e os Edifícios Tramandaí e Quebramar em Tramandaí. O Aymoré foi sede da rodoviária no final dos

³⁵ A escolha dos chalés de madeira, segundo Strohaecker (2007), devia-se a três fatores: facilidade e rapidez de execução e custo mais acessível.

anos 50. Outros edifícios da mesma construtora no entorno do Aymoré e do Xavantes foram: Sepé, Nonoai, Flamingo, Marajoara e Pindorama (SANTOS, 2005, p.88).

Outro programa de veraneio associado à ideia de que a vida moderna teria que prever equipamentos de repouso e distração é a colônia de férias, prevista para atender as camadas médias de assalariados, sobre terrenos doados pelos governos. Tinham o objetivo de angariar a simpatia para os governantes, Cordeiro de Farias interventor e Getúlio Vargas presidente, e incrementar a economia da região. (STROHAECKER, 2011).

As colônias de férias do Rio Grande do Sul foram inicialmente pensadas como conjuntos de casas econômicas para utilização em períodos quinzenais, para entidades de classe, institutos ou outras formas de cooperativas: comerciários, operários de fábricas ou funcionários públicos. No Imbé, a colônia de férias do DAER era composta por chalés individuais à beira da "Lagoa". Evoluindo para outras tipologias, Tramandaí, por exemplo, é sede até hoje das colônias de férias da UFRGS, e da Brigada Militar. Nos sessenta abrigava, entre outras, a colônia dos funcionários da Caixa Econômica e do Agrimer, esta última com projeto de pré-fabricação do arquiteto Claudio Araujo, que entrará como coadjuvante no concurso do projeto do hotel de Atlântida.

Este programa, que pode ser considerado "moderno", teve o projeto dos Irmãos Roberto para o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) na Gávea, no Rio de Janeiro de 1943, uma referência como arquitetura moderna.

Por sua vez, os clubes eram, e talvez ainda sejam, uma constante nos balneários, agregando as atividades sociais e esportivas, os bailes e outras formas de diversão e lazer.

Figura 58. Propaganda da construtora dos primeiros edifícios de Capão da Canoa na Revista A Gaivota da temporada de 1955.



Figuras 59 e 60. Divulgações de Capão da Canoa, no mesmo exemplar da revista, tendo ao fundo o primeiro edifício do balneário, o Aymoré.



Figuras 61 e 62. O Aymoré em detalhe.





Figura 63. Veranista com o edifício Tourist, de Tramandaí, ao fundo. Verão de 1959.



Figura 64. Foto aérea de Tramandaí com edifício Quebra mar em primeiro plano, na frente do Tourist, em 1962.

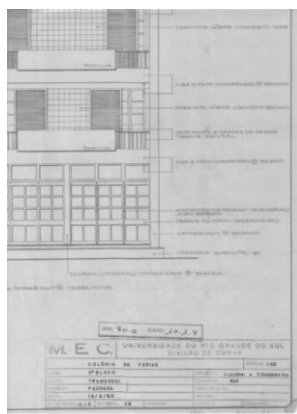


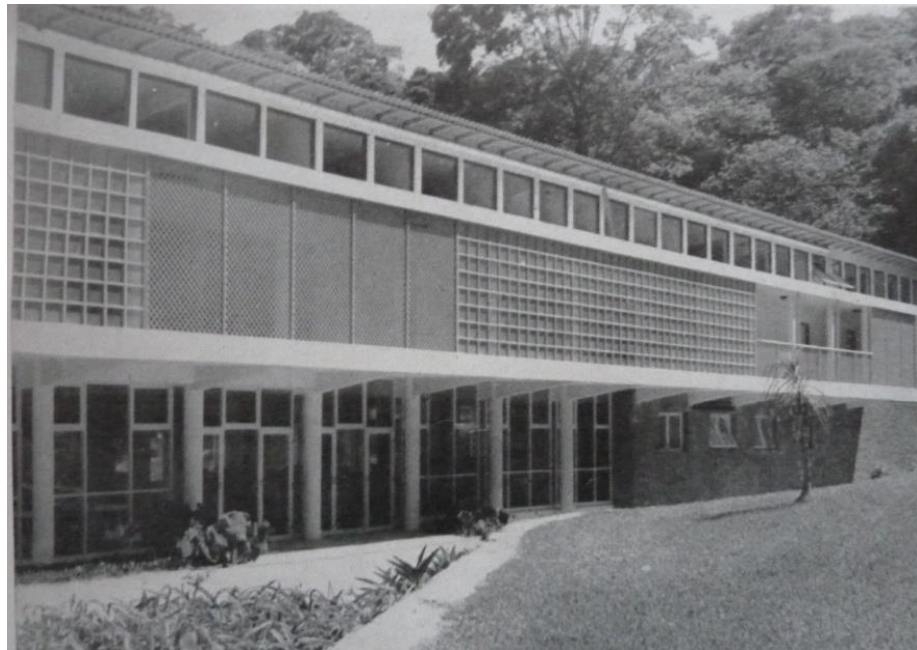
Figura 65. Colônia de férias da UFRGS em Tramandaí, com família de hóspede professor. Início da década de 1960.

Figura 66. Cópia de trecho do projeto de modificação da Colônia de férias, de 1960.

Figura 67. Colônia de Férias do IRB na Gávea, RJ. Projeto de referência dos Irmãos Roberto de 1943.



Figura 68. Fachada oposta do mesmo prédio.



Chamados de “Sociedade de Amigos”, começaram a se organizar em meados dos anos trinta (Schossler, 2013, p. 197). Conhecidas por suas siglas: SAT (Tramandaí), SAPI (Imbé), SABA (Atlântida), SACC (Capão da Canoa) e SAPT (Torres), passam a contar com sedes construídas especialmente para atender à sua função só na década de 1950.

Em termos de arquitetura, há dois exemplos de projetos para clubes que merecem destaque neste trabalho. Inicialmente a Sociedade de Amigos da Praia do IMBÉ - SAPI, cujo projeto da sede foi objeto de concurso do IAB ainda no ano de 1951. Vencido pelo Arquiteto Luiz Fernando Corona, nome reconhecido da chamada segunda geração dos arquitetos de Porto Alegre, ainda em início de carreira. Filho de Fernando Corona, veterano e de reconhecida atuação profissional na cidade, foi professor dos primeiros cursos locais. O projeto da SAPI foi alterado na sua execução e hoje encontra-se muito deteriorado. O edital do Concurso foi publicado em 23 de maio de 1951 no Correio do Povo e definia que o projeto deveria seguir “princípios técnicos e plásticos da Arquitetura Moderna” com critérios que levariam em conta, igualmente, aspectos funcionais, construtivos, plásticos e econômicos. No júri, pelo IAB, estavam Demétrio Ribeiro e Edgar Graeff.

Quanto à sede da sociedade da praia vizinha ao Imbé, o projeto de Nestor Hilgert para a Sociedade dos Amigos de Tramandaí - SAT foi construído em 1957. O agradecimento do sócio n.º 1 no discurso da cerimônia de inauguração foi reproduzido no Correio do Povo de 19/01/1957: “O dr. Nestor Hilgert, o arquiteto arrojado que com muito gosto projetou a construção[...]”. Hilgert, formado em 1955 no Curso de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul, foi colega de Araújo. Trabalhava para a Construtora Tedesco LTDA, cujo diretor engenheiro Rui Tedesco executou a obra da sede sem ônus

para a sociedade que contava então com 700 sócios. O terreno foi doado pela Prefeitura de Osório. O projeto utilizava elementos recorrentes no repertório moderno, como as paredes trapezoidais delimitando o volume do restaurante, a parede sinuosa do salão de festas, os revestimentos em pastilha e pedra, o elemento destacado com painel de pedra e figura da garça que será recuperado nos 1960 no projeto da SABA de Atlântida (lá com a figura de um cavalo-marinho). Mesmo com o acréscimo sofrido nos anos setenta e as outras alterações posteriores, o prédio mantinha-se implantado com dignidade, estruturando a esquina da avenida da Igreja. Foi referência na paisagem daquele balneário durante o avanço das construções de qualidade duvidosa. Hoje demolido, está sendo substituído por outro desses exemplares inadequados, de forma que se mostrou mais rentosa para o clube.

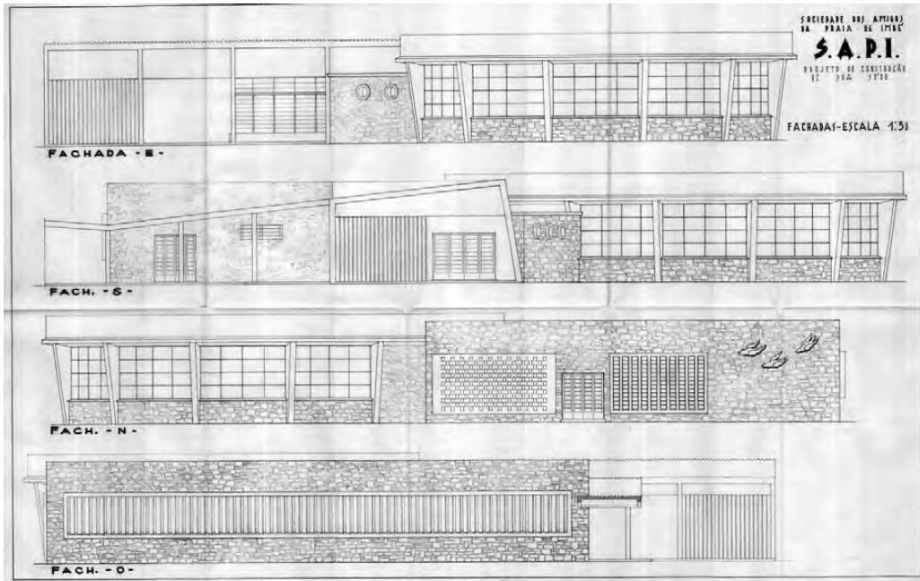


Figura 69. Fachadas do projeto executivo para a SAPI, de Luiz Fernando Corona, 1951. (Cf. SZEKUT, 2008).



Figura 70. Edital do concurso publicado em 14/10/1951



Figura 71. A SAPI construída com alterações, e em estado de abandono em fevereiro de 2014

Figura 72. Vista lateral do projeto original da SAT, de 1957.

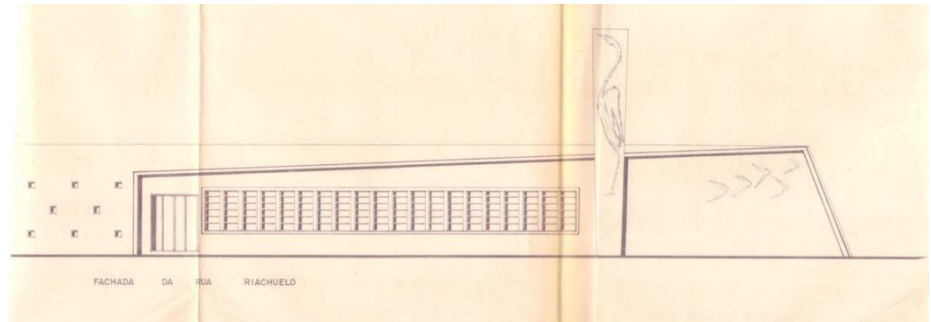


Figura 73. O prédio da SAT ainda íntegro, estruturando a esquina da Rua da Igreja. Foto de fevereiro de 2013.



Figura 74. Detalhe da garça na fachada lateral.

Figura 75. Detalhe do painel com figuras marinhas estilizadas, da varanda do restaurante e da fachada sinuosa do salão de festas. Fevereiro de 2013.





Figura 76. O início da demolição da SAT em abril de 2013.



Figura 77. A construção do modelo de edificação que tem se implantado nos balneários gaúchos. As fotos 73 a 77 registram três situações que ocorreram desde o início desta pesquisa e ilustram a substituição tipológica que ocorre nos balneários: Na página anterior, a SAT ainda íntegra, em fevereiro de 2013; na figura 76 a demolição em abril do mesmo ano e, ao lado, o substituto sendo erguido, em julho de 2015.

4. AS DUAS ATLÂNTIDAS

Antes mesmo que o Governo tomasse as medidas para organizar o desregrado processo de urbanização do nosso litoral, uma iniciativa particular veio marcar a história da constituição dos balneários e sua vinculação com as ideias do urbanismo e da arquitetura modernos. A história da implantação da grande cidade balneária entre Capão e Tramandaí, a idealizada e perdida Atlântida de 1939, sucedida pela versão realizada de 1952, é retomada a seguir.

4.1 A ATLÂNTIDA PERDIDA | 1939

Preliminares I: O Contexto dos Urbanistas

Como já salientado na introdução, ao averiguar o contexto disciplinar em que se deu a elaboração dos dois projetos para Atlântida, fica evidenciado que ambos corresponderam, casualmente ou não, a dois momentos significativos da afirmação das disciplinas do urbanismo (final dos trinta) e da arquitetura (início dos cinquenta), respectivamente, no Sul do Brasil.

Na aproximação das circunstâncias em que se dá a elaboração do primeiro Plano de Ubatuba, é possível encontrar muitas das ideias lá contidas. O primeiro Plano se encaixa no segundo período da classificação proposta por Leme (2005, p.26) para a trajetória do planejamento urbano no Brasil, de 1930 a 1950, onde “[...] a partir da década de 30 se observa

uma nova fase de afirmação do urbanismo no âmbito da universidade, expansão da atuação para a maioria das cidades brasileiras, portanto, a consolidação enquanto área de conhecimento e de prática profissional”.³⁶

O neologismo urbanismo teria sido introduzido no Rio Grande do Sul por Benno Hoffmann, em artigo na revista EGATÉA³⁷ em 1925, conceituado ali como a “ciência ou arte de construir as cidades”. Abreu Filho (2006, p. 114) destaca em sua tese que Hoffmann foi o maior divulgador do urbanismo alemão em Porto Alegre, urbanismo que foi referência obrigatória dos profissionais locais nos anos vinte, embasado nos tratadistas alemães.

Considerando que não havia curso específico de formação de profissional urbanista em Porto Alegre naqueles anos, nem de arquitetura, conclui-se que o título de urbanista com que a imprensa se referia a Ubatuba de Faria deve ter sido consequência de seu desempenho na Prefeitura e de sua ativa atuação como divulgador do tema³⁸. Foi no curso da Escola de Engenharia que teve sua formação neste campo de conhecimento, entre 1926 e 32. Foi lá que começou o ensino de urbanismo em Porto Alegre, mesmo que de forma confusa, como afirma Souza (2005, p. 90), lidando com temas como traçado, saneamento e loteamentos (então chamados arruamentos). No

³⁶ Souza explica que o termo urbanismo foi incorporado ao francês designando a nova disciplina por volta de 1900, segundo Marcel Roncayolo; para Françoise Choay teria sido criado em meados do século XIX, num novo enfoque da cidade como objeto; e Gaston Bardet atribui a Marcel Poëte “pioneiro no ensino das artes urbanas”, o surgimento do urbanismo a partir de 1903 (SOUZA, 2005, p. 83).

³⁷ A Revista EGATEA foi publicada pela Escola de Engenharia entre 1914 e 1934 (Idem, p. 97). Sobre o papel da Escola de Engenharia de Porto Alegre na introdução de ideias sobre construção de cidades, e especificamente sobre Benno Hoffmann, ver Lersch (2014).

³⁸ O primeiro Curso de Urbanismo do Rio Grande do Sul foi implantado como pós-graduação para engenheiros e arquitetos, junto ao Curso de Arquitetura do Instituto de Belas Artes em 1947, e contava com Ubatuba como um de seus professores.

currículo de 1929, quando Ubatuba cursava engenharia civil, além de disciplinas de saneamento e drenagem, esgotos e hidráulica, havia uma dedicada à “Arquitetura e Traçado das Cidades” (LERSCH, 2014, p. 190). Segundo Rovatti (2001, P. 53), “os estudos realizados na Escola de Engenharia são a origem das primeiras reflexões no Rio Grande do Sul sobre o urbanismo”. A principal referência dos engenheiros gaúchos nos anos 20 foram as “convicções sanitárias” de Francisco Saturnino de Brito³⁹, grande admirador de Camillo Sitte e da cidade jardim, que também contribuía com artigos na Revista EGATEA. Segundo Andrade (1991), o urbanismo moderno e o planejamento urbano são implantados no Brasil pelos projetos dos engenheiros sanitários, como Saturnino.

Contatos diretos com urbanistas da época e outras formas de difusão e transferência de ideias do “urbanismo moderno” eram correntes na época em estudo: publicações (livros, jornais e revistas que documentam as conferências e os congressos), arquitetos e engenheiros imigrantes formados na Europa ou brasileiros que faziam viagens de estudos eram as formas dos estudantes e profissionais terem contato com o que havia de mais novo sobre o tema. Isso sem desconsiderar o papel das transmissões puramente visuais que ocorrem particularmente no campo da arquitetura e do urbanismo, de que fala Panerai (2013, p. 173).

Resumidamente, o ambiente profissional em que atua Ubatuba, antes de projetar a cidade balnear, é o do urbanismo que agrega aquilo que Abreu Filho (2006, p. 325) chama de referências cruzadas, ao comentar o projeto do engenheiro para a Várzea do Gravataí: “[...] Camillo Sitte e o urbanismo alemão,

³⁹ Formado na Politécnica do Rio de Janeiro, Saturnino tinha vínculos com a Société Française des Urbanistes - SFU.

a cidade jardim, Hénard e Agache.”⁴⁰ Algumas dessas referências se tornaram conhecidas por aqui por meio do trabalho de Prestes Maia, como é o caso de Hénard e seus esquemas rádio-concêntricos.

Nesse período do desenvolvimento e da divulgação da disciplina do urbanismo como ciência no Brasil se verifica o esforço de alguns profissionais em colocar a disciplina para o público em geral, de acordo com os princípios da *Société Française des Urbanistes* (SFU). E nesse ponto Ubatuba foi incansável, como já mencionado⁴¹. No discurso de abertura da tão repercutida Exposição organizada por ele e sua equipe da Diretoria de Cadastro da Prefeitura de Porto Alegre, publicado em novembro de 1936 (INAUGUROU-SE ..., 1936) a questão da disciplina definida como arte e ciência foi trazida por ele para a grande imprensa. Ao levantar a questão do “Urbanismo-Arte e Ciência”⁴², explica em seguida: “[...] ciência quando resolve os problemas de ordem técnica, e arte quando empresta a estas soluções o cunho de beleza inspirados pela nossa sensibilidade estética.”.

⁴⁰ Nos seus tempos de produção de trabalhos com Paiva para a Prefeitura, Ubatuba teve como fonte e objeto de estudo declarados o “Estudo de um Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo”, do engenheiro Francisco Prestes Maia (1930) e “Cidade do Rio de Janeiro, Extensão, Remodelação, Embelezamento” de Alfred Agache (1930), onde são debatidas técnicas e teorias de urbanismo. (ROVATTI, 2001, p.57; ABREU FILHO, 2006, p. 82 e 96).

⁴¹ Só durante o período da Exposição sobre Urbanismo que organizou com Paiva em Porto Alegre em 1936, há registro de mais de trinta notícias, entrevistas e artigos nos jornais de grande circulação da cidade. Nessa linha de atuação, em 7 de julho de 1937, proferiu conferência no Rotary Club, intitulada “A propaganda como elemento indispensável nas campanhas de urbanismo” (Boletim Semanal do Rotary Club de Porto Alegre, 7/7/1937).

⁴² A definição de urbanismo como arte e ciência, valorizada pelo autor dos projetos em estudo, foi introduzida por Marcel Poète em texto de 1929 reproduzido por Françoise Choay em seu livro *Urbanismo* (1979, p. 282). “[...] que se convencionou chamar de urbanismo, que é ao mesmo tempo ciência e arte, pois, ainda que precise da técnica do arquiteto ou do engenheiro, fundamenta-se em dados propriamente científicos, que procedem de disciplinas diversas [...]”.

O modelo da cidade jardim para extensão ou criação de novas cidades entra em pauta no Brasil naquele período. Embora criada para resolver questões da cidade industrial, a cidade jardim no Brasil, como na Argentina⁴³, foi modelo adaptado para cidades de veraneio. São conceitos originais associados àqueles modelos espaciais que vão sofrer interpretações, traduções e adaptações quando adotados por diferentes profissionais, em diferentes circunstâncias ou lugares (GOMEZ PINTUS, 2008), seja em cidades *ex-novo* ou em bairros e subúrbios que se multiplicam no Brasil a partir dos anos trinta, no que Andrade (2000) chama de ressonâncias das concepções de cidade jardim.

Esse foi também o modelo (suburbano) adotado pelos arquitetos modernos para cidades novas planejadas no Brasil entre as décadas de 1930 e 40. Citando Comas (2002, p. 81), ao analisar a memória e o projeto de Lucio Costa, para a cidade operária não construída de Monlevade:

A preocupação com a beleza não deve nem seguir nem preceder a preocupação pragmática, mas deve inseparavelmente acompanhá-la. Além do interesse pelo conteúdo específico, as citações denotam um conhecimento e aprovação das ideias da Cidade Jardim na sua vertente americana, onde se alia ao movimento conservacionista que estimulou a criação dos primeiros parques nacionais.

E o mesmo autor, ao referir-se ao projeto de Niemeyer para a Pampulha, no início da década de 1940:

Os empreendimentos suburbanos se batizam de "cidade-satélite" ou "cidade-jardim" para aumentar sua aura de modernidade. A especialização funcional do espaço

⁴³ Sobre a adoção do modelo cidade jardim para cidades de veraneio e ócio na Argentina, em relação às brasileiras, ver os artigos de Bruno (2009) e Gomez Pintus (2008).

urbano é simultaneamente demanda e emblema dum estilo de vida progressista. Na província, tinha sabor de novidade a zona residencial exclusiva, arborizada e afastada dos locais de trabalho, com lotes de grande testada ocupados por casas afastadas das divisas, e a novidade se referendava por argumentos higienistas.” (COMAS, 2002, p.210).

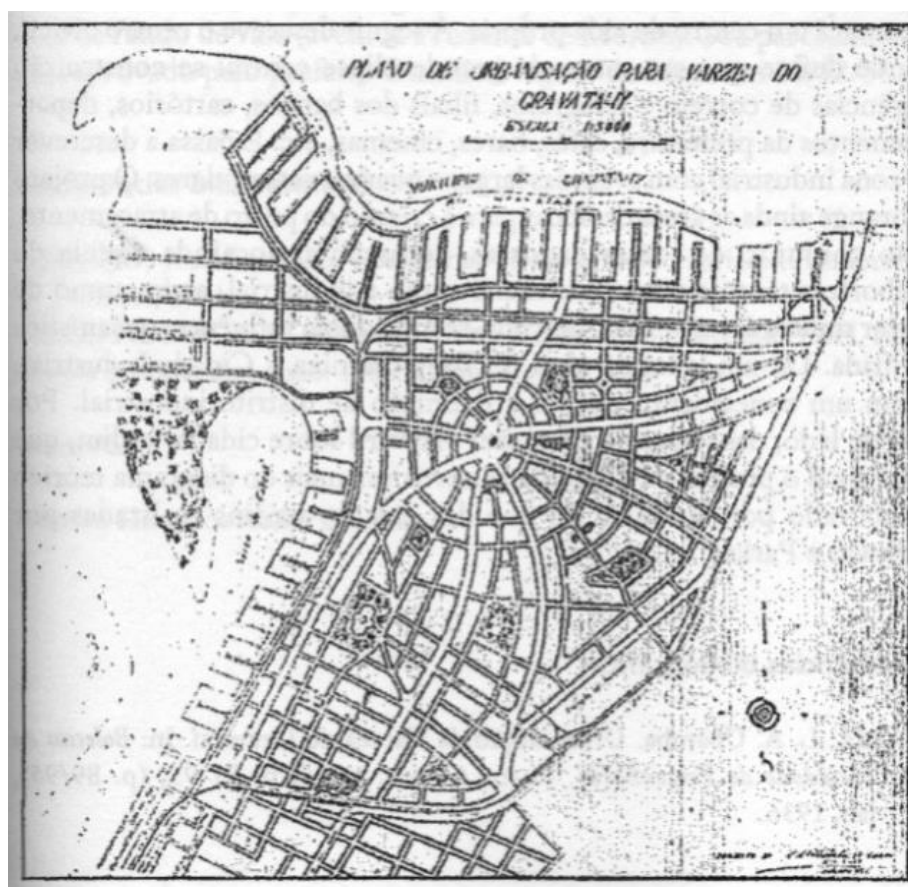
Como já referido anteriormente, alguns dos projetos para novos bairros balneários da época da expansão de Porto Alegre adotaram traçados sinuosos, áreas ajardinadas e praças. (ALMEIDA; SOUZA, 2005, p. 309). Enquanto isso Ubatuba, com referências similares, realiza o projeto do bairro industrial e operário da Várzea do Gravataí de 1936 e “[...] se aproxima mais do diagrama teórico de Howard do que das cidades jardim realizadas por Unwin e Parker.” (ALMEIDA; SOUZA, 2005, p. 312). A mesma referência que o engenheiro adota no traçado de pelo menos dois projetos para o litoral: o centro do balneário do Imbé, executado em 1941, com traçado de forma elíptica similar ao que propõe no centro do bairro da Várzea e para a mais recente Oásis, de 1952. Este último nitidamente “descendente” do seu projeto para a primeira Atlântida, no qual adota alguns conceitos, mas não segue à risca nenhum modelo de cidade jardim, como ele próprio explicará na Memória de Atlântida (UBATUBA de FARIA; MOACYR, 1939). Foi publicado no Correio do Povo em agosto de 1952, quando a assembleia de constituição de Atlântida Balneários S.A. já havia acontecido.

Para concluir esse panorama do contexto do urbanismo moderno praticado no Brasil nos anos da elaboração do projeto de Atlântida, cabe lembrar que a aplicação dos modelos do urbanismo racionalista vai ocorrer a partir de 1950 para áreas do litoral, como referido no capítulo anterior.

Figura 78. Vista do início da implantação do novo Bairro Ipanema na zona sul de Porto Alegre (1931), cujo traçado das vias principais se assemelha ao do núcleo do projeto de Ubatuba para a Várzea (1936).



Figura 79. Plano para Urbanização da Várzea do Gravataí em Porto Alegre, de Ubatuba de Faria em 1936. O Plano para bairro operário que adota referências da cidade jardim, entre outras.



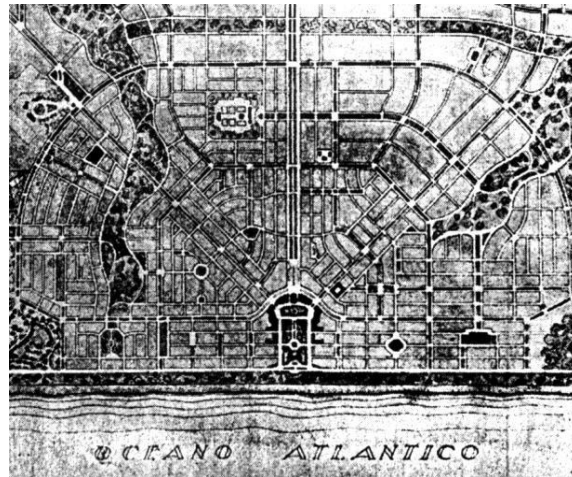


Figura 80. Núcleo do Plano Geral de Urbanização da Atlântida de 1939.



Figura 81. Planta do Plano de Urbanização da Praia de Oásis, ao sul de Tramandaí, publicado em agosto de 1952. Observa-se que o traçado é semelhante ao do Plano de 1939, com vias perimetrais, vias convergentes para o núcleo central e as áreas verdes.

O Plano da Cidade Balnear

Atlântida se erguerá como realidade viva e feiticeira, vibrante de sol, de colorido, de vegetação, sobre as bases sentimentais dum desejo sincero e veemente de realizarmos verdadeira obra social. (UBATUBA DA FARIA; MOACYR, 1939, p. 301).

Entre 1938 e 39, a estrada RS-030 ligando Porto Alegre a Tramandaí estava em fase de conclusão pelo DAER, fato que incrementou significativamente a procura das praias naquele verão. E foi em maio de 1939 que o engenheiro Gabriel Pedro Moacyr, representante de um consórcio de empresas⁴⁴, entregou ao interventor interino do Estado, Miguel Tostes, um requerimento de concessão para construir uma cidade balneária. A solicitação foi acompanhada de elaborados relatórios, plantas e perspectivas do loteamento, embasando o projeto daquele que seria um balneário modelo para o Estado.

Antes, Moacyr⁴⁵ teria solicitado a indicação de algum engenheiro da Prefeitura para elaborar o Plano do novo balneário ao então Intendente nomeado de Porto Alegre, Loureiro da Silva. E Loureiro teria indicado o nome do engenheiro L. A. Ubatuba de Faria. Conforme noticiado na imprensa (CIDADE ..., 1939), foi também o Intendente quem sugeriu o nome de Atlântida para o balneário previsto inicialmente para 10.000 veranistas⁴⁶. O Rio Grande do Sul teria a sua “verdadeira estação balneária”, com previsão de início imediatamente após a aprovação da concessão da construção do hotel-cassino com duzentos quartos, a ser concluído até 1941.

⁴⁴ Fischer, Martins e Cia., Dahne, Conceição e Cia. e Companhia Técnico Comercial Ltda.

⁴⁵ Moacyr foi Prefeito de Porto Alegre no período de março de 1947 a julho de 1948.

⁴⁶ A população de Porto Alegre, à época, era de aproximadamente 400.000 habitantes.

Em 12 de maio de 1939, a entrega do requerimento de concessão para construção do balneário do dia anterior é amplamente divulgada na imprensa local. Em novembro do mesmo ano, a assinatura do ato de aprovação do Plano é noticiada com certo ufanismo no Diário de Notícias que se refere à “[...] cidade balnear monumental, talvez a mais perfeita da América do Sul, graças ao apoio oficial [...].” Encerra assim a matéria:

Assim dentro de muito breve tempo, veremos surgir em um dos mais lindos recantos de praia, moderna, engalanada pelas linhas, esplendente de vida e de encanto, a cidade que, por certo, será a mais *aprasível* [sic] estação de veraneio do Rio Grande do Sul – a Atlântida, - convertendo-se assim em realidade, o milagre da ressurreição, do fundo misterioso e ignoto do Atlântico, da cidade milenária, tão ansiosamente buscada pelos sábios e pelos navegadores. (A CIDADE..., 1939).

O anteprojeto para “Atlântida, cidade balnear”, assinado pelos engenheiros Ubatuba de Faria e Moacyr⁴⁷, foi publicado no número 30 do Boletim da Sociedade Engenharia do Rio Grande do Sul, de outubro de 1939, com o subtítulo: “Projeto de um novo balneário entre Capão da Canoa e Tramandahy”. Com 31 páginas de texto e ilustrações que incluem fotos da região, gráficos e cópias de perspectivas a voo de pássaro, o trabalho apresenta argumentos de ordem estética e de saneamento, valoriza os hábitos “da vida moderna”, de vida ao ar livre, amor ao sol, ao ar puro e a prática de esportes aquáticos, enquanto critica as “caóticas” condições dos “intoleráveis” balneários do Rio Grande do Sul, aludindo à falta de planejamento que vigorava durante seu crescimento. O tom da

⁴⁷ Não se sabe oficialmente qual o papel de Gabriel Moacyr na elaboração do Plano, tendo em vista que ele assina o anteprojeto com Ubatuba. Mas o uso do termo projetista no singular na Memória parece revelador, não deixando muita margem a dúvidas quanto à autoria.

Figura 82. Capa da edição de 12 de maio de 1939 do Jornal do Estado.



Figura 83. Detalhe: Moacyr e Ubatuba de Faria (ao centro) divulgam a entrega do anteprojeto ao Governo.



apresentação do projeto é, em geral, didático e muitas vezes de censura aos proprietários de terrenos da região pelos objetivos de obtenção de “benefícios materiais vantajosos”, acusados de não investirem em obras de melhoramentos, com hotéis administrados por leigos a oferecerem péssimos serviços. Por vezes empolado ou solene, no mesmo estilo que se pode reconhecer nas palestras e entrevistas de Ubatuba publicadas na imprensa local. Mas, como comenta Rovatti ao comparar os estilos diferentes do colega Edvaldo P. Paiva com o de Ubatuba: “[..] ele (Ubatuba) não convoca, ele explica.” Tem “[...] estilo raro ou refinado, ideias apresentadas de maneira sintética e direta.” (ROVATTI, 2001, p. 103).

A cidade balnear de Atlântida era um empreendimento privado, proposto num momento em que se consolidam as leis trabalhistas e as férias remuneradas para os trabalhadores (antes só para funcionários públicos), e se criam estradas para facilitar o transporte individual de automóvel ou coletivo rodoviário, que por sua vez propiciava ao “chefe de família” passar os fins de semana com a família depois de passar a semana trabalhando na cidade. Fomentava-se também, na ocasião, a ideia de casa própria para segunda residência, o que dá outro impulso ao desenvolvimento dos balneários, conforme já destacado. O empreendimento visava atender especialmente aos veranistas do estado, de acordo com o Memorial que explica a origem do projeto, mas não desprezava a ideia de atrair turistas de outras regiões.

A estrutura de apresentação do anteprojeto sobre os temas estudados e sobre as proposições, acompanhada das justificativas, desenhos e fotos, de maneira geral está organizada em três partes: a inicial, que apresenta a região sob aspectos físicos, climáticos, geográficos; a segunda, que apresenta a concepção do Plano; e a terceira, que trata dos equipamentos e da infraestrutura. A construção dessa estrutura pode ser livremente comparada com a do Plano Agache para o Rio de



Figura 84. Capa do Boletim da Sociedade de Engenharia n. 30, de outubro de 1939, onde foi publicado o anteprojeto.



Figura 85. Capa de cópia datilografada do Memorial do Anteprojeto de Atlântida Cidade Balnear, de 1939.

Janeiro, Plano esse que foi referência assumida por Ubatuba e Paiva em seus estudos para Porto Alegre, realizados entre 1936 e 38.

Origem do Projeto é o título da primeira parte do Memorial, que inicia com uma citação do “Senhor” Pierre Remaury, professor do Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris.⁴⁸

Antes de fixar os limites de uma zona a urbanizar, é preciso compreender as razões que justificam sua formação, de *órde*m [sic] moral, social, ou mesmo sentimental, que de *órde*m técnica ou econômica. (UBATUBA de FARIA; MOACYR, 1939, p.271).

Nessa mesma parte fica demonstrado que a preocupação dos autores do anteprojeto não se resume às questões sanitárias dos balneários, definidos como “inestéticos e antihigiêncos aglomerados de casinholas”. O aspecto estético é sempre mencionado como essencial no urbanismo. Tramandaí, a mais procurada pela “massa popular” após a abertura da estrada RS-030, é usada como mau exemplo pela falta de organização na implantação de chalés “separados entre si por uma distância mínima” de 0,30 m, no que ele chama de estado deplorável.

O argumento empregado para a implantação do Plano é de que a criação de um novo balneário modelar para visitantes ricos e pobres, auxiliada pelo Governo, despertaria a concorrência dos balneários tradicionais, implicando no saneamento de toda costa sem os altos custos que uma adequação dos existentes exigiria.

O tema geral do balneário é, pois, sobretudo, um tema social. É a utilização de uma zona favorável ao estabelecimento de uma organização de repouso onde a

⁴⁸ Pierre Remaury trabalhou com Henri Prost no *Projet d'aménagement de la Région Parisienne* apresentado em 1934.

ricos e pobres será dado gozar umas férias alegres e saudáveis. (UBATUBA de FARIA; MOACYR, 1939, p. 273).

Estariam aí explicitadas as razões de ordem moral, social e sentimental do Senhor Remaury?

Após a apresentação e antes de entrar na proposta, as **Rápidas Considerações Sobre a Zona Litoral Norte** - Estudo da Zona em que será Localizado o Novo Balneário apresentam a região sob os aspectos físicos, geográficos, geológicos, climáticos e de "salubridade". O autor justifica a escolha da área principalmente por esse último aspecto, reforçando as funções terapêuticas dos banhos de mar. Todos esses temas são ilustrados com alguns gráficos, diagramas e fotos de acordo com os preceitos da época do urbanismo-ciência, de preceder qualquer proposta com estudos técnicos do local. A área foi definida com 1.600 ha e 4 km de praia, em terras estendidas até a Lagoa dos Quadros.

Em seguida vem a segunda parte intitulada **Estudo Geral do Projeto**, com a **Concepção do Projeto**, iniciada novamente com uma citação de outro urbanista francês, Pierre Lauga.⁴⁹ É um comentário sobre as conclusões dos delegados de diversos países participantes do último Congresso Mundial de "Loisirs et Recreation", onde o papel do urbanista é ressaltado como aquele profissional capaz de organizar no espaço as diferentes atividades de lazer e descanso.

É preciso nos momentos de ócio e recreação mais do que em qualquer outra atividade humana, que a solidariedade constitua regra [...].

É o urbanista que pode classificar sôbre o sólo [sic] todas essas necessidades diferentes. O meio mais próprio para obter tal resultado está contido na três palavras: 'Pôr em ordem'". (UBATUBA DE FARIA; MOACYR, 1939, p. 281).

⁴⁹ Urbanista da SFU.

Figura 86. Mapa da região da futura cidade balnear publicada no BSE – RS em 1939.

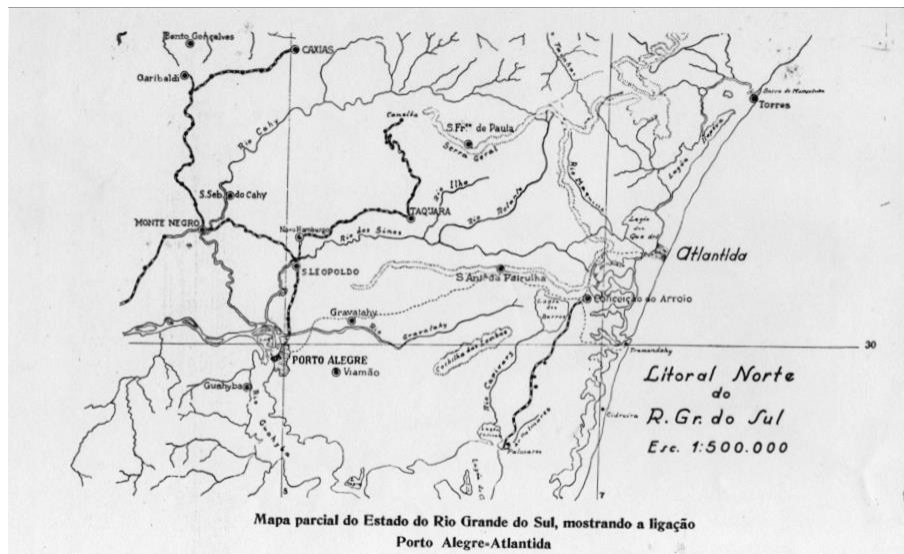


Figura 87. Foto de Ubatuba de Faria visitando a região do futuro balneário publicada no n.º 30 do BSE-RS em 1939.



Figura 88. Parte da foto da região escolhida para o novo balneário, publicada no BSE-RS, mostrando a margem leste da Lagoa e a Serra Geral ao fundo.



As duas citações dão o tom do discurso. Solidariedade, altruísmo, ordem, moral, saneamento, higiene, ar puro, áreas verdes, estética, traçado são as palavras-chave do urbanismo da época, que integram a memória do anteprojeto. Urbanismo como ciência altruísta e coletividade são conceitos que Karl Brunner utiliza em seu Manual de Urbanismo publicado justo em 1939, nos mesmos termos que Ubatuba emprega muitas vezes em suas manifestações para a imprensa, para plateias de técnicos ou no documento em análise, publicado simultaneamente.⁵⁰ Outra referência é que, segundo os preceitos da Igreja Positivista da qual o autor do projeto era adepto, o desenvolvimento dos conceitos de altruísmo e sociabilidade era uma meta da ciência do urbanismo.

Neste trecho, Ubatuba expõe suas ideias a respeito do planejamento de um balneário ex-nihilo, não sem antes estabelecer suas posições de cunho moral e social, colocando como condição indispensável à “[...] boa organização dos lugares de repouso [...]” o reforço à “vida de família”, que justificativa sua proposta de zoneamento. São três zonas para atender diferentes funções: a zona balneária marítima prevista para construções “particulares de três faixas de custo” para a população que buscaria os banhos de mar, outra zona de repouso para a população sazonal atraída pela Lagoa e um núcleo de caráter permanente, incluindo moradia, administração, comércio, culto e diversão junto ao hotel, para a população que seria atraída inicialmente como prestadora de serviços aos veranistas. Separadas por largas faixas de vegetação, Ubatuba aplica assim o conceito de zoning, tão em

⁵⁰ Karl Brunner, arquiteto e urbanista formado em Viena, elaborou projetos para o Chile, Colômbia e Panamá, tornando-se referência a partir de 1929. Publicou o Manual de Urbanismo entre 1939 e 40 (LERSCH, 2014, p. 93). É citado por Paiva, colega de Ubatuba, em vários dos seus trabalhos, e em texto reproduzido por Rovatti em sua tese (2001, p. 141).

voga, mas valoriza ainda o saneamento e o sistema viário. A justificativa para o traçado reiteradamente se refere ao racional, ao moderno e ao altamente social.

Em **Diretrizes do Plano Urbano** o engenheiro trata das previsões de expansão, como avenidas largas para o trânsito intenso futuro e grandes áreas verdes para garantir ar puro quando a área fosse densificada. A planta geral na escala 1:7.500, intitulada Plano Geral de Urbanização de Atlântida, abrange a área total definitiva, entre o mar e a Lagoa dos Quadros, de aproximadamente 1600 ha.

Porém é razoável e é técnico lançarmos as linhas diretrizes com uma amplitude de vistas que abranja um futuro quiçá remoto. Um plano esboçado é sempre um elemento orientador." (UBATUBA DE FARIA; MOACYR 1939, p. 283).

O Plano, que o autor define como um esboço, estava pensado para atender uma população de 15.000 habitantes prevista para o segundo ano do balneário⁵¹. Limitada a sudeste por 4 km de orla marítima e a noroeste pela orla da Lagoa dos Quadros, numa extensão variável de 3.700 a 4.500 m entre mar e lagoa. Após uma didática e breve explicação sobre traçados e suas classificações, Ubatuba diz que a linha dominante adotada é a do traçado convergente, seguindo rápida descrição. Porto, barra, canal para escoamento de águas pluviais e centro único para a primeira fase são apontadas como determinantes na orientação do "traçado das linhas diretrizes básicas do plano".

⁵¹ Ubatuba justifica como estimou essa população: Torres, Tramandaí, Cidreira, Capão da Canoa e Quintão teriam recebido 7.000 veranistas no verão anterior (1939, p. 285), mesmo com a estrada em más condições. Já para a previsão de 15.000 pessoas, baseou-se nos números comparados do faturamento da agência de viagens Exprinter para a região, que duplicou entre o verão de 1938 e 1939.

Expansão Orientada é o título do item seguinte. A finalidade altruística de servir ricos e pobres justifica os cuidados com o controle da expansão urbana. Aparece a preocupação com a racionalização da infraestrutura e de que só fossem comercializados os lotes nas áreas servidas por redes de água e esgotos, preocupação institucionalizada na legislação estadual de controle de loteamentos só a partir do ano seguinte, com os decretos já referidos no Capítulo 3. No ano da elaboração deste anteprojeto estava em vigor a legislação federal que dispunha sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações, o Decreto nº 3.079, de 15 de setembro de 1938. No seu Art. 1º inciso II, estabelecia a apresentação de “Planta do imóvel [sic], assinada pelo proprietário e pelo engenheiro que haja efetuado a medição e o loteamento e com todos os requisitos técnicos e legais; indicadas a situação, as dimensões e a numeração dos lotes, as dimensões e a nomenclatura das vias de comunicação e espaços livres, as construções e benfeitorias, e as vias públicas de comunicação.” Ao que parece, o anteprojeto não chegou neste grau de detalhamento, pelo menos não foi publicado no Boletim.

Mostra-se aqui uma definição mais clara dos três núcleos “dominantes” que originariam a cidade: a) na zona do hotel, aquele mais destacado e detalhado em planta; b) A zona de baixo preço perto do estacionamento; e c) Zona de repouso próxima à lagoa. As duas primeiras limitadas pelo parque oeste e a terceira distante 3,5 km da primeira. Mesmo que predomine o discurso do altruísmo, revela certa discriminação ao afirmar que “[...] a separação intuitiva, mas nunca rígida, é indispensável à boa ordem e à harmonia social.[sic]” (UBATUBA DE FARIA; MOACYR 1939, p. 300).

Para maior aproximação e compreensão da proposta, além do texto justificativo, foram estudadas as cinco principais imagens que compõem o material iconográfico dos documentos

disponíveis. São os elementos que ilustram a materialização das ideias descritas no texto:

Plano Geral de Urbanização de Atlântida - planta geral. Escala 1:7.500;

Plano Central de Loteamento - planta ampliada do loteamento inicial. Escala 1:2.500;

Visão Futura de Atlântida - perspectiva a voo de pássaro da área detalhada em planta⁵²;

Hotel-Casino de Atlântida - perspectiva do hotel com entorno imediato;

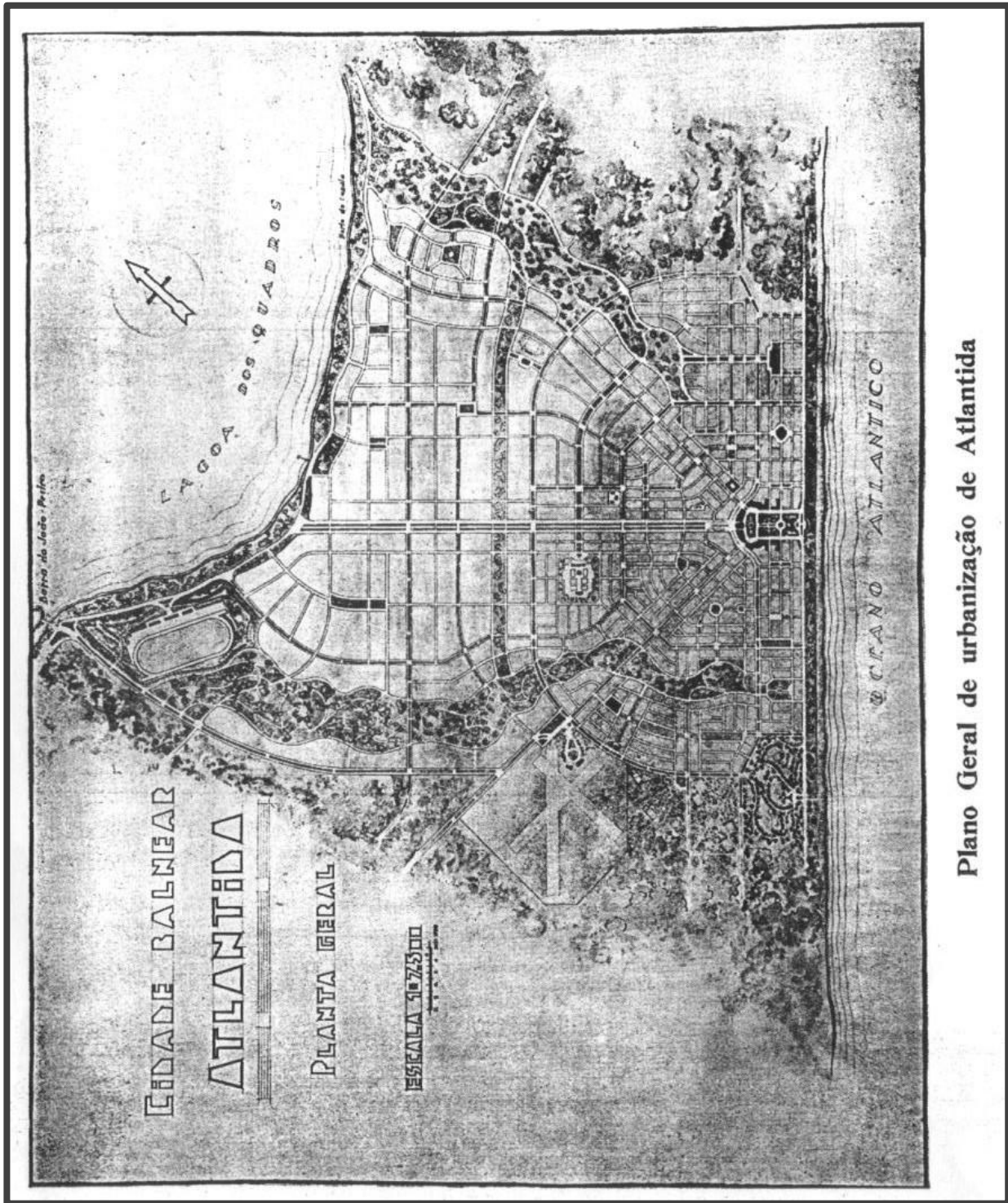
Gabaritos e Perfis transversais Escala 1:20.

São desenhos técnicos e perspectivas publicadas em impressão reduzida, em preto e branco e de baixa qualidade gráfica. Mesmo que não tenham sido localizados os originais dos desenhos, do próprio texto se retira a informação de que foram elaborados em nanquim e em aquarelas coloridas. Segundo noticiado no *Correio do Povo*, edição de 12 de maio de 1939, o autor dos desenhos de plantas e perspectivas foi Erwin Brandt, que trabalhava na empresa Dahne, Conceição e Cia, conhecida construtora de Porto Alegre e uma das integrantes do consórcio.

As três vias principais vão confluir para o núcleo central bem destacado. São elas: a Avenida Central, definida como uma *parkway*⁵³ com canal central e 100 m de largura,

⁵² Perspectiva que, segundo Marques (2013, p. 29), foi vista nos arquivos do arquiteto uruguaio Maurício Cravotto em Montevideu, em 1999. Apesar de algumas tentativas de contato com os atuais detentores dos arquivos de Cravotto, não foi possível localizar esse documento durante o período desta pesquisa.

⁵³ O conceito de *parkway* ou avenida-parque é americano. Exportado para a Europa no início do século XX, surgiu em 1869, quando os arquitetos Frederick Law Olmsted e Calvert Vaux, elaboram projeto para os arredores de Chicago. (BRITO; CAMARINHAS, 1997).



Plano Geral de urbanização de Atlântida

Figura 89. Planta geral do anteprojeto para Atlântida de 1939, a ser implantada entre o mar e a Lagoa dos Quadros.

Figura 90. Detalhe ampliado do Plano Geral, destacando a área prevista para implantação inicial do balneário. (s/esc.)

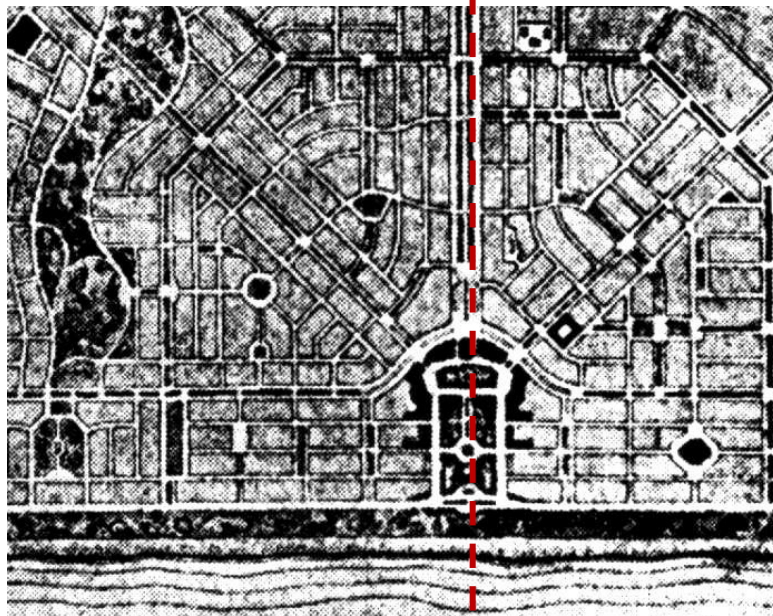
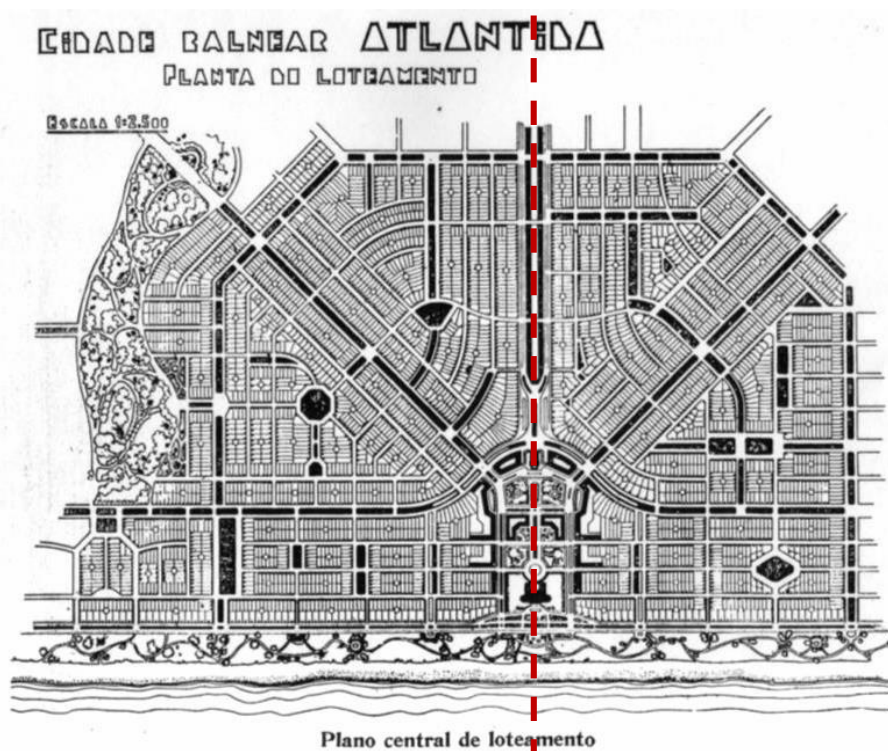


Figura 91. Planta elaborada em escala 1: 2.500 e publicada no BSE-RS, mostrando o "Plano Central do Loteamento". Há pequenas alterações em relação ao proposto no Plano Geral. (s/esc.)



com duas pistas de cada lado separadas por canteiros arborizados duas a duas, perpendicular à praia, ligando o núcleo central à lagoa; e as duas Avenidas Diagonais com canteiro central, uma que ligaria o mesmo núcleo ao Porto da Camila na lagoa e outra ligando o núcleo à estrada de Osório, ambas com 40 m de largura. Convergem para “um centro ao qual demos marcada importância” (UBATUBA DE FARIA; MOACYR, 1939, p.283). O centro para o qual convergem as vias do traçado estava implantado junto à praia e, assim sendo, não se tratava de um centro geográfico.

Além dos desenhos, Ubatuba descreve no texto a hierarquia das vias e seus gabaritos. A Avenida Central é o eixo principal perpendicular ao mar, com canal ladeado de taludes nos moldes aplicados por Saturnino de Brito como elemento estruturador em seus planos urbanísticos e de saneamento, e que tem sua perspectiva interrompida a partir da interseção com a principal via paralela. Essa interrupção de perspectiva talvez remeta a Camilo Sitte, “o traçado das ruas, praças e interseções sempre obedece às leis do urbanismo pitoresco medieval, ou seja, uma rua sempre termina em uma barreira significativa.” (PANERAI, 2013, p. 56).

Implantada a 580 m da orla, essa via paralela ao mar se deforma em curva próxima ao cruzamento para definir o limite noroeste do núcleo central. Nesta curva se dá a inflexão das duas vias radiais, que a partir daí seguem ortogonais à praia, fechando a perspectiva e definindo os contornos norte e sul do centro único. Todas elas com canteiros centrais. O núcleo é composto de quarteirões diferenciados sem parcelamento e com praças que interrompem a Avenida Central na curvatura da outra avenida. Dois pontos focais no eixo de simetria do centro: junto à avenida principal, aquilo que na perspectiva aparenta ser um templo e na extremidade oposta, junto à Avenida Beira Mar, a

Prima Donna: o Grande Hotel Cassino. Que o urbanista apresenta no texto como “a razão de ser da nova cidade”.

Completando os elementos mais destacados do traçado há duas vias que o autor chama de perimetrais ou avenidas circulares⁵⁴, a aproximadamente 1 e 2 km do centro “principal” (UBATUBA DE FARIA; MOACYR, 1939, p. 283). A primeira é composta por trechos de vias retas, dois perpendiculares, dois diagonais e um trecho paralelo ao mar e define os limites da área que será ampliada e detalhada para ser executada numa primeira fase de implantação do loteamento. A segunda é formada por trechos retos e conexões curvas entre a parte paralela à praia e as duas perpendiculares à avenida beira-mar, simetricamente dispostas. Para além desta estavam previstos lotes com área mínima de 500 m² para chácaras. Era a área proposta para ocupação mais intensa, com lotes de 25 m de testada mínima. O tecido ortogonal mais regular se restringe à área limitada pela avenida paralela à beira-mar.

Para diferenciação das áreas o autor faz uso de malhas distintas, e adota a “afirmação morfológica dos centros com edifícios mais altos, praças ou com a combinação de ambos”, princípios que Panerai (2013, p. 195) afirma terem sido testados por Unwin em Hampstead e publicados em *Town-planning in Practic*.

A arborização de vias, as zonas de parques e de praças verdes são indicadas nitidamente nas plantas, nas perspectivas e nos gabaritos que fazem parte da publicação. O

⁵⁴ Um sistema de vias perimetrais que unem radiais, inspirado no que Eugène Hénard criou para Paris originalmente, e nos urbanistas da SFU, é proposto por Prestes Maia, em 1930, no Plano de Avenidas para São Paulo, com a ideia do perímetro de irradiação. (SOUZA, 2005, p.94). Plano esse que foi estudado por Ubatuba.

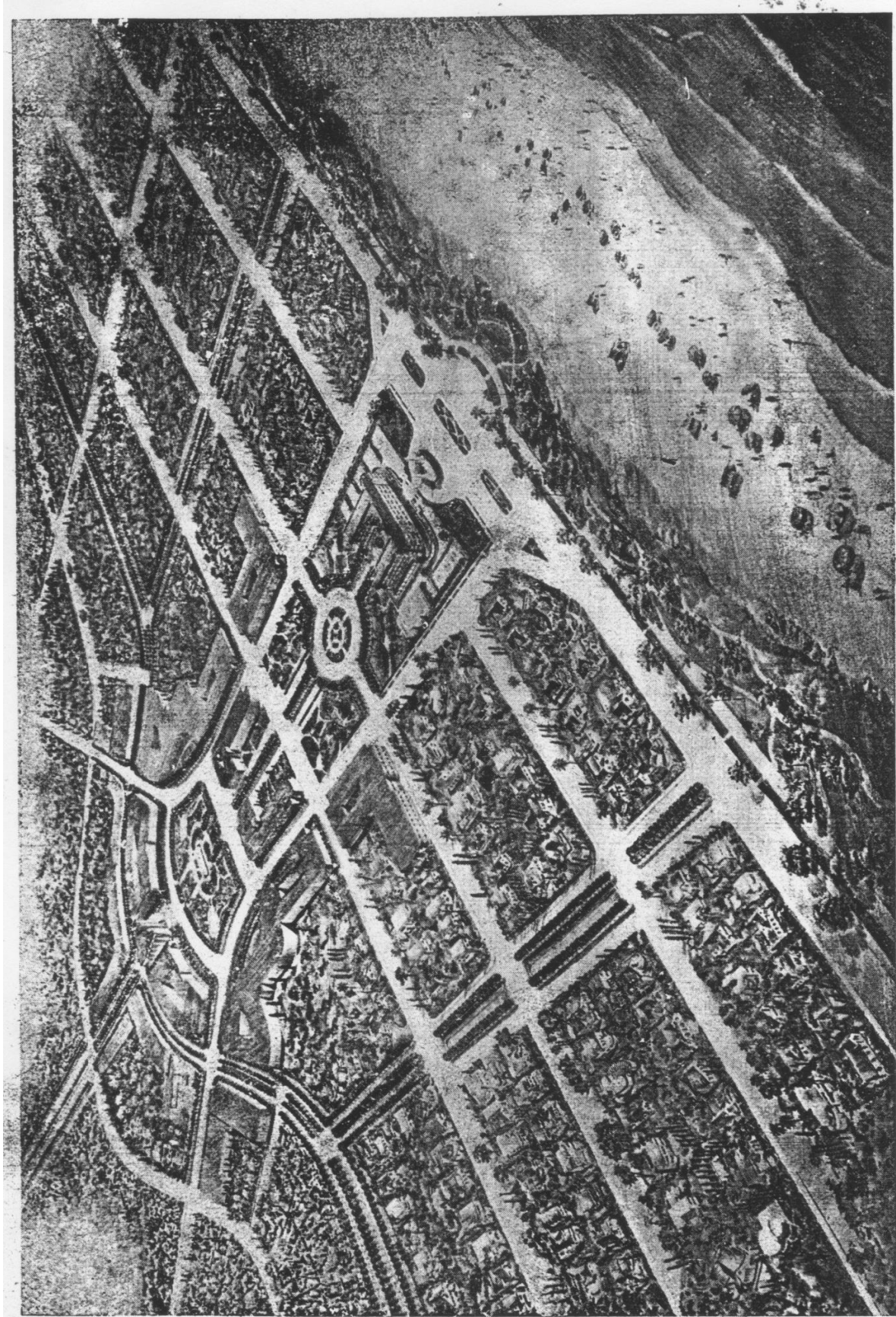


Figura 92 (ao lado). Perspectiva da área inicial de implantação do Plano, destacando o núcleo que tem o hotel como ponto focal. Destaque também para as *parkways*, a longitudinal sinuosa e as transversais, as vias convergentes, e os edifícios na borda dos quarteirões da Avenida Central. E o tratamento paisagístico da orla.



Figura 93. Hotel da Atlântida uruguaia, exemplar da típica arquitetura "barco".



Figura 94. Hotel Siri e edifício Tramandaí, na praia do mesmo nome, que remete à volumetria e a modenatura da imagem do hotel do projeto de 1939.

Duas dessas largas faixas de vegetação penetram em cunha diagonal da lagoa até a via que se poderia chamar aqui de primeira perimetral. Unindo as duas, uma faixa verde mais estreita paralela à praia. E ao longo das duas orlas, da lagoa e do mar, outras duas faixas verdes. Um equipamento interessante e inusitado para um balneário brasileiro: aparece implantado junto à Lagoa dos Quadros, um hipódromo.⁵⁵ Esse conjunto poderia ser descrito como um *park system*, da forma que Abreu Filho descreve como parte da estratégia adotada por Arnaldo Gladosch para Porto Alegre em seu plano de 1943, na criação de parques ligados por áreas verdes e *parkways*, como também de parques periféricos que se ligam ao centro por meio do esquema proposto por Bruno Möhring⁵⁶, de faixas verdes de penetração em cunha.

Aparentemente há uma hierarquia de arborização correspondente à hierarquia das vias. Na planta ampliada, é insinuado um tratamento paisagístico na faixa que se estende ao longo de toda a praia, entre a Avenida Beira Mar com canteiro central e a faixa de areia. O sistema de praças e parques fica de fora da parte a ser implantada inicialmente.

Em resumo, o Plano combina uma certa monumentalidade, eixos e perspectivas, ordem, simetria e vias radiais do urbanismo clássico com tratamento de esquinas e cruzamentos e limitação de perspectivas no núcleo pitoresco de Camilo Sitte, sistemas de parques e áreas verdes interligados

⁵⁵ O Plano de loteamento para Atlântida uruguaia, da segunda década do século XX, também previa um hipódromo, programa pouco comum para balneários no RS. Não executado, o seu terreno abrigou um campo de golfe que se tornou famoso. (CARO, 2011).

⁵⁶ Pelo Estudo para o Plano de Avenidas de Prestes Maia, Ubatuba pode ter conhecido também o trabalho de Bruno Möhring e Richard Petersen, e a "penetração em cunha". Os dois autores mais Nelson P. Lewis são as referências de Maia ao tratar das noções de sistema de *parkways* e parques, uma ideia norte americana. (ROVATTI, 2001, p. e ABREU FILHO, 2006, p. 164). Elementos que foram utilizados por Ubatuba nos dois projetos.

delimitando zonas com funções distintas dos Park Systems americanos e uma esquematização do sistema de radiais.

A planta de loteamento da área central prevista como primeira etapa para atender 10.000 pessoas é ampliada na escala 1:2.500, detalhada com a marcação dos lotes, todos numerados mas não cotados. Outros elementos marcados nesta planta, intitulada Plano Central do Loteamento são deduzidos a partir das cópias impressas em pequena escala, o que dificulta bastante a leitura e pode induzir a equívocos na análise e interpretação.

É possível arriscar algumas conclusões fazendo comparações entre as imagens. Por exemplo: nas duas plantas em escalas diferentes e nas duas perspectivas apresentadas estão desenhadas as edificações que teriam implantação nos perímetros ou faces de quarteirão, conformando as vias de contorno do núcleo central, ao longo das duas vias principais perpendiculares ao mar que seriam a continuidade das diagonais, desviadas no encontro com a via paralela principal.

A altura de dois ou três pavimentos é mostrada nas perspectivas, sem menção no texto. As formas exatas desses prédios não coincidem exatamente na perspectiva e na planta ampliada, mas se aproximam e permitem concluir que a ideia era configurar a área central da cidade com a arquitetura. Essa ideia será mantida no Plano executado de 52, onde a construção de edifícios em altura (três pavimentos) e possibilidade de uso comercial foi permitida apenas ao longo da avenida central e das bordas dos parques, a ideia do edifício que forma a cidade encontrada em Agache (LEME, 2005, p. 26).

O item intitulado **DIFERENTES PROBLEMAS DA NOVA CIDADE BALNEAR** trata dos equipamentos e da infraestrutura, primeiramente dos hotéis.

Ésse estabelecimento, certamente, virá modificar costumes que já não encontram razões de existirem nas nossas praias. As viagens penosas de anos atrás, com suas

peripécias e imprevistos, não permitiam a quem quer que fosse, o uso de um traje apresentável. Mas hoje já se torna grotesco o tamanco incômodo e o pijama impróprio. (UBATUBA DE FARIA; MOACYR, 1939, p. 287).

Previsto como “razão de ser da nova cidade” estava o Hotel Cassino. Implantado em terreno de 180 x 120 m, na extremidade do núcleo central que fazia a avenida beira-mar, com área definida de 3.560 m² no térreo mais três pavimentos de 2.120 m², com 171 quartos, nem todos com banheiros privativos. A única imagem do hotel que consta do documento é uma perspectiva externa da edificação em primeiro plano, as vias de entorno detalhadas, a cidade edificada ao redor e a serra ao fundo. O Hotel tem linhas da arquitetura que se poderia chamar art déco, que foi predominante em Porto Alegre a partir da Exposição do Centenário Farroupilha de 1935, tão ao gosto dos arquitetos atuantes na capital nos quarenta. Há uma referência naval muito sutil, especialmente se comparada ao hotel de Atlantida uruguaia, no país em que predominou no período a arquitetura dos chamados “edifícios barco” (CUNHA, 2012). O partido em “U”, com corpo principal paralelo à praia, e duas alas perpendiculares simetricamente dispostas, articuladas em esquinas curvas, está implantado no centro do quarteirão criando pátio central ajardinado de serviço. A volumetria e a composição da planta e das fachadas, sem falar na modenatura, remetem ao projeto do edifício Tramandaí/hotel Siri, no balneário do mesmo nome, construído posteriormente. E a forma da implantação antecede, ou talvez até inaugure na região o tipo de ocupação de lote semelhante a dos edifícios quarteirão.

O engenheiro utiliza recursos para valorização e realce da edificação situada privilegiadamente no ponto focal do núcleo central, exatamente sobre o eixo da *parkway* principal,

com o alargamento da via junto à fachada voltada para o mar, e a elevação do terreno.

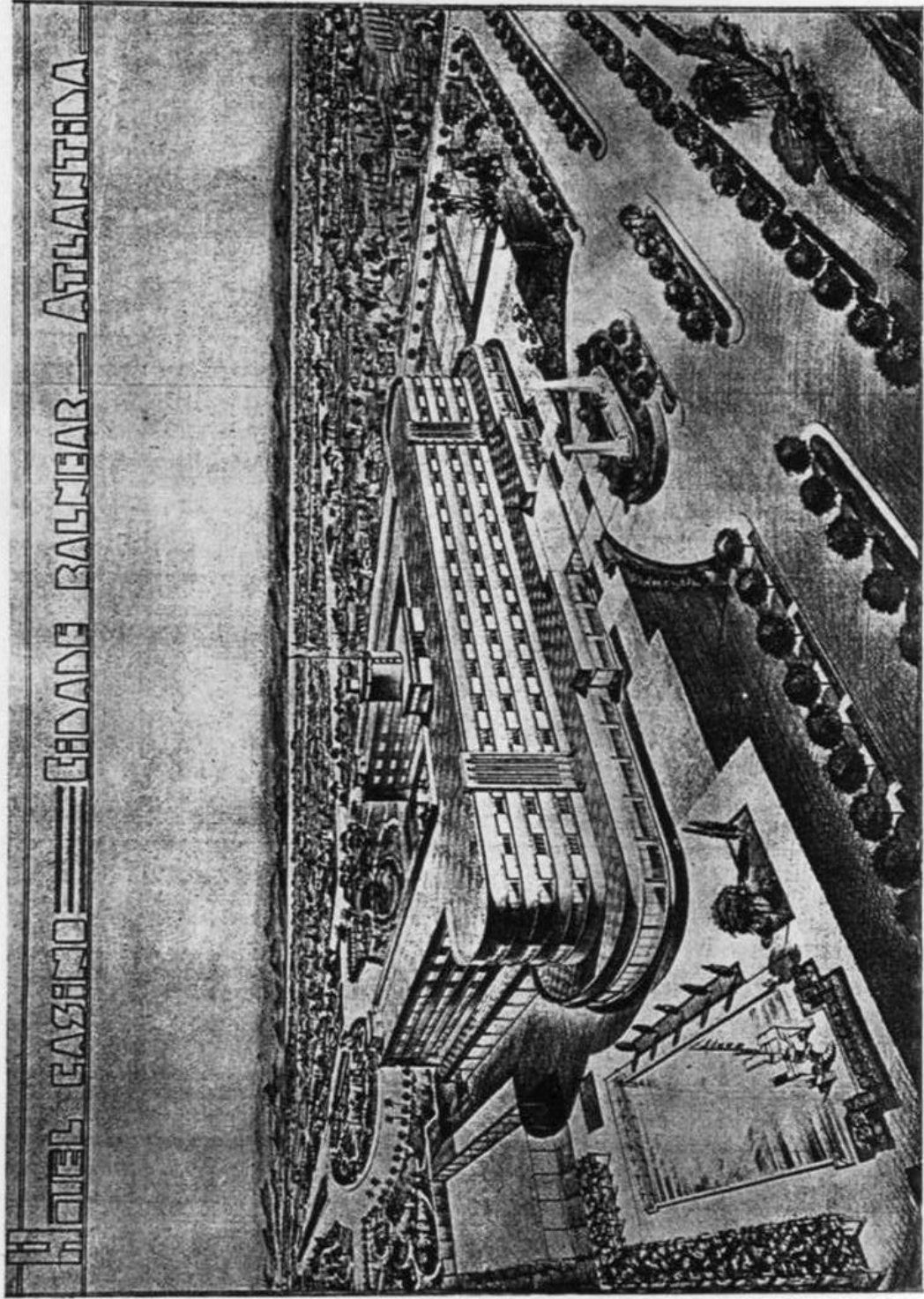
Para maior realce da massa arquitetônica, todo conjunto assentará num terrapleno, 0,70 mais alto que as ruas circundantes. Isso trará vantagens para a piscina, pois dessa forma não haverá necessidade de se erguerem paredes laterais demasiado altas. E o espelho d'água será pouco mais elevado que o nível do terreno. (UBATUBA DE FARIA; MOACYR, 1939 p. 286)

Dentro dos princípios da vida saudável, tão valorizados na época, a imagem que acompanha o texto na publicação mostra o hotel rodeado de piscinas e canchas de esportes.

A única imagem do hotel que consta do documento é uma perspectiva externa da edificação e da sua área de entorno. Contudo, há uma descrição detalhada da planta baixa do térreo, seu programa, as dimensões das salas destinadas às respectivas funções do programa com hall, restaurante e cassino. Embora haja referência no texto a plantas baixas em escala 1:100, não foi possível localizá-las. "Só um exame detido das plantas na escala 1:100 poderá dar uma idéia perfeita e clara da distribuição interna desse hotel, que, esperamos, satisfará o hóspede mais exigente." (UBATUBA de FARIA; MOACYR, 1939)

O programa do pavimento térreo é descrito de forma mais detalhada, referindo um grande hall com 29 x 8 m e pé-direito de 6,20 m, "vis-a-vis do Oceano". Do que se supõe que haveria ao menos um anteprojeto para o hotel. Suposição que se confirma com comentários do tipo "como se observa na planta baixa", descrição do salão do cassino com 16,80 x 29,50 m, do restaurante para quinhentas pessoas e elevador para os banhistas são outras referências que levam a concluir que a ideia do Hotel não se resumia a uma perspectiva, mas talvez tenha

Figura 95 (ao lado). Única imagem localizada do Hotel Cassino, a "razão de ser da nova cidade", ponto focal do Plano, localizado no eixo da Avenida Central. As vias de entorno são detalhadas, a cidade edificada ao redor e a serra ao fundo. Dentro dos princípios da vida saudável, tão valorizado na época, a imagem mostra o hotel rodeado de piscinas e canchas de esportes.



Hotel-Casino de Atlántida

avanzado em etapa de anteprojeto, não incluída na publicação nem no exemplar datilografado localizados neste trabalho.

Outro tema tratado como problema da nova cidade balnear é o **loteamento**. Depois de denunciar a estratégia especulativa utilizada pelos antigos loteadores, usando expressões como ganância, argúcia e artimanha de vendedor, que abusaria do incauto candidato a comprador de lotes, Ubatuba explica os critérios para o dimensionamento adotado.

O loteamento sempre foi o pomo da discórdia entre o urbanista e o proprietário das terras a serem utilizadas. O ponto de vista econômico e acanhado desses últimos, exigindo sempre mais lucro com o mínimo de gastos, deu origem a que, vendida uma pequena porcentagem dos terrenos, a vila projetada com tão grandes esperanças de lucros paralisasse na sua evolução e modificasse o seu aspeto [sic]. (UBATUBA DE FARIA; MOACYR, 1939, p. 287).

Os lotes retangulares têm dimensões regulares e estão dispostos em toda área ampliada, adaptando-se ao traçado nas vias curvas e nas transições entre curvas e retas. Exceção para os lotes de frente para o mar, que tem a largura maior que os lotes regulares e para os que contornam o núcleo central, previstos para blocos contínuos nas faces de quarteirão. O que também se verifica no Plano definitivo. Não estão cotados, mas há referência no texto às testadas de 20 m junto à praia, 12 m na zona central e 10 m “para a zona mais modesta”. Com profundidade média de 35 m, na área mínima proposta para os lotes era de 350 m². Já na área das chácaras junto à lagoa, localizada além da chamada “segunda avenida circular”, a área mínima dos lotes seria de 500 m² ou meio hectare, com testada mínima de 25 m. Ubatuba defende os critérios que adota com relação às testadas dos lotes, e justifica as dimensões estabelecidas para acomodar

a população prevista para os que advogavam por amplas testadas.

No entanto, conscienciosamente estudada a questão, cremos não pecar por falta nem por excesso. A nossa previsão, estabelecendo 10.000 pessoas no máximo para a primeira etapa de desenvolvimento dessa cidade, mesmo com o Parking de estacionamento e as 6 colônias de férias, exigirá 1.700 lotes para acomodar toda essa população numa média de 5 indivíduos por unidade de terreno. (UBATUBA DE FARIA; MOACYR, 1939 p.289).

No item **Ruas – Gabaritos – Perfis** define, para as vias chamadas de residenciais, gabaritos de 12 m de largura, considerando os passeios de 3 m e mais a caixa de rua com 6 m. A Avenida Central totalizaria 100 m de largura, sendo 30 m para os dois passeios e talude, o canal de 20 m, as quatro caixas de rua de 6 m separadas por canteiros de 5 m duas a duas, e os passeios de 7 m junto aos lotes. São mantidos os 4 m de recuo frontal. Já nas avenidas diagonais foram previstos 6 m de recuo de frente dos lotes. O total de 40 m do gabarito está distribuído com 5 m de passeios, 6 m de caixa carroçável e grande canteiro de 18 m de largura. O leito carroçável de 6 m para todas as vias foi adotado por questões de economia, sendo as vias do centro e a Beira Mar pavimentadas com asfalto.

Fiel ao discurso higienista, e posicionando-se contrário aos outros loteamentos da época, não permitia a venda de qualquer lote sem abastecimento de água tratada, porém a rede de esgoto estava prevista apenas para o centro. Outros serviços são mencionados, para os quais foram previstas áreas no Plano geral: horto, cemitério, matadouro, mercado público, pequena indústria, posto de gasolina. Ubatuba vai ao detalhe de estimar preços de passagens de ônibus. Percebe-se que este meio de transporte estava engatinhando, pois há referência à compra antecipada de passagem com poltrona numerada como novidade. O transporte de carga estava previsto pela lagoa

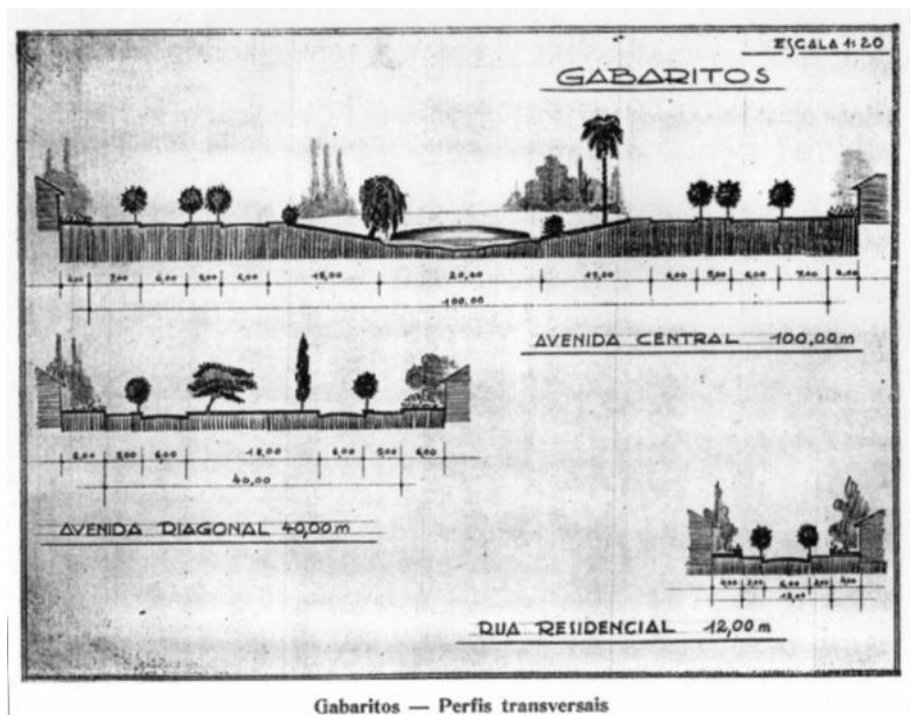
(ainda o Tráfego Mútuo). Curiosamente, a experiência como piloto amador deve ter pesado para que fosse previsto um campo de aviação por Ubatuba, visando atender público do interior do estado e ao esporte aéreo, “elegante e sensacional recreação”.

Espaços Livres é o item em que se posiciona em tom poético: “árvores que baloiçam ao vento, flores de colorido variegado, cheiro de terra fresca, tudo isso é um poderoso sedativo para os nervos abalados na luta pela vida”. Em seguida em tom científico, descreve a metragem de áreas de praças, parques, avenida *parkway*, que somariam 25% de espaços livres. Há referência direta ao modelo de cidade jardim, porém para ponderar que essa classificação não se aplica ao projeto.

Em virtude da porcentagem elevada de espaços livres, poderíamos classificar Atlântida como cidade-jardim; no entanto, ela, no seu traçado e disposição de lotes não possui todos os característicos que lhe faculte tal classificação. (UBATUBA DE FARIA; MOACYR, 1939, p. 292).

A concepção das **colônias de férias** é detalhada, lembrando que era um momento em que o Estado estava sob intervenção federal, sob a ditadura de Getúlio Vargas. Estavam inicialmente pensadas como conjuntos de casas econômicas para utilização em períodos quinzenais. Seriam a solução para atender aqueles que não teriam condições econômicas de pagar diárias de hotéis, para entidades de classe, institutos ou outras formas de cooperativas de comerciários, operários de fábricas ou funcionários públicos. A proposição é de seis colônias de férias compostas por um hotel para quarenta pessoas como núcleo de um conjunto de trinta e cinco unidades de habitações para seis pessoas cada, soltas no terreno, em zona a 400 m da praia. Há referência a colônias de estudantes com outro formato.

Figura 96. Perfis e gabaritos das vias estabelecendo 100 m para a Avenida Central com canal, 40 m para as radiais (diagonal) e 12 m para as residenciais. Todas com previsão de arborização nos canteiros centrais ou nos passeios. Recuos frontais de 4 m nos lotes.



Gabaritos — Perfis transversais

E complementando os locais de veraneio aparece o parque de estacionamento para quatrocentos veículos, que chama de Parking que “proporcionará, para as classes menos favorecidas pela fortuna, dias felizes de vida ao ar livre, higiene, ordem, conforto e alegria” (UBATUBA DE FARIA; MOACYR, 1939, p. 296). A área projetada para acampamentos, prevendo 42 hectares na beira-mar, equipada com restaurante, sanitários, chuveiros e pontos de água potável para receber acampamentos das “classes menos favorecidas”, é equipamento que considera “medida humana e indispensável à eugenia da raça”. Além das proclamadas preocupações sociais, o que chama a atenção na explanação do urbanista é seu discurso com repetidas referências aos bons costumes, em defesa da família, à ordem e a sua preocupação com a segregação espacial das populações de diferentes classes econômicas. O discurso técnico se mescla a razões de ordem moral ao longo de toda a memória do anteprojeto.

Na conclusão do trabalho há uma frase, em tom grandiloquente, que revela a chave para a interpretação de quais circunstâncias proporcionaram a elaboração do consistente projeto:

A influência marcada de espíritos criadores e vigorosos, como o são os dos membros das firmas formadoras do consórcio, ecoou no ânimo do projetista. Sentimo-nos possuídos da liberdade, sem a qual é impossível produzir com inspiração. (UBATUBA DE FARIA; MOACYR, 1939, p. 301).

Ubatuba teve a oportunidade de projetar sobre o vazio e aplicar os preceitos do que acreditava serem ideais, sem condicionantes de preexistências e, ao que parece, sem grandes interferências ou restrições impostas pelos clientes. O anteprojeto para o balneário, que envolve discurso de ordem ética e não só

técnica, foi precursor no Rio Grande do Sul dentro da escala proposta. Talvez único, pois se desconhece que tenha havido antes um Plano nessa escala de abrangência e profundidade para balneários. O que Ubatuba elabora para o Imbé é a aplicação de um modelo de loteamento, e depois dele não se sabe de outro projeto que ele tenha elaborado nessas condições no litoral. A partir de sua atuação como diretor do Departamento de Balneários Marítimos, Ubatuba elabora o Plano para o balneário Cassino, em 1944, onde segue algumas linhas deste aqui estudado. Posteriormente vai participar de várias propostas de loteamentos, sem a complexidade da primeira Atlântida.

O pedido de concessão e o Plano foram aprovados pela Prefeitura de Osório e pelo Governo Estadual de Cordeiro de Farias. Segundo noticiário local (CIDADE..., 1939), o ato de aprovação do Plano de Atlântida foi assinado em 25 de novembro de 1939. A empresa Atlântida Cidade Balnear Ltda., formada pelo consórcio já referido, recebia assim apoio oficial para sua execução. Com pareceres das Secretarias de Obras e do DAER, foi aprovado para se estabelecer entre a Lagoa dos Quadros e o oceano, a 15 km da serra, com capacidade inicial para 10.000 veranistas. Os motivos que impediram a realização deste empreendimento ainda devem ser melhor investigados, mas supostamente devem ter pesado os altos custos de implantação.

4.2 A ATLÂNTIDA REAL | 1952

A cidade balnear de Atlântida concebida em 1939 não foi construída. Porém, 13 anos mais tarde, ocupando parte da mesma área, entre o balneário já consolidado de Capão da Canoa e onde se implantaria o loteamento de Capão Alto (futura Xangrilá)⁵⁷, concretiza-se um empreendimento bem sucedido de novo balneário que recupera algumas das particularidades que envolveram seu antecessor.

O momento político, as intenções dos incorporadores e a existência de balneários bem constituídos na vizinhança⁵⁸ são algumas das circunstâncias que distinguem a oportunidade da realização de Atlântida da sua precursora. A transição do governo de Eurico Gaspar Dutra, em 31 de janeiro de 195, para o retorno via democrática de Getúlio Vargas ocorre simultaneamente à sucessão no governo do estado entre dois governadores eleitos: de Walter Jobim por Ernesto Dornelles e vai corresponder a alterações substanciais no modelo implantado. Este último voltava com Getúlio, depois de ter sido interventor federal na década de 1940.

Ao contrário do Plano não executado de 1939, que o autor denomina de anteprojeto, e do qual está disponível o Memorial Justificativo completo, não se tem um documento textual nos mesmos moldes, que apresente justificativas, conceitos, regime urbanístico ou qualquer outra referência do Plano executado na década de 1950. Apenas foi localizado o

57 Plano assinado por Roberto Veronese, sócio de Emil Bered e Salomão Kruschin, de 1952, conforme informou Bered em depoimento concedido à autora em 04/06/2013. Contratado pela mesma empresa loteadora de Capão da Canoa entre 1952 e 55, que tinha como um dos sócios seu tio Agostinelli, teve como âncora o Hotel Termas de Xangri-lá, projeto do mesmo arquiteto e de Vera Fabrício, e foi demolido nos anos 2000.

58 A ocupação já consolidada de Capão se desenvolve a partir da implantação dos loteamentos da Empresa Territorial na virada das décadas de 1930/40 referidos no capítulo anterior.

Figura 97. Operários no início dos trabalhos de implantação do balneário de Atlântida. Foto de Ubatuba de Faria, segundo anotação de Nélide Casaccia Bertoluci.



Atlântida 1952

Memorial Descritivo exigido pela legislação para aprovação do projeto na Prefeitura e para o posterior registro do loteamento, o Decreto 3.079/38 que já estava em vigor.⁵⁹

Uma das principais fontes de imagens e de testemunhos sobre Atlântida é a publicação organizada pela filha do empreendedor, Nélide C. Bertoluci, alusiva aos 60 anos do balneário, fundamental para orientar o caminho seguido nas pesquisas, em especial sobre os profissionais envolvidos no projeto de 1952. Infelizmente, a autora não credita as fotos de época, mas faz menção ao fotógrafo chamado “Baixinho”, que teria sido o autor daquelas “de várias cenas deste livro”, sem especificar quais delas. (BERTOLUCI, 2012, p. 75). No verso de uma das fotos dos arquivos da família, gentilmente emprestadas por Nélide para esta pesquisa, há uma anotação a mão indicando a autoria de Ubatuba: a foto dos trabalhadores.⁶⁰

Como no caso precedente e mantendo-se a proposta de mostrar a correlação entre os dois momentos de afirmação das disciplinas urbanismo e arquitetura moderna e os dois respectivos projetos, será traçado um breve quadro do ambiente em que se formam os arquitetos responsáveis pelos principais projetos de edifícios de Atlântida.

⁵⁹ Decreto federal que regulamenta o Decreto lei n.º 58/37, que previa a apresentação de Memorial com descrição minuciosa da propriedade, relação dos títulos de domínio dos últimos 20 anos, Plano de loteamento e planta do imóvel, previamente aprovados na prefeitura e contrato de venda, entre outros. Destes, só não se teve acesso ao contrato de venda dos terrenos de Atlântida.

⁶⁰ Autoria confirmada ao final da elaboração desta pesquisa, em trecho da dissertação que está em elaboração por Thaís Menna Barreto, **A Fotografia de Luiz Arthur Ubatuba de Faria: o olhar de um urbanista**. (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em fase de elaboração, trecho cedido pela autora por intermédio de seu orientador, João Rovatti, em maio de 2015.

Preliminares II: O Contexto dos Arquitetos

“E nós, gaúchos, em arquitetura, somos ainda uns guascas a projetar e construir pelo gosto e pela técnica do princípio do Século [sic].” (KREBS, 1949, p. 46).

A frase acima foi utilizada por Carlos Galvão Krebs⁶¹ em matéria publicada na Revista do Globo, que relata a realização do II Congresso Brasileiro de Arquitetos em Porto Alegre, em novembro de 1948. Melhor que isso: o repórter se posiciona a favor da arquitetura moderna, alardeando “a pobreza e o atraso de nosso Estado na matéria” (arquitetura) (KREBS, 1949, p. 46). Salienta a vinda do que havia de mais representativo em nossa arquitetura, listando os nomes dos profissionais⁶², mas lamenta a ausência dos “pró-homens” Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Ao que nos interessa aqui, lá estava presente nosso personagem principal, Ubatuba de Faria, além de Edgar Graeff e provavelmente de vários outros personagens dessa história, ainda estudantes. O jornalista segue informando que “a Prefeitura de Porto Alegre exibiu maquetes de projetos pavorosos em absoluto anacronismo com relação à arquitetura contemporânea”. (KREBS, 1949, p. 69).⁶³

Assim como no momento em que foi elaborado e apresentado o projeto de 1939, os profissionais habilitados eram

⁶¹ Carlos Galvão Krebs estudou no Instituto de Belas Artes, onde conviveu com os profissionais e estudantes, artistas e arquitetos e atuou como jornalista.

⁶² Entre os nomes citados estão: Jorge Machado Moreira, Hélio Uchoa Cavalcanti, Fernando e Francisco Saturnino de Brito, Eduardo Corona, Carmem Portinho do Rio de Janeiro e Eduardo Kneese de Melo e Ícaro de Castro Melo de São Paulo e os Gaúchos Ubatuba de Faria, Edvaldo pereira Paiva, Ernani Correa, Edgar Graeff, Riopardense de Macedo e Tasso Correa, e vários outros.

⁶³ A Revista do Globo incluía matérias sobre várias manifestações culturais para um grande público leigo, inclusive arquitetura. Fato raro, praticamente inexistente em nossos dias na imprensa gaúcha. Um mês após a reportagem acima, a mesma revista dava o tom do papel que era atribuído a Oscar Niemeyer pelos jornalistas da revista: o arquiteto dividia uma página com mais três personalidades da intelectualidade brasileira de então: Jorge Amado, Afonso Arinos de Melo Franco e José Lins do Rego (Revista do Globo nº 480 de 02/04/1949).

os engenheiros formados na Escola de Engenharia, onde Ubatuba formou-se, o Plano para a Atlântida realizada se desenvolve nesse outro ambiente, no momento da estruturação dos cursos de arquitetura no Rio Grande do Sul e das primeiras turmas de arquitetos formados.

Até meados dos anos quarenta, não havia cursos de formação de arquitetos no estado e a prática profissional era exercida por arquitetos estrangeiros vinculados a escritórios de engenharia e construtoras. Segundo Ribeiro (1987), o surgimento e desenvolvimento da arquitetura moderna no Rio Grande do Sul e a afirmação da arquitetura como disciplina autônoma no sul são duas causas indissociáveis que ocorrem após o Estado Novo. “[...] é praticamente impossível discriminar, num balanço desse período, o que cabe à arquitetura moderna do que cabe à arquitetura simplesmente.” (RIBEIRO, 1987, p.30).

Em 1944 é criado o primeiro curso de arquitetura dentro do Instituto de Belas Artes (IBA), que se instalaria em 1945 e formaria sua primeira turma em 49. Tinha como modelo a Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil, do rio de Janeiro, e foi seguido pelo Curso de engenheiros-arquitetos da Escola de Engenharia, cujo modelo era a Escola Politécnica de São Paulo. (ALMEIDA, 2005, p. 115). Ambos vão se fundir em 1952, na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul federalizada, no ano da implantação de Atlântida. E serão alguns dos arquitetos envolvidos nesses acontecimentos, professores, alunos e profissionais formados nas primeiras turmas que irão participar dos projetos para Atlântida.

Novamente entra o engenheiro urbanista Ubatuba em outra relevante função exercida, a de docente. Convidado a dar aulas no novo curso de arquitetura do IBA em 1944, juntamente com outros dois engenheiros, o amigo Paiva e Fernando de Azevedo Moura (um dos sócios da Construtora Azevedo Moura

Figura 98. Página da Revista do Globo de 5/3/1949 que ilustra a matéria citada de Krebs. Entre os participantes do Congresso aparecem alguns nomes importantes da arquitetura moderna brasileira e professores e alunos do Curso de arquitetura do IBA. Da esquerda para a direita, de cima para baixo: Fernando Corona e Jorge Machado Moreira; Carmen Portinho; Fernando e o filho Eduardo Corona; e a plateia com o mesmo Corona, Paiva na frente de Ubatuba; O arquiteto uruguaio Ildefonso Aroztegui "ministrando uma aula".



Figura 99. Capa do n.º 478 da Revista do Globo com a atriz Tônia Carrero.

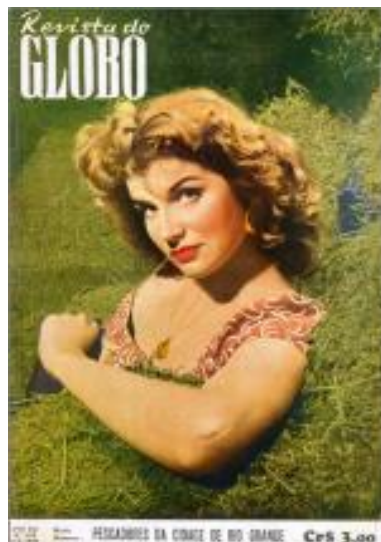




Figura 100. Reportagem de Carlos Krebs sobre o II Congresso de Arquitetos, realizado em Porto Alegre, mostrando Fernando Corona e Edgar Graeff e o cartaz do Congresso. Fotos de Herbert Knetsch.

Figura 101. Edgar Graeff, à esquerda, mostrando maquete a Ubatuba de Faria.



Figura 102. Plateia de sessão plenária do II Congresso de Arquitetos. Na segunda fila aparece o autor dos projetos estudados aqui, L. A. Ubatuba de Faria, atrás de E. P. Paiva.



Figura 103. Oscar Niemeyer entre alunos do Curso de arquitetura do IBA, em Porto Alegre, 1949. Foto publicada na Revista do Globo.



Figura 104. Capa do nº 482 da Revista do Globo que traz reportagem sobre a visita de Niemeyer a Porto Alegre.

& Gertum), lá conviveu com aqueles que viriam a ser reconhecidos como os mais importantes profissionais do urbanismo e da arquitetura moderna porto alegreense. Em 1947 ajudou a criar o Curso de Urbanismo do mesmo Instituto, previsto para arquitetos e engenheiros formados, com duração de dois anos⁶⁴.

Outra curiosidade que diz muito sobre o ambiente reinante no curso, e que elucida sobre quais os profissionais que eram valorizados pelos estudantes da época, que mais tarde projetariam edifícios em Atlântida, é contada a seguir. Os três formandos no curso de urbanismo, em 1948, escolheram como paraninfo o arquiteto Oscar Niemeyer, já há algum tempo renomado profissional da arquitetura moderna brasileira. Niemeyer, que não pudera comparecer ao já citado Congresso de Arquitetos do IAB do ano anterior, vem de táxi do Rio de Janeiro. Conforme noticiado noutro exemplar pesquisado da Revista do Globo, em vez de discurso para a pequena turma de novos urbanistas, Niemeyer proferiu uma conferência sobre a evolução da arquitetura brasileira, com projeção de imagens e cujo tom poético teria encantado a todos. Após ministrou palestra e foi recepcionado na casa de Fernando Corona por vários jovens arquitetos. No final do mesmo ano forma-se a primeira turma de arquitetos gaúchos, quase um ano após os primeiros urbanistas. (ASSIS, 1949).

Na época, com a criação e posterior junção dos cursos de arquitetura e o estabelecimento do Departamento Estadual do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e seus concursos de projetos, e a abertura de carreira de arquiteto nas funções públicas, os profissionais aliam as atividades docentes, à atuação profissional e à participação em concursos.

Agrega-se a isso a introdução da

⁶⁴Foi assim que deve ter havido a aproximação de Ubatuba e Maurício Cravotto, que veio ministrar a disciplina de arquitetura paisagista em 1948. O que ainda não explica como o original da perspectiva do anteprojeto de 39 para Atlântida faz parte dos arquivos do uruguaio, como afirma Marques (2012, p.29).



Figura 105. Reportagem publicada na Revista do Globo nº 482, de maio de 1949, sobre a vinda de Oscar Niemeyer a Porto Alegre.

Figura 106. Na mesma matéria, fotos de Niemeyer na Praça Otávio Rocha e do paraninfo com os três formandos do Curso de Urbanismo do IBA.



Figura 107. A turma de estudantes e professores que recepcionou Niemeyer na casa de Fernando Corona na mesma ocasião. Ubatuba é o segundo da direita para esquerda.

arquitetura moderna brasileira da vertente carioca na região⁶⁵. A arquitetura “afinada com os princípios de Le Corbusier” (LUCCAS, 2004, p. 125), já consolidada, chega a Porto Alegre com dois arquitetos formados recentemente na Faculdade Nacional de Arquitetura do Rio de Janeiro (FNA), o gaúcho Edgar Graeff e o alagoano Carlos Alberto de Holanda Mendonça. E afirma-se entre os novos profissionais locais a partir da divulgação e da publicação dos projetos nacionais que naquele momento já tinham atingido reconhecimento internacional. Era um conjunto de realizações importantes que haviam debutado internacionalmente na Exposição Brazil Builds no MoMA em 1943, publicadas no respectivo catálogo.⁶⁶

Com a densificação da cidade, no início dos anos 50 começa também a mudar a forma de habitar dos porto-alegrenses, e os edifícios de apartamentos tornam-se, conforme Luccas, “o programa mais experimentado pela Arquitetura Moderna” (2004, p.154). Muitos dos exemplares destes edifícios integram hoje o inventário da arquitetura moderna de Porto Alegre oficializado pela Equipe do Patrimônio Histórico Municipal – EPAHC, baseado em parte no Inventário da Arquitetura Moderna em Porto Alegre 1945/1965 do PROPAR. (COMAS; PIÑON, 2013).

A história contada também pode demonstrar os entrelaçamentos existentes entre a atuação profissional e a produção dos arquitetos e urbanistas gaúchos daquele período. Muitos desses nomes vão ter em Atlântida e arredores a

⁶⁵ Sobre arquitetura moderna brasileira ver Comas (2002) e sobre a Arquitetura Moderna em Porto Alegre ver Luccas (2004) e Comas;Piñon(2013).

⁶⁶ A divulgação da arquitetura brasileira ocorre no mesmo período em revistas europeias, que certamente chegavam às mãos dos profissionais e estudantes gaúchos.

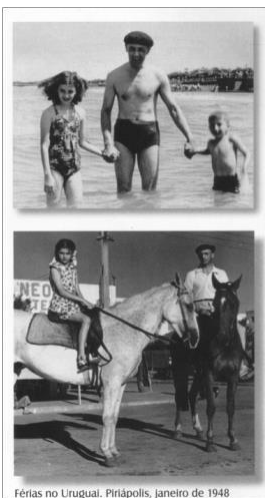
oportunidade de exercitar sua iniciante atividade profissional e, no seu ambiente de veraneio.

Uma digressão que ilustra esses entrelaçamentos: Demétrio Ribeiro estudou no Uruguai, foi aluno de Cravotto e professor dos cursos de Arquitetura do Instituto de Belas Artes e, posteriormente, no curso da Universidade federalizada. Tirou terceiro lugar no concurso do hotel de Atlântida e foi jurado do concurso para a SAPI. Quando se afasta da Faculdade, é substituído por Edgar Albuquerque Graeff, autor do projeto do edifício Querência de Atlântida, que chama Emil Achutti Bered para seu assistente. Bered projetou os edifícios Atlântida, em Atlântida e Riviera em Capão da Canoa com Salomão Kruchin, ambos sócios de escritório de Roberto Félix Veronese, autor do projeto de loteamento e do hotel de Xangri-lá, este último com Vera Fabrício. Bered também foi colega de Luiz Fernando Corona, que venceu o concurso do IAB para a SAPI e foi segundo colocado no do hotel de Atlântida, junto com o pai, Fernando Corona, professor do curso do IBA. Quem ganhou esse concurso foi Mauro Guedes de Oliveira, e o autor da maquete, o estudante Cláudio Araujo, foi autor do futuro projeto da colônia de férias do Agrimer em Tramandaí. Araujo foi desenhista de Graeff e projetou casa em Atlântida em 1960. Bered, Kruchin, Veronese, Mauro Guedes e Remo José Irace (autor do projeto do edifício Stella Maris) formaram-se na primeira turma do IBA em 1949. Ari Mazzini Canarim, coautor do Querência, Ricardo Gomes Perrone, colaborador de Mauro Guedes no Hotel, e Carlos Maximiliano Fayet, membro da equipe segunda colocada no mesmo concurso, formaram-se juntos em 1953, no curso unificado.

O processo de criação e implantação do balneário de Atlântida pode ser considerado emblemático no litoral gaúcho por conjugar algumas circunstâncias e particularidades que



Figura 108. Antonio Casaccia "em ação", conforme mostrado por sua filha na publicação comemorativa aos 60 anos do balneário.



Figuras 109 e 110. Casaccia com os filhos em seus veraneios em Piriápolis, no Uruguai, em 1948.



Figura 111. Reunião para lançamento do Balneário e criação da Atlântida S.A. Balneários em 1951. Antonio Casaccia discursando ao centro.

foram recorrentes na constituição de cidades de veraneio no período da afirmação do urbanismo e da arquitetura moderna no Rio Grande do Sul alguns anos antes. A seguir estão salientadas quais seriam estas particularidades e circunstâncias, e o que pode ser interpretado como inovador nesse empreendimento.

O Plano Adotado

Na história do plano urbanístico, ou projeto de loteamento, efetivamente adotado e implantado em 1952, identifica-se uma série de aspectos que são comuns aos empreendimentos empresariais da época.

A figura do pioneiro, do empreendedor visionário, recorrente em operações imobiliárias desse tipo, no nosso caso é representada por Antônio Casaccia, principal articulador e incorporador da Atlântida S.A. Balneários.

O que talvez distinga Casaccia de seus antecessores⁶⁷ nas operações imobiliárias já corriqueiras na região seja a sua figura entusiasta e incentivadora de profissionais e técnicos na condução do processo assumido de implantar um balneário mais qualificado. Pelo menos é o que aparece nos depoimentos de seus contemporâneos e nos atributos observados no encaminhamento e no resultado do processo. O entusiasmo relatado por familiares e amigos, as escolhas do profissional urbanista e dos padrões de qualidade a implantar, a opção por realização de concurso público para projeto do hotel são alguns aspectos que confirmam aquelas opiniões.

⁶⁷ Em geral, os grupos de empreendedores eram os agentes de uma operação imobiliária, como os da Sociedade Territorial Praia do Imbé Ltda. (1939) e da Empresa Territorial Capão da Canoa Ltda. (1942), responsável pelos loteamentos de Capão e de Xangri-lá, entre tantos outros. Já Torres teve loteamento lançado na Praia Grande, em 1952.

Filho de imigrantes italianos, o comerciante Antonio Casaccia descobriu e se entusiasmou com o Uruguai, país referência na qualidade urbana dos balneários, a partir de viagens de trabalho, passando a frequentar suas praias com a família nos verões de 1947 a 1950 (BERTOLUCI, 2012, p. 9-11). Mas foi a sua experiência de uma temporada de veraneio em Capão da Canoa no início de 1951 e a constatação da precariedade da infraestrutura local que parecem ter despertado em Casaccia a obstinação de empreender a criação de um balneário nos moldes daqueles que admirava e desfrutava no Uruguai.

Segundo Bertoluci (2012), na Capão da Canoa do início dos 50, o abastecimento de água não ia além da área central. O fornecimento de energia elétrica se dava por geradores a cada quarteirão por um período restrito de três horas durante a noite, a falta de iluminação pública nas vias se somava à falta de rede de esgotos. Esses foram alguns dos incômodos experimentados pelo Casaccia veranista, que o teriam levado a botar em prática sua atividade de incorporador ou, como preferem seus admiradores, a concretizar seu sonho. Em 11 de maio daquele mesmo ano de 1951, reuniu um grupo de empresários e prováveis investidores⁶⁸ para apresentar seu plano de criação da empresa loteadora que implantaria o novo balneário de Atlântida.

Mais uma vez há contradições nas fontes pesquisadas sobre as datas do processo de implantação do balneário. Segundo depoimento do arquiteto Claudio Casaccia no livro Atlântida 60 anos⁶⁹ (2012, p. 15), filho de Antonio, a demarcação

⁶⁸ Nomes de empresários e investidores como Danilo Santa Catharina, Abramo Eberle, Pietro Zoratto, Alcides Gonzaga, Leonardo Bopp, assinam a ata da reunião com mais de 50 signatários.

⁶⁹ Nos textos e depoimentos que compõem o livro foram identificadas uma série de imprecisões, mas como não se trata de obra científica, certamente prevalece o grande mérito de aglutinar as diferentes visões de profissionais que atuaram ou

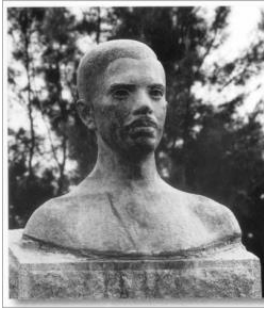


Figura 112. Busto em bronze de Ubatuba de Faria criado por Vasco Prado. Instalado no canteiro da Avenida Central com Paraguassu em 1955.

do loteamento teria ocorrido um semestre antes, em junho de 1950. Já segundo a sua irmã, a organizadora do livro Nélide Casaccia Bertoluci, a compra dos terrenos ao sul de Capão da Canoa⁷⁰ se deu após a constituição da empresa em 1951, com capital social de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros). Falhas da memória ou da revisão, o que está mesmo documentado é a ata da assembleia constitutiva da “Atlântida S.A. - Balneários”, realizada em 1º de setembro de 1951 nas salas do “Renner Xadrês [sic] Clube”. Situado no 8º andar das Lojas Renner no centro de Porto Alegre, onde Antônio era gerente, ali foi aprovado o estatuto e foram eleitos os nomes da primeira Diretoria: Antônio Casaccia, Leo Haesbaert e Sady Paes e os do Conselho Fiscal da empresa. O empreendimento iniciado por Casaccia teve como primeiro acionista o seu patrão A. J. Renner, industrial e dono da famosa loja de Porto Alegre⁷¹. A compra das terras para implantação do balneário foi feita com os recursos obtidos pela venda de ações da ASAB.

A contratação do profissional experiente, L. A. Ubatuba de Faria, para elaboração do plano do loteamento, que gerou o futuro plano Diretor, é mais um ponto em comum com diversos outros balneários da região, apesar das suas peculiaridades. Não foram encontrados registros sobre como se deu o contato entre Ubatuba e Casaccia. Há uma citação creditada a Ubatuba por Nélide em seu livro, sem referenciar a fonte, em que ele afirma ter sido procurado pelos idealizadores do balneário de 1951 sem que os mesmos tivessem conhecimento do seu Plano de Urbanização anterior, e que teria sido mera coincidência a escolha de seu nome (BERTOLUCI,

testemunharam o surgimento de Atlântida e de organizar e divulgar parte da memória daquele empreendimento, com seu rico acervo fotográfico.

⁷⁰ Os terrenos pertenciam a vários proprietários, a maioria originária das terras de Pedro Nunes, conforme documentação dos arquivos da ASAB.

⁷¹ Segundo Nélide relata em seu livro, os moradores da região onde seria implantada a Atlântida referiam-se à “Praia dos Reni”, por entenderem que A. J. Renner tinha sido o comprador individual das terras.

2012, p.24). Difícil imaginar que Casaccia ou seus sócios ignorassem a figura do engenheiro urbanista que desde o final dos anos 1930 estava ligado à concepção de planos e loteamentos para balneários privados e em seguida exercendo função pública no Departamento de Balneários Marítimos do Estado. E é especialmente estranho pelo fato de que o Plano de um balneário chamado Atlântida, elaborado por Ubatuba alguns anos antes, tenha sido amplamente divulgado na imprensa em 1939. Inclusive, a imagem que aparece na publicação sobre a Atlântida de 1952 é a mesma da planta de loteamento em escala 1:2.500 de Ubatuba, que acompanha a publicação do Boletim da Sociedade de Engenharia em 1939.

Também não se sabe se Ubatuba teve alguma influência na escolha do terreno, como teve para a área da Atlântida original, vagamente definida como uma área entre Capão da Canoa e Tramandaí, como seria a definitiva. Parece que a definição e compra dos terrenos foi “tarefa árdua” já que pertenciam a diversos proprietários diferentes, todos listados no Memorial aprovado na Prefeitura e registrado em 1957.

O arquiteto João Paulo Pohlmann⁷² indica que, para Atlântida, o engenheiro Ubatuba fez sua proposição em forma de desenho. Esta proposição seria um Plano urbanístico com definição de sistema viário, com hierarquia de vias, calçamento e posteação.

O Plano foi adotado pela empresa ASAB e seguido à risca mesmo sem embasamento legal, sob o controle de Casaccia. Em comum com a proposta anterior, permanece a condição de cidade nova, planejada a partir da tábula-rasa, que propiciava ao autor aplicar a sua ideia de cidade, de materializá-la sem condicionamentos de preexistências, o que foi comum no

⁷² Informação fornecida em depoimento prestado à autora em 23/01/2014. Formado em 1958, Pohlmann foi o responsável pela formatação dos instrumentos urbanísticos de controle para embasar a lei do Plano Diretor do balneário e pelo projeto paisagístico da Praça Central, nos anos 1960.

Brasil e nos outros países do cone sul na implantação de estações balneárias, de águas termais ou de veraneio marítimo. Mas as circunstâncias são outras e a simplificação do modelo original supõe-se quem tenha sido motivada por questões econômicas, de praticidade.

A “inspiração” nos balneários uruguaios é ressaltada no noticiário da época do lançamento do loteamento, valorizando aspectos que proporcionariam melhor qualidade em relação aos balneários existentes. Segundo depoimento da filha do empreendedor em seu livro (BERTOLUCI, 2012, p. 24), o nome Atlântida teria sido inspirado no do balneário homônimo do litoral do Uruguai, que a família frequentava para veraneio, “[...] que tanto lhe agradava pela organização, conforto e belos jardins.” Aponta como mais uma mera coincidência o fato de ter sido o mesmo do projeto antecessor que, segundo os jornais da época, foi sugerido pelo Intendente Loureiro da Silva em alusão à cidade perdida no fundo do mar (CIDADE ..., 1939) Seja como for, comprovadamente Casaccia era frequentador do litoral uruguaio e tinha intenção de trazer para seu estado aqueles modelos de balneários. O que também deve ter influenciado sua escolha do “mais renomado urbanista” para conceber o Plano, já que Ubatuba teve o Uruguai como fonte de referência ao dirigir o DBM.

O programa de hotel como âncora, precedendo o loteamento para atrair turistas, seguiu o modelo estabelecido desde as pioneiras praias europeias do XIX, tipologia aplicada a todos os empreendimentos residenciais nos 20, seguido nas praias uruguaias, nas estações hidrominerais de veraneio brasileiras, e mesmo no loteamento de São Clemente/Nova Friburgo, com seu hotel projetado por Lucio Costa.

Como inovação, a Atlântida realizada é o primeiro balneário do sul brasileiro que, ao se estabelecer a partir do vazio, tem um Plano de Urbanização que prevê lotes mais amplos, zoneamento de comércio e serviços; sistema de áreas

verdes e rede viária hierarquizada; hidráulica e distribuição de água tratada; estação de energia elétrica e sistema de telefonia; sistema de drenagem; zoneamento para habitações coletivas ao longo de Avenida Central e nas testadas de corredores (os chamados parques II e IV). O sistema de áreas verdes é composto de parque longitudinal disposto em faixa paralela à praia, dividindo as zonas residenciais, ligado a parques-corredores perpendiculares à orla, com alamedas para pedestres e função de drenagem de águas pluviais, parcialmente preservados até hoje.

Outro plano da mesma época, projetado a partir do zero, é o do loteamento de Capão Alto, futura Xangri-lá, assinado por Roberto Veronese, do escritório com Emil Bered e Salomão Kruchin para a mesma Empresa que loteia Capão da Canoa um pouco antes, realizado em período posterior, de 1952/55.⁷³ Com traçado regular simétrico a partir do eixo central, previa centro cívico e de comércio, igreja e outros dois centros balneários, num traçado composto de vias principais de distribuição no sentido leste oeste, perpendiculares à praia, e as vias norte sul em cul-de-sac, para evitar cruzamentos, como explica Bered.⁷⁴

No projeto do hotel âncora a inovação fica por conta de ter sido selecionado por meio de concurso público organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, como detalhado no item adiante.

O Plano de Ubatuba adotado pela empresa Atlântida S. A. Balneários, seguido à risca sob os cuidados de Casaccia, mesmo sem embasamento legal, tinha seus instrumentos de

⁷³ Um projeto de modificação do loteamento foi aprovado na Prefeitura de Osório no ano de 1957, pelo Decreto nº 186/57, alegando um "melhor aproveitamento da área loteada", que parcela uma faixa de 65 m de largura por toda extensão do loteamento no sentido norte-sul, criando praças e 285 novos lotes, sem alteração de traçado original. Seria a primeira de várias alterações posteriores.

⁷⁴ O sucesso de vendas do loteamento é notícia na Revista A Gaivota de 1955, que divulga a venda de mais de 2.000 terrenos em dois anos.

controle incluídos no contrato de compra e venda⁷⁵. Ali estariam definidas as normas e parâmetros a serem atendidos pelo comprador do terreno, de atividade, altura, recuos, etc. O que parece ter funcionado até meados da década de 1960, quando se oficializa um Plano Diretor, referido como o primeiro do litoral. As plantas que se tem à mão para análise do que propunha o plano original de 1952 têm informações sucintas, não há legendas ou convenções de regimes volumétricos, usos, índices ou recuos. O Memorial Descritivo disponível, elaborado com o objetivo de atender a legislação para aprovação e para Registro de Imóveis (RI), também não faz referências a gabaritos de vias ou de alturas, usos ou qualquer outro condicionante. As conclusões comentadas aqui sobre o que era autorizado ou exigido nos contratos têm como fonte o restante da documentação disponível e os depoimentos dos personagens envolvidos.

Sobre o Memorial Descritivo aprovado na Prefeitura de Osório em 09/04/1952⁷⁶, foi encaminhado pela ASAB para receber inscrição de loteamento junto ao Registro de Imóveis de Osório em 18/04/1952, conforme a legislação vigente, os já referidos decretos federais de 1937 e 1938⁷⁷. A Lei nº 250 da Prefeitura de Osório, de 19 de novembro de 1953, dispõe sobre exigências para a aprovação do Plano e das plantas de loteamentos de terrenos, e passa a vigorar a partir de junho de 1954, portanto após aquela primeira aprovação. Não previa maiores restrições em termos de dimensões de lotes, exceto a testada mínima de 10 m prevista em seu artigo 5º.

⁷⁵ Esses contratos não foram localizados nem nos arquivos da empresa, da Prefeitura de Osório, ou do Ofício de Registro de Imóveis.

⁷⁶ Esta é a data do documento de deferimento da Prefeitura de Osório, sendo que em 23 de julho de 1957 foi assinado o Decreto n.º 180 daquela Prefeitura, que aprova o loteamento do balneário em conformidade com a Lei n.º 250/53.

⁷⁷ O processo do loteamento não foi localizado na Prefeitura de Osório e as informações pesquisadas basearam-se na documentação dos arquivos da empresa ASAB.

Confortavelmente atendida no Plano de Ubatuba, onde as testadas mínimas eram de 15 m. As áreas dos lotes entre 540 e 648 m² superam em muito a exigência da legislação.

O Memorial aprovado descreve uma área completa de 407 ha e 7.382 m² divididos em sete setores. Denominados de "A" a "G", estavam constituídos por 220 quadras e 3.485 lotes, situadas no 6º Distrito de Osório. No mesmo documento podem ser confirmadas as datas de aquisição dos terrenos que viriam a integrar o futuro balneário, adquiridos em quatro frações entre outubro e novembro de 1951, muitos deles originadas por sucessão das terras de Pedro Hygino da Silveira (um dos primeiros fazendeiros da região, conhecido como Pedro Nunes) em 1927.⁷⁸ As características das terras são descritas como "campos de macega e areias, são planas, com fraca declividade para o oceano" e resultaram numa extensão de 2.137,19 m de orla, bem menos que os 4 km de 1939.

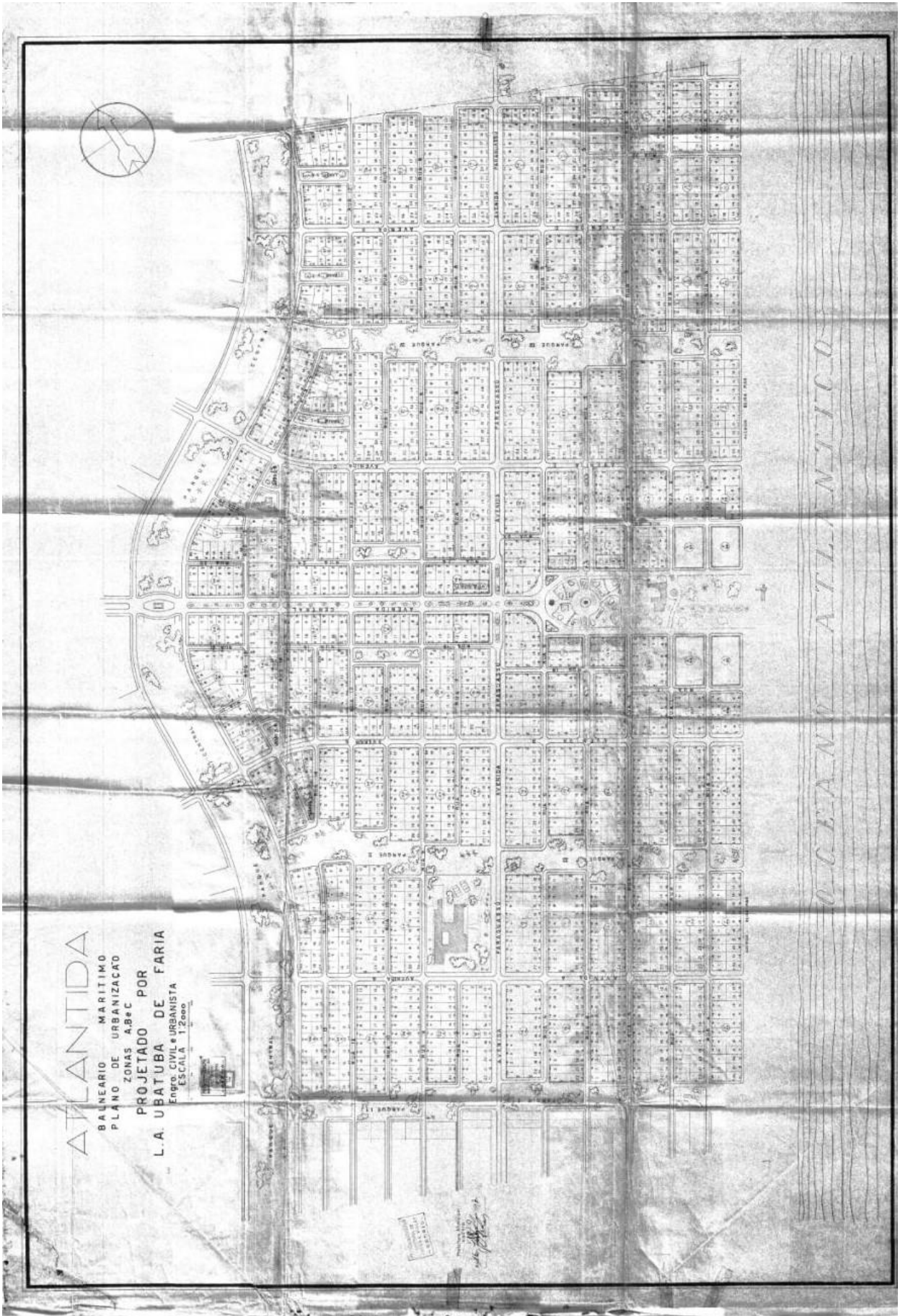
A descrição do Plano no Memorial, baseada na planta anexada para aprovação e registro, refere que as quadras estavam indicadas por números seguidos das letras dos setores ou zonas. As avenidas foram identificadas com letras maiúsculas exceto "quando representam uma função", sendo então denominadas Avenida Central, Avenida Divisória, Beira Mar, etc. As ruas secundárias recebem indicação por números. Esta nomenclatura é oficialmente alterada em 1981, atendendo à legislação municipal. Mesmo havendo referência ao Plano Geral



Figura 113. Selo das pranchas aprovadas em 1957.

Figura 114 (ao lado). Plano de Urbanização de Atlântida com carimbo de aprovação da Prefeitura de Osório em 16 de julho de 1957, cinco anos após o início das obras de arruamento. Mantinha creditada a autoria de L. A. Ubatuba de Faria, falecido em 1954.

⁷⁸Em terras anteriormente denominadas "Capão do Guará, Estância do Meio, Barra, Rincão do João Pedro, Rincão, Rincão dos bois, Rincão da Barra do João Pedro e Capão do Coati". As datas de aquisição das quatro frações descritas detalhadamente no documento disponibilizado pela responsável pelos arquivos da empresa são: 18 de outubro, 13 de novembro, 13 e 29 de dezembro de 1951.



ATLANTIDA

BAÑEARIO MARITIMO
PLANO DE URBANIZACAO

PROJETADO POR
L.A. UBATUBA DE FARIA

ENGENHEIRO CIVIL E URBANISTA
ESCALA 1:2000

OCEANO ATLANTICO

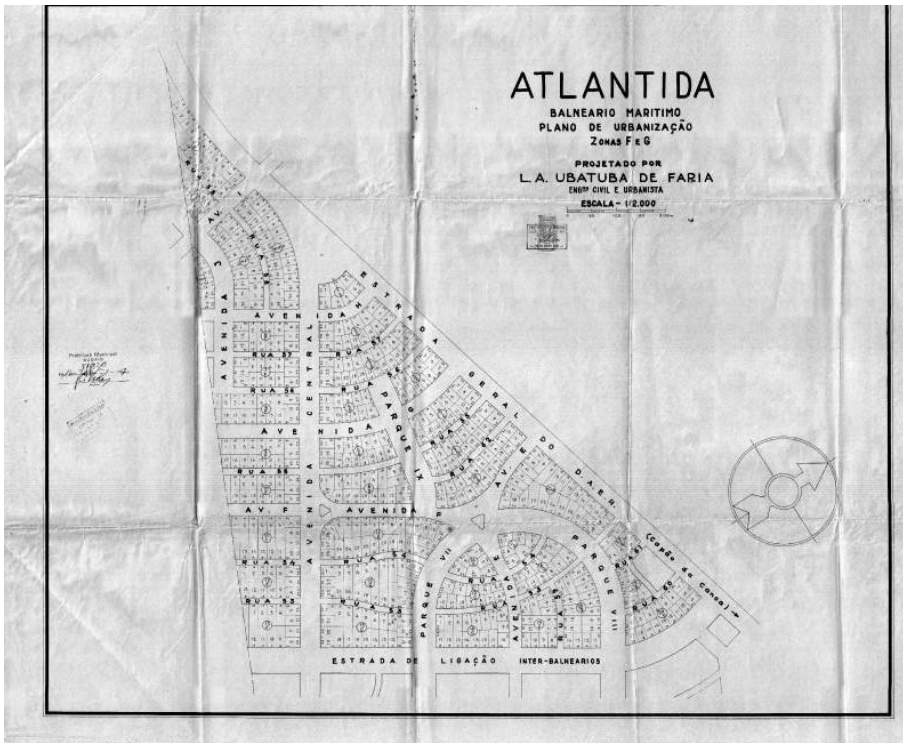


Figura 115. Planta das zonas F e G do mesmo Plano aprovado em 1957, a nordeste das Zonas D e E. Localizada entre as estradas de ligação com os outros balneários, foi alterada.

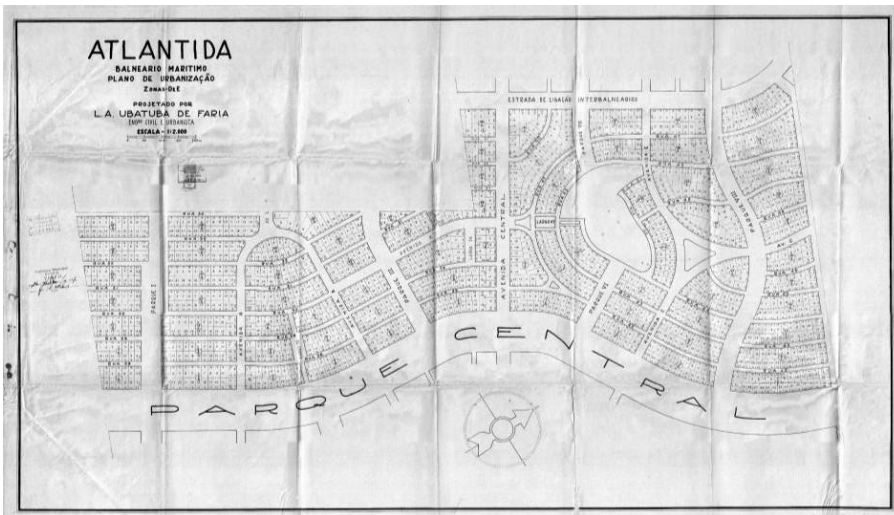


Figura 116. Plano das Zonas D e E, implantada entre o parque Central e a estrada interbalneários tem traçado sinuoso com parcelamento adaptado aos quarteirões irregulares.



Figura 117. Usina geradora de energia elétrica.s/d.

já elaborado para o total das terras adquiridas, a proposta registrada era de que apenas a zona “B” com 55 ha, 616 lotes distribuídos em 41 quarteirões seria loteada inicialmente, e é esta a área estudada aqui.

É de se supor que o material gráfico disponível composto das plantas do loteamento e respectivo Memorial, divididas nas zonas “A, B e C”, na escala 1:2.000⁷⁹ situadas entre o mar e o parque central; zonas “D e E”, entre o parque e a estrada de ligação interbalneários e “F e G”, com carimbos de protocolo de 9 de outubro de 1956, aprovadas em 16 de julho de 1957, mostrem a solução adequada à nova legislação. As plantas foram protocoladas quando Ubatuba já havia falecido (1954), porém manteve-se creditada nos selos a sua autoria: “Plano de Urbanização projetado por L. A. Ubatuba de Faria - engenheiro civil e urbanista”.

As plantas aprovadas mostram todos os lotes cotados, com testadas desde 15 m nos menores, mas em sua maioria com dimensões entre 18, 20 e 30 m de frente por 30 e 36 m de fundos nos demais, com adaptações nos lotes de esquina. Não aparecem cotas da rede viária nem perfis e gabaritos e, embora as dimensões medidas em escala não correspondam, supõe-se aqui também que devem ter seguido o disposto na Lei 250/53, de mínimos de 20 m para vias principais, 18 para secundárias e 30 para avenidas, alterado por lei de 1961 para 18 m as principais e 14 as secundárias.

As primeiras obras previstas para serem executadas seriam a Avenida Central, a estação de tratamento de água, a usina geradora de energia elétrica e o hotel. Este e as ruas do seu

⁷⁹ O Memorial da zona, ou gleba “B” foi apresentado em 19 de junho de 1952 no Registro de Imóveis de Osório e a alteração dos nomes das ruas em 1981. O Memorial das áreas A,C,D,E,F e G foi apresentado para o Registro de Imóveis em 5 de agosto de 1952 e a alteração dos nomes das vias também em 1981.

entorno tinham iluminação pública alimentada pela usina já em 1952. O fornecimento de água tratada incluía laboratório de controle de qualidade. O responsável pelo projeto e execução do sistema de saneamento e abastecimento de água foi o engenheiro Joaquim Só Gonçalves. Não foi executado inicialmente o tratamento de esgoto cloacal.

A rede viária estabelecia certa hierarquia e propunha alamedas para pedestres, os chamados parques perpendiculares ao mar, que faziam parte do sistema de drenagem para escoamento das águas pluviais.

A área dos setores A, B e C, que contém o núcleo central junto à beira-mar objeto de interesse neste estudo, é delimitada pela praia a sudeste, "Parque I" a sudoeste, Parque Central a noroeste e uma linha reta descrita no Memorial a nordeste. São três os principais logradouros paralelos à orla nessa primeira zona "A, B e C": a avenida Beira Mar, a avenida Paraguassu e o Parque Central, ortogonais a outros três elementos definidores do tecido: os dois corredores verdes chamados de parques (denominados II e IV) dispostos simetricamente ao eixo central do loteamento, a Avenida Central, e perpendiculares à orla, terminando (ou iniciando) na avenida Beira Mar não desenhada, mas cujo nome é indicado em planta. O que talvez seja esclarecido por um pequeno documento de autoria de Antônio Casaccia, datado de 8 de maio de 1959, que registra uma conversa entre este e uma "autoridade federal do Patrimônio Nacional" a quem teria interpelado sobre a demarcação da faixa da Marinha correspondente ao loteamento. A resposta informa que a demarcação oficial da Marinha havia sido feita até Capão da Canoa, sem previsão de continuidade por falta de verbas, apesar de a legislação exigir que a

implantação dos loteamentos se baseasse nessa delimitação⁸⁰. O requerimento de determinação da linha de preamar média para aforamento da sua propriedade havia sido protocolado por Casaccia cinco dias antes, em 3 de maio de 1952. O que demonstra mais uma vez a disposição do empreendedor.

Até a Avenida Paraguassu, que já tem seu nome indicado na planta de 1956 com essa grafia, a maioria dos quarteirões retangulares estava disposta longitudinalmente, paralelos à beira-mar. A partir daí, e só nesta área, os quarteirões de frente para a Avenida Central se distribuem no outro sentido, medindo aproximadamente 132,50 por 60 m.

Há uma deformação no traçado dos quarteirões para acompanhar o traçado curvo do Parque Central nas proximidades do eixo de simetria, a Av. Central. A falta de ortogonalidade é a regra nos traçados nos demais setores. As zonas "D e E" desenvolvem-se a noroeste do Parque Central, divididas pela Avenida Central, entre os limites norte e sul do loteamento. A zona "D" tinha traçado regular adaptado à curvatura de seu limite noroeste, o Parque Central. As vias transversais, duas avenidas e os dois parques I e III, estão dispostos ortogonalmente à linha curva do Parque e geram algumas vias de traçado curvilíneo no outro sentido. Mesmo assim, preserva uma regularidade na distribuição dos lotes e permite um parcelamento com dimensões similares às áreas A, B e C. A zona "E" se estende até a estrada interbalneários, com traçado curvilíneo, que gera quarteirões de formas irregulares. Os parques VII e VIII também têm traçado sinuoso. Apesar do formato adaptado ao traçado, o parcelamento ainda segue um dimensionamento semelhante ao dos outros setores, guardando as proporções dos lotes de 18 a 20 por 30 a 35 m.

⁸⁰ Lei 9.760 de 5 de setembro de 1946, que trata da obrigação da federação de notificar interessados da necessidade de solicitar aforamento, desde que feita a demarcação oficial. Que no caso de Atlântida não existia.

Quanto às zonas "F e G", conformam um triângulo delimitado pela estrada geral de acesso a Capão da Canoa, o limite sul do loteamento geral e a estrada interbalneários a leste. Estão divididas pela Avenida Central, que termina na estrada de Capão. O "F" tem oito quarteirões retangulares. No Setor "G", o prolongamento dos parques VII e VIII forma uma rua circular e contornam sete pequenos quarteirões delimitados por vias curvilíneas.

Idealização X Realização



Figura 118. A "Visão futura de Atlântida" idealizada e publicada no Boletim de 1939.



Figura 119. Vista de satélite da Atlântida realizada de 1952, onde nitidamente se distinguem os elementos do traçado remanescentes do primeiro projeto. São o eixo e o núcleo centrais destacados, e o traçado dos parques transversais e do sinuoso Parque Central, que descendem das *parkways* de 1939.

Nos testemunhos sobre o Plano de 52 é enfatizado que Casaccia queria um balneário nos moldes dos uruguaios em termos de parcelamento, com lotes mais espaçosos, infraestrutura de saneamento, visando os veranistas de média e alta renda. Em termos conceituais, sem dúvida o discurso social

de Ubatuba de 39, período do governo ditatorial e populista, não se reflete na concepção formal da Atlântida real. O balneário como tema social não está mais presente, Atlântida real surge exatamente para as classes média e alta. Não se fala mais nos aspectos morais, ou no altruísmo que Ubatuba frisava em seu discurso anterior. A contraposição com os balneários preexistentes se faz não mais pelo discurso da saúde, da função terapêutica dos banhos de mar, contudo permanecem muito valorizados os princípios sanitaristas, de higiene e a questão estética. O zoneamento não é mais proposto para diferentes categorias de população nem para necessidades diferentes de recreação. Não há maiores preocupações com atividades comerciais e serviços, apenas a definição de vias onde seria permitida a sua instalação. Parece que Casaccia contava com a infraestrutura de Capão, ou melhor, que Atlântida foi criada como um bairro e não como uma cidade autônoma.

Com a falta de documentação completa de ambos os projetos, a comparação dos Planos das duas Atlântidas, a idealizada em 1939 e a realizada em 1952, fica restrita às plantas, onde se evidencia que o traçado do Plano concretizado é uma releitura simplificada, uma nítida adaptação do precursor. A planta ampliada do loteamento de 1939 não está cotada, mas os lotes estão demarcados e numerados e as vias estão indicadas. Há o parque perpendicular à praia, as áreas verdes, os canteiros das vias e a indicação de alguns prédios em perímetros de quarteirão. E o hotel no ponto focal do núcleo, confirmado no projeto seguinte. Quanto às dimensões das primeiras zonas a serem implantadas, pode ser comparada pelas dimensões da orla: descrita no texto em 1939 com 4 km e descrita na documentação de 1952, dos setores ABC, medindo 2.137,19 m.

Embora bem cuidado, o Plano executado fica muito aquém, ou melhor, é bem menos ambicioso que seu predecessor em termos de traçado, de previsão de serviços e de variedade de funções. O núcleo central é tratado com distinção do restante do

loteamento, mas não na mesma proporção ou com o nível de detalhamento do projeto anterior. O traçado se estrutura a partir da Avenida Central, principal eixo perpendicular à praia, com canteiro dividindo as duas pistas de forma bem mais modesta que a do primeiro projeto. A perspectiva aqui é quebrada a partir do cruzamento com a principal via paralela ao mar, a Paraguassu, repetindo o modelo anterior. Esta última mantém a linearidade, mas recebe canteiros centrais para marcar o cruzamento. A Central se bifurca para contornar os quarteirões que formam o núcleo destacado. E, como antes, mesmo que numa planta assimétrica, o hotel é implantado exatamente no eixo, a um quarteirão de distância da beira-mar, mantendo o papel de ponto focal do loteamento, eixo coroado com o mirante.

O traçado convergente é permeado por faixas de vegetação que se comunicam, mas as *parkways* e a hierarquia das vias de 39 são francamente simplificados. A via paralela à praia, que sofria uma deformação em curva junto ao eixo naquele, a quatro quarteirões da praia, se transmuta no Parque Central, mais distante do núcleo, mantida a forma da antiga *parkway*. Ocupa uma grande faixa verde com mais de 90 m de largura, paralela à orla e à Avenida Beira Mar, à qual se liga pelos parques ortogonais mais estreitos e se curva até um máximo de aproximadamente 200 m em relação ao seu alinhamento. Os parques transversais, corredores verdes com passagem de pedestres, eram antes as grandes faixas em cunhas sinuosas a partir da lagoa em direção à área central, que delimitavam as zonas e somavam-se às avenidas com canteiros. Foram retificados com uma largura que varia em torno dos 60 m e propostos numa forma reduzida e esquematizada.

A sinuosidade do Parque e das vias em seu entorno insinua, juntamente com os faixas verdes lineares, uma referência ao pintoresquismo, ou melhor, é o único resquício neste sentido que foi mantido do traçado do primeiro Plano. As avenidas B e C (que dividem as zonas A, B e C) são a continuidade das vias

convergentes das zonas mais afastadas do mar, equivalentes às radiais que agora se desenvolvem a partir do Parque Central sofrendo uma inflexão em curva em direção à lagoa, mas não se realizam. Essas duas radiais são apenas algumas das vias convergentes insinuadas a partir do Parque na planta ampliada das Zonas A, B e C de 1956/57, sem continuidade nas plantas das outras zonas.

A venda dos terrenos do loteamento se deu rapidamente, sendo citados no livro de Nélide (2012, p. 24) alguns nomes das famílias pioneiras. Além dos primeiros edifícios residenciais da Avenida Central, nos anos 1960 expande-se a construção de residências unifamiliares. São chalés modernizados, cujas coberturas e varandas assumem formas que ressoam novas referências, como os telhados em asa de borboleta.

As redes de energia elétrica e de abastecimento de água, implantadas em Atlântida e nos outros balneários pelas empresas privadas, começam a ser encampadas pelo governo estadual a partir da década de 1950, quando esses passam a investir em infraestrutura na região. (STROHAECKER, 2007, p. 77).

O Plano Oficial

Com o desenvolvimento e o crescimento do balneário, e sem que houvesse qualquer tipo de oficialização dos condicionantes urbanísticos definidos por Ubatuba pelos administradores, aumentava o risco de que houvesse um desvirtuamento dos objetivos iniciais e da concepção espacial pretendida. Segundo Pohlmann (informação verbal),⁸¹ até então os instrumentos de controle urbanístico eram respeitados por

⁸¹ Em depoimento concedido à autora em 23/01/2014.



Figura 120. As primeiras casas de Atlântida, instaladas em sua fase inicial de implantação em chalés de madeira modernizados, afastados das divisas, com pequenas varandas e telhados asa de borboleta, ao gosto moderno.s/d.

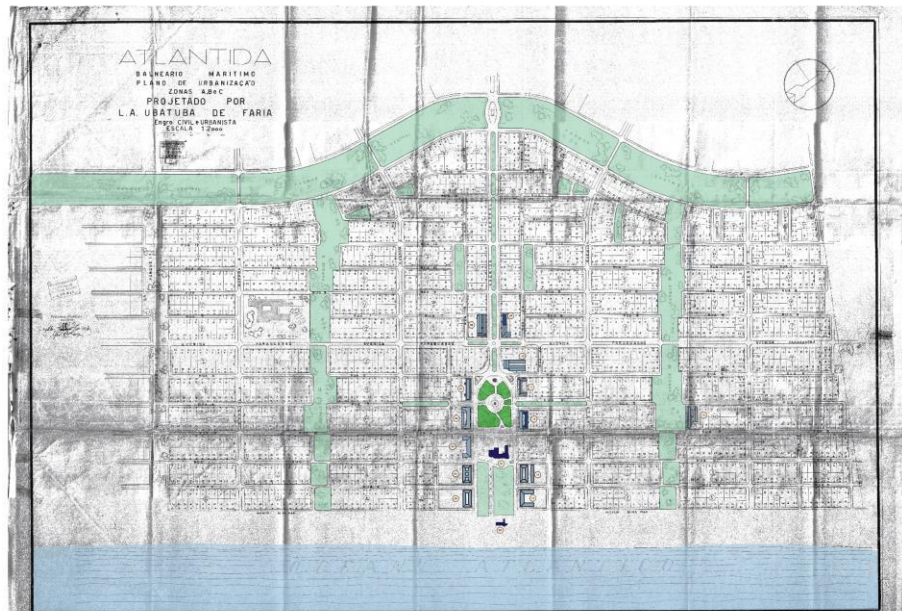


Figura 121. Idem figura 118. Destaque para os apoios inclinados das coberturas das varandas, semelhantes aos adotados nos acessos de alguns dos edifícios pioneiros.

Figura 122. Ampliação área central do Plano de 1939.



Figura 123. O Plano de 1952, que preserva de forma simplificada e esquemática parte da estrutura do traçado do Plano de 1939. Notadamente no eixo e núcleo central focado no hotel e na forma sinuosa da *parkway* convertida em parque mais afastado da praia. Em destaque o sistema de parques e praças.



constarem no contrato de venda dos lotes entre empresa Atlântida S. A. Balneários e o novo proprietário. Quando esses compradores/proprietários começaram a questionar juridicamente o atendimento às exigências, em meados da década de 1960, foi providenciada a regulamentação do Plano. Para garantir a adequação e a formatação ou regulamentação de um Plano Diretor com as características urbanísticas a que originalmente se propunham, a administração da Atlântida S/A contratou “para desenvolver ajustes” o arquiteto João Paulo Pohlmann. Nesses ajustes é incluída a previsão de lotes maiores junto à Lagoa, próximos à estrada. O traçado e o zoneamento de Ubatuba foram preservados.⁸²

A lei do Plano Diretor da Praia de Atlântida, Lei n.º 1034 de 23 de junho de 1965, teria sido aprovada em Osório. Definindo usos, índices, taxas de ocupação, alturas, recuos entre outros condicionantes, após discussões na Câmara de Vereadores de Osório com a participação dos responsáveis. Mais uma incoerência não esclarecida nas datas pesquisadas, já que em seus depoimentos e na planta citada, que se encontra nos arquivos da empresa, a data informada em que Pohlmann teria iniciado seu trabalho na definição de instrumentos urbanísticos seria 1967.

As dimensões mínimas exigidas para os lotes eram de 15 x 28 m, excetuando os já registrados com menores

⁸² Concomitante com a formatação do Plano Diretor, o encargo de Pohlmann incluía o desenvolvimento de uma ideia de intervenção que alterava o Plano original em uma área ao sul da Avenida Central, entre as avenidas Beira Mar e Paraguassu. O empreendimento intitulado por Antonio Casaccia de Super Atlântida, discutido em reuniões técnicas, contaria com edifícios residenciais, comércio e área verde. Não foi encontrada documentação gráfica ou textual desta proposta de alteração. Sabe-se, no entanto, que foi discutida na Câmara de Vereadores e aprovada na prefeitura de Osório, mas indeferida pelo Governo do Estado. (POLHMANN, em BERTOLUCI, 2012, p. 65)

dimensões. Os recuos de frente de 4 m e a exigência de altura máxima de 0,40 m para cercas e muros permanecem.

No Capítulo V – Das Construções, artigo 15, definem-se os quarteirões e lotes onde serão permitidos os edifícios, os mesmos já conhecidos: ao longo da Avenida Central, no perímetro da Praça e na frente do Hotel, além dos lotes fronteiros aos parques II e IV. Assim como a altura máxima dos edifícios, 11 m, que poderia ser contada a partir do segundo pavimento em caso de aplicação dos pilotis como área de uso comum (hall, escada elevador, apartamento zelador). A altura para as outras zonas e para garagens era de 3 m, a taxa de ocupação de 66% para todos. Os quarteirões não loteados nos primeiros projetos passam a ter regime definido no Plano Oficial.

Nos arquivos da ASAB há uma segunda planta que traz no selo as informações sobre os vários autores do Plano de urbanização e suas alterações: Projeto de Urbanização de L. A. Ubatuba de Faria e João Carlos Morganti de 1951, Alteração do projeto de urbanização de João Paulo Umphierre Pohlmann de 1968, outra alteração dos setores A e E de Cláudio Casaccia de 1973/75 e Revisão do Projeto de Urbanização de Ignez D'Ávila Pinto e Glenda Pereira da Cruz, de 1975. Na convenção com legenda de uso e regime urbanístico, o Plano é dividido em 10 setores e estão definidos os instrumentos de controle: ocupação, índice, cota ideal, altura máxima, recuo lateral, fundos e recuo jardim, classificados em incompatível, permissível e conforme. Com o passar do tempo, várias alterações foram se consolidando, e o Plano foi sofrendo adaptações, cuja análise foge ao escopo deste trabalho.

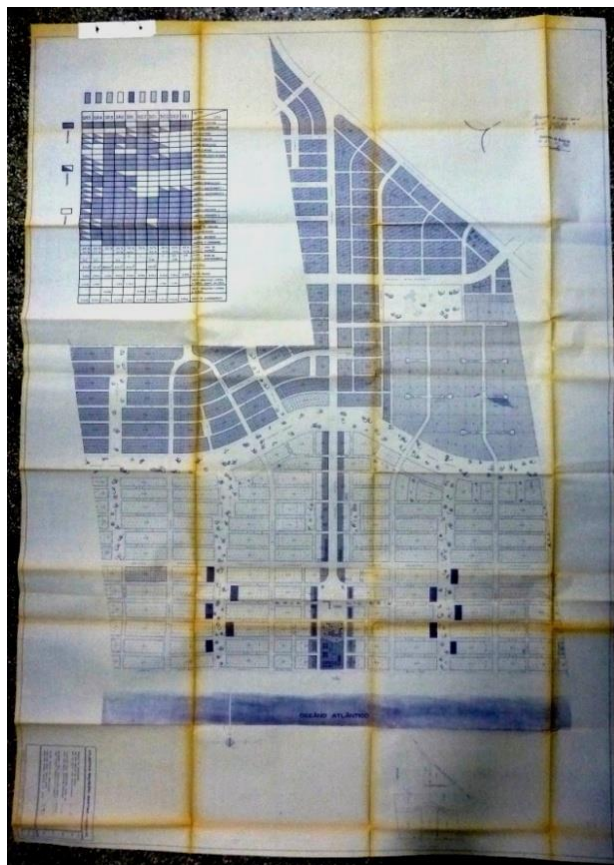


Figura 124. Planta do Plano de 1976 aprovado na Prefeitura de Osório, onde se identificam as principais alterações com relação ao original de 1956: o parcelamento e traçado das zonas D, E, F e G e a ocupação dos quarteirões da Av. Central junto à praia.

4.3 ARQUITETURA E CIDADE: OS PRIMEIROS EDIFÍCIOS

Embora o que não se efetivou de zoneamento para edifícios junto ao principal eixo do balneário, a avenida Central, já estivesse assinalada nos desenhos do plano de 1939, essa não é a intenção declarada na página 12 do Memorial Descritivo de 1956: “a primeira série de 11 quarteirões frente ao mar é reservada para a construção de edifícios de apartamentos”, intenção que não se efetivou. O que se constata é a ideia de que, nos dois planos, os edifícios conformam as vias do núcleo central. A relação arquitetura e cidade permanece valorizada na área central da Atlântida construída.

A cópia da planta analisada das zonas ABC, que faz parte dos arquivos da ASAB, traz os contornos de alguns conjuntos de lotes com testada para a Avenida Central ou para os parques corredor demarcados à mão, sobre os quais também estão desenhados retângulos hachurados, como a indicar a projeção dos primeiros edifícios. O parcelamento não foge ao padrão dos lotes das demais vias, o que acontece é o remembramento de conjuntos de quatro lotes para implantação de edifícios ao longo da Central.

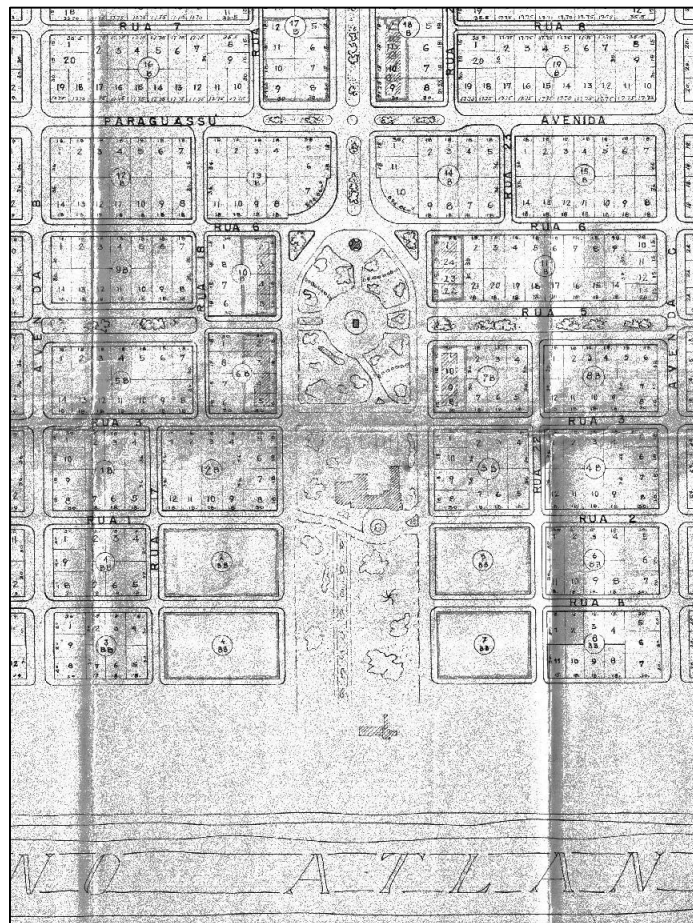
A suposição é de que a marcação referia-se aos edifícios que já estavam construídos então. Há outros conjuntos de lotes demarcados, sem indicação de edificações: 10A - 22A - 12A - 2/4/5 e 7BB - 17B (ED. Atlântida), 9 E 13C NO PARQUE IV, onde talvez fossem previstos os edifícios posteriores.



Figura 125. Foto aérea s/d, presumivelmente dos anos 1970, pois já se encontravam construídos a SABA (de 1962) e as "cabanas" no terreno entre a praia e o Hotel (década de 1970), além dos edifícios aprovados na década de 1960 nos quarteirões adjacentes. Na beira da praia, no eixo da fachada do Hotel, aparece o mirante.

A partir da esquerda, em sentido horário: em primeiro plano 1. Ed. Capri (1961/64); 2. Ed. Coral* (1955/58); 3. Ed. Netuno* já ampliado (1959?); 4. Residências; 5. Ed. Esmeralda (1962); 6. Ed. Cannes (1965/68); 7. Ed. Fragata; 8. Ed. Pérola (1962); 9. Ed. Marise; 10. Ed. Albatroz* (1952/54); 11. Ed. Stella Maris* (1952/54). * primeiros a serem construídos.

Figura 126. Nos quarteirões 6B, 10B, 7B E 11B, respectivamente, estão demarcados em planta algumas edificações: o hotel inaugurado no final de 1952, o mirante construído na praia, bem no eixo da fachada do hotel, o edifício Paquetá e mais quatro edifícios no entorno da praça: Quadras 7B (Ed. Netuno) e 11B (Ed. Coral), lote de 60 x 30 metros cada (4 lotes 15 x 30) ou 15 x 28 e do outro lado da Praça nas Quadras 6B (Ed. Albatroz) e 10B (Ed. Stella Maris) lotes de 72 x 30 metros cada. No 18B está indicado, pelo nome, o Ed. Paquetá. Cópia dos arquivos da ASAB.



O Hotel

Os procedimentos e situações descritos acima podem ser encontrados em outros empreendimentos nessa história da constituição dos balneários do Rio Grande do Sul, mesmo que não aglutinados. Há, porém, algumas particularidades que destacam e qualificam Atlântida em relação aos seus vizinhos. A primeira delas, já citada, envolve a preocupação com as dimensões dos terrenos e vias, com a criação de áreas verdes e da infraestrutura.

Há ineditismo também na proposta de um grupo privado adotar o sistema de concurso público para escolha do projeto do Hotel-âncora. Como já mencionado, a primeira providência nos empreendimentos imobiliários europeus para veraneio no século XIX, seguida no Brasil, era, tradicionalmente, a criação de um hotel para funcionar como âncora. Em Atlântida não foi diferente, mas com a peculiaridade de contar com a iniciativa dos responsáveis, empresários privados, de adotarem o sistema de concurso público para escolha do projeto arquitetônico para seu hotel. Uma particularidade que não era comum na época. Organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) em 1951, o edital foi publicado em 16 de outubro daquele ano, quando não havia sido ainda efetivada a compra de parte dos terrenos que comporiam o balneário. O primeiro lugar (Projeto Netuno), anunciado entre novembro e dezembro de 1951, coube ao anteprojeto de autoria da equipe de Mauro Guedes de Oliveira, arquiteto formado na 1ª turma de arquitetos do IBA em 1949 (MARQUES, 2012, p.45),⁸³ com a colaboração do acadêmico



Figura 127. Vista aérea do hotel em construção.



Figura 128. Vista interna com mobiliário desenhado por Luis Braga.

⁸³ Da mesma turma fizeram parte outros importantes nomes da AM em Porto Alegre: Emil Bered, Roberto Veronese e Salomão Kruchin. (ROVATTI; PADÃO, 2002 e MARQUES, 2012).

Figura 129. Foto da apresentação da maquete produzida por Claudio Araujo para projeto vencedor da equipe de Mauro Guedes de Oliveira, onde aparecem, além do autor, o arquiteto Fernando Corona e Carlos M. Fayet.



Figura 130. Propaganda publicada na imprensa do "moderníssimo" hotel em construção "na nova e aristocrática praia" de Atlântida.

MODERNÍSSIMO HOTEL
já em construção
A BEIRA MAR



Em um dos arcos de modernidade internacional

ATLANTIDA

A NOVA E ARISTOCRÁTICA PRAIA DO ATLÂNTICO.
O GRANDE HOTEL ATLANTIDA, a ser inaugurado em poucos meses, oferece as melhores condições de conforto, com ambiente de requinte, elegância e bom gosto.

- 20 suítes de apartamentos com banheiros privados.
- Cozinha muito sofisticada.
- Grande salão de estar e recepção para eventos.
- Salões para festas e bailes, com vitrais, abares e diversões.
- Banheiros, piscinas, e piscinas de recreação.
- Sala cinema e bar.
- Cozinha modular, com todos os requintes modernos de refrigeração e limpeza.



O mapa indica as terraces de extraordinária beleza de

ATLANTIDA

A arquitetura homogênea, que oferece todos os confortos e modernidades:
• Acesso fácil por estrada já construída, evitando o pagamento de pedágio.
• Estruturação, a cargo da Companhia Atlântica, já com 20 mil metros de construção já realizados de modo que todos possam usufruir.
• Preço a partir de 100 mil cruzeiros, e em Atlântida, R. A. Avenida, 142, 143 e 144, no 22 andar do dia e tipo Atlântida e Atlântida, vagando, da noite para o dia.

Informações sobre terraces e melhores condições:
RUA DOS ANDARAÍ, 1727 - 2.º ANDAR - SALA 20

Figura 131. Fachada nordeste do Hotel construído, em foto do mesmo ângulo da foto da maquete.



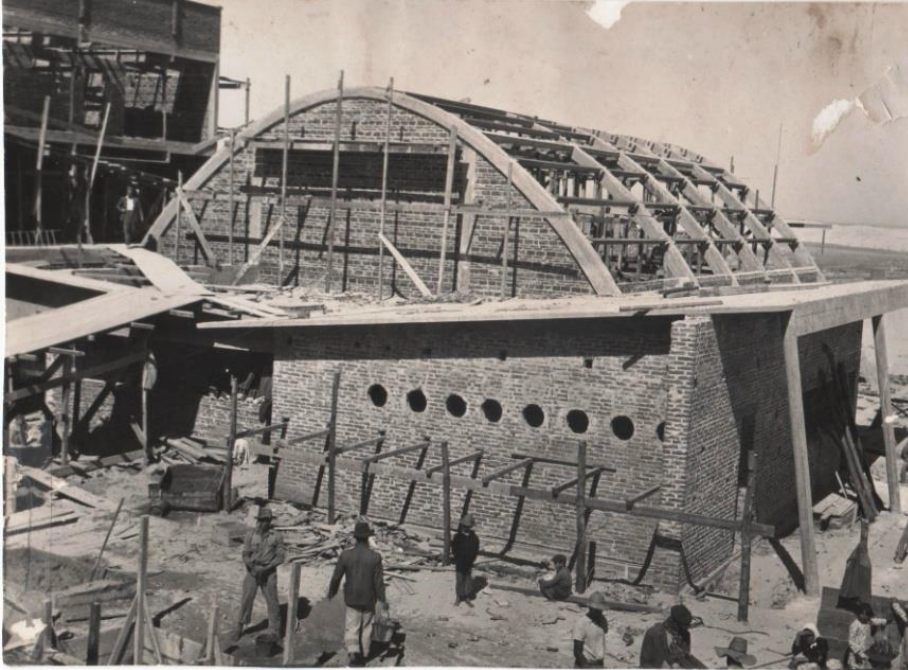


Figura 132. Hotel em obras, o pavilhão do restaurante - salão com cobertura estruturada em arcos e volume de serviços envolvente com laje inclinada, 1952.



Figura 133. Vista a partir do sul dos dois blocos em construção, 1952.

Figuras 134 a 136. Vistas de vários ângulos do hotel – primeiro prédio construído no loteamento em implantação, com a pavimentação das vias e dos passeios.



Figura 137. Esquina do bloco dos apartamentos. Fachadas com grelhas criadas pelo prolongamento das paredes e lajes formando os balcões. O volume voltado para sudeste transpassa a esquina, cortado pelo volume vertical que abriga o apartamento de zelador na cobertura.



Ricardo Perrone, então estudante do curso de engenheiros arquitetos da Escola de Engenharia da URGs (BERTOLUCI, 2012, p. 42) e teve maquete elaborada pelo também estudante Cláudio Araújo, arquiteto que se destacou na segunda geração dos arquitetos modernos de Porto Alegre (MARQUES, 2012, p. 136). O segundo lugar coube aos Corona pai e filho, Fernando e Luis Fernando, com participação de Carlos Maximiliano Fayet, todos eles importantes nomes da história da arquitetura de Porto Alegre⁸⁴ (Projeto Marisco). O Hotel foi efetivamente executado, mas hoje está demolido.

Outro exemplo contemporâneo de concurso do IAB para espaços de sociabilidade no litoral é o da Sociedade dos Amigos da Praia do IMBÉ – SAPI, do mesmo ano, ganho por Luiz Fernando Corona, patrocinado pela Sociedade e construído com alterações, conforme referido no capítulo anterior.

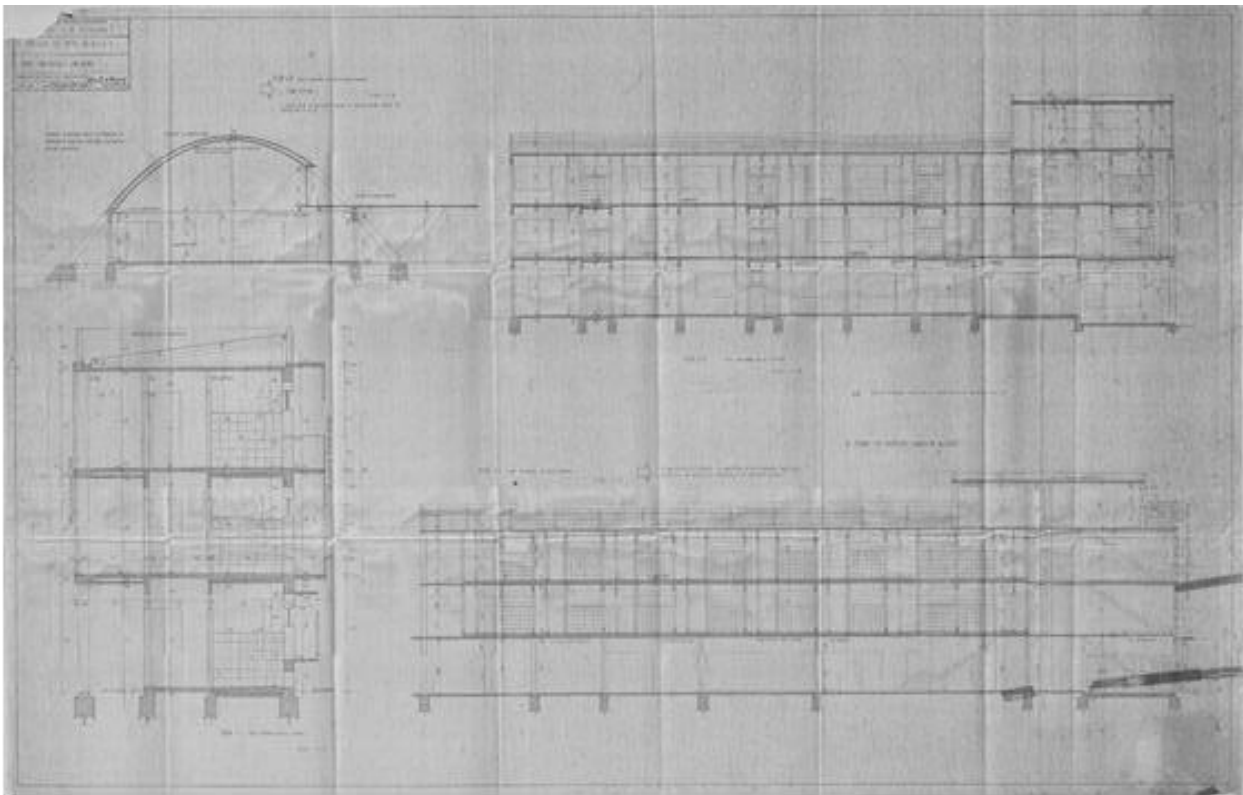
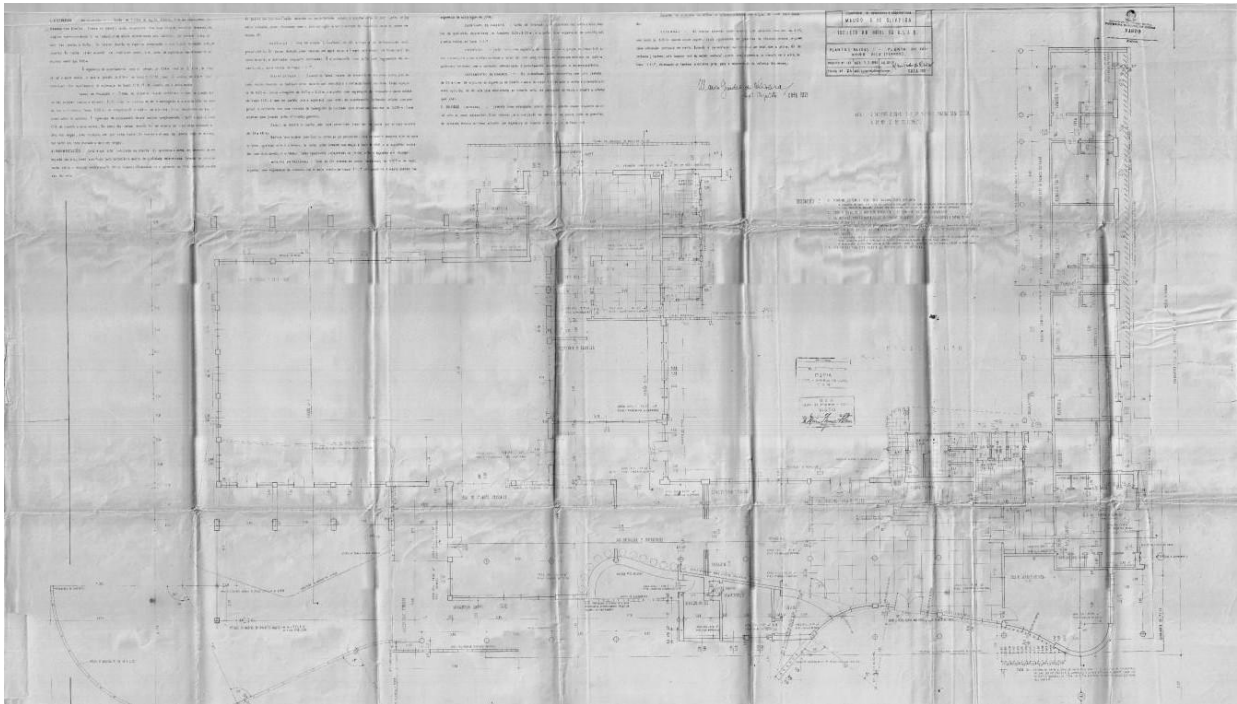
O anteprojeto vencedor foi desenvolvido, detalhado, aprovado e executado em tempo recorde, pois a data de inauguração já estava determinada: 17 de dezembro de 1952. A execução pela Toigo Engenharia teria durado 209 dias, com acompanhamento dos arquitetos projetistas. Segundo depoimento de Perrone (BERTOLUCI, 2012, p. 43), foram feitas algumas alterações e adequações, tais como a substituição da cobertura do salão, prevista em casca de concreto por telhas de fibrocimento. Outras simplificações teriam sido solicitadas o que, segundo ele, prejudicou a concepção original.

Com mobiliário projetado para o local por Luis Florêncio Braga, o hotel tornou-se atração para veranistas e

Figura 138 (ao lado). Planta Baixa Térreo do com data de fevereiro de 1952, aprovada na Prefeitura de Osório, onde constam a assinatura de Mauro Guedes, do Prefeito e as especificações técnicas de materiais de revestimento.

Figura 139 (ao lado). Cortes transversais e longitudinais das duas alas do hotel, com especificações técnicas, datada de fevereiro de 1952.

⁸⁴ Os outros concorrentes, segundo Bertoluci, foram: Enilda e Demétrio Ribeiro, classificados em terceiro lugar com o Projeto Albatroz, José Ferreira, Cláudio Teixeira de Freitas, Hugaud Dytz e Barbosa Limitada (BERTOLUCI, 2012, p. 39). Os jurados eram Joaquim Só Gonçalves, Danilo Santa Catharina, Egon Weindorfer, Miguel Frederico Moeller e Max Hermann Schlüpmann, presidente do IAB-RS.



exemplo de modernidade, destino escolhido para lua-de-mel dos novos casais, assim como Atlântida tornou-se rapidamente a praia escolhida pela classe média mais abastada. Cumpriu inicialmente o papel de um clube com suas atividades sociais: bailes, boate, restaurante, jogos, que também atraíram veranistas dos outros balneários.

O terreno disponibilizado para o hotel situava-se entre a Praça Central e a praia, em um dos três quarteirões conformados pela bifurcação em duas vias da avenida Central, perpendiculares à orla. Estava separado da avenida Beira Mar por outro quarteirão onde hoje está a Sociedade de Amigos do Balneário de Atlântida, a SABA.

Nos documentos que compõem o projeto anterior de Ubatuba, da “ATLÂNTIDA, cidade balnear”, há uma descrição detalhada do projeto do hotel e uma perspectiva que mostra sua implantação em posição equivalente àquela do balneário efetivamente realizado em 1952, foco principal da área. Já o projeto construído, fruto do concurso de 1951, apresenta vários elementos do repertório da arquitetura moderna brasileira de vertente carioca que se instalava e se afirmava no estado e que foi a referência principal das primeiras turmas de arquitetos gaúchos.

O partido está composto por um bloco regular em “L”, composição de longa tradição, com três pavimentos para abrigar funções de recepção e serviços no térreo e dormitórios em duas alas no segundo e terceiro. No vértice do “L” estava previsto ainda um quarto pavimento para acomodar o apartamento de zelador. Na extremidade da ala voltada para a praia, conecta-se um volume com características estruturais e formais contrastantes, para instalação das funções sociais e de cozinha do hotel. A cobertura abobadada se apoia numa sequência de arcos de concreto cujos apoios na face sudeste se transformam em pilares



Figura 140. Perspectiva do Hotel de 1939 implantado junto à avenida Beira Mar.



Figura 141. O Hotel de 1951 construído numa posição equivalente, no eixo central junto à praia.



Figura 142. Veranistas no caminho de pedestres que fazia a ligação direta hotel – praia.



Figura 143. Foto atual a partir de ponto de vista semelhante da anterior. À direita, ao fundo, os edifícios que substituíram o hotel. À esquerda, os edifícios iniciais mantêm a perspectiva alinhada.

em “V” transversais para apoio da laje do terraço do salão principal e cobertura da varanda, ambos voltados para o mar. A cobertura projetada como casca de concreto impermeabilizada foi substituída por telhas de fibrocimento, segundo o coautor Ricardo Perrone por “sugestão ou pressão” da Construtora.

A solução adotada para o volume que abrigava as atividades sociais pode ser relacionada com soluções de arquitetos cariocas, anteriores ou não. Por exemplo, os pilares em “V” do Hotel de Diamantina de Niemeyer de 1951, propostos para proteger a fachada da insolação em excesso pela projeção da laje de cobertura (BRUAND, 2008, p. 168). Já a cobertura estruturada em arcos foi muito adotada na época, antes e depois do projeto analisado, nos projetos da Escola Rural Alberto Torres de 1935 de Luís Nunes em Pernambuco, do Ginásio de Pedregulho de 1950/52 e o MAM de Reidy, e a cobertura em grandes arcos de madeira da Empresa SOTREQ dos Irmãos Roberto em 1953, no Rio de Janeiro.

Os quartos dos dois pavimentos tipo, 2º e 3º, eram acessados por circulação interna com fechamento em painéis de vidro, ligada a terraço no 2º. Todos contendo estreito balcão externo, que resulta da composição em grelha saliente no tratamento das duas fachadas externas⁸⁵. No térreo deste bloco todos os pilares que não estavam embutidos em paredes tinham seção circular. As paredes de fechamento das funções sociais no térreo, junto à fachada sudeste, eram as mais elaboradas e nelas foram aplicados vários elementos decorativos do repertório da arquitetura moderna brasileira da vertente carioca cobogós, tijolos de vidro, elementos vazados de fibrocimento, painéis de vidro e elementos decorativos de madeira. A sinuosidade das

⁸⁵Essa solução, de prolongar lajes e paredes em balanço na fachada, formando grelha em balanço, é comum a outros edifícios do balneário e muito utilizada na época em edifícios de Porto Alegre.



Figura 144. Foto do avarandado voltado para a praia, cuja cobertura tem apoios em "V", numa solução adotada em diversos projetos da arquitetura moderna carioca na época, anteriores, ou não.



Figura 145. Solução semelhante adotada por Oscar Niemeyer no projeto do hotel Diamantina, de 1951.

Figura 146. O bar da boate com móveis de madeira sob medida, tendo como fundo a parede com elementos vazados circulares fechados com vidros, voltada para o avarandado.



Figura 147. As hóspedes veranistas repousando em espreguiçadeiras, no avarandado voltado para a praia. A parede de fundo é a mesma que faz o fechamento do bar da foto anterior.





Figura 148. Terraço do segundo pavimento junto à ala de apartamentos com borda sinuosa. Ao fundo, a cobertura do pavilhão social. s/d.



Figura 149. Baile no salão/restaurante do pavilhão social.s/d.

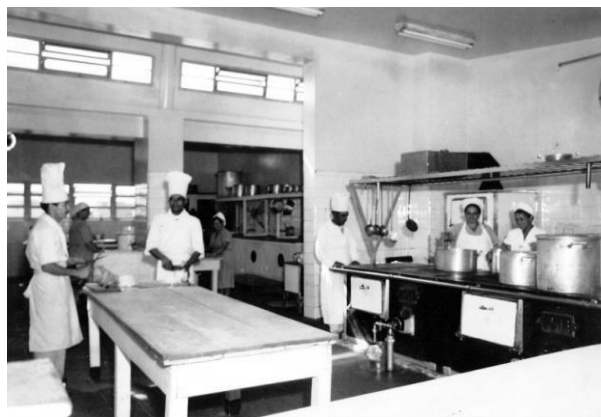


Figura 150. Cozinha localizada no volume térreo que envolve o pavilhão.s/d.



Figura 151. Lavanderia com sistema de esquadrias basculantes.

Figura 152. O mirante para salva-vidas, em primeiro plano, em composição com o hotel, vistos da praia.



Figura 153. O Mirante e abrigo de salva-vidas nos anos 1950.



Figura 154. O que sobrou do mirante adaptado. Foto de abril de 2014.



paredes libera parte da estrutura caracterizando pilotis a sudeste. O terraço do 2º pavimento também tinha a borda sinuosa. Os cobogós apareciam nos balcões da fachada nordeste, como elemento decorativo, dissimulando as janelas dos sanitários. Outro elemento que marcava a composição da fachada era o volume vertical sinuoso próximo à esquina, que avançava até o apartamento do zelador na cobertura. Portanto, as fachadas trabalhadas e o uso de múltiplos ornamentos nos blocos de esquina contrastavam com o pavilhão social, onde o ornamento se limitava à estrutura.

O Hotel foi inaugurado em 27 de dezembro de 1952. Atraiu hóspedes, abrigou festas da sociedade porto-alegrense e foi referência na imagem dos veraneios dos anos 50 e das décadas seguintes. (BERTOLUCI, 2012).

Como tantos outros exemplares de programas para veraneio da arquitetura moderna de qualidade, que configuraram o espaço das praias gaúchas no passado, foi demolido na década de 1990 e substituído por um conjunto de edifícios de apartamentos com volumetria distinta dos edifícios preexistentes.

Os edifícios de apartamentos

A análise sobre a concepção dos edifícios foi feita a partir da documentação disponível no Cartório de Registro de Imóveis de Osório e de fotos de época. Um dos documentos utilizados na tentativa de montar a sequência da construção dos edifícios inclui a planta do loteamento onde está desenhada, à mão, a projeção dos edifícios, analisados com as fotos da época da construção, sem data, disponibilizadas por Nélide. As datas obtidas nos processos do Registro de Imóveis não dão garantia

sobre a efetiva data de construção. O primeiro edifício a ser construído foi o Albatroz. Na sequência, segundo Nélide, vieram o Stella Maris, Marise, Pérola, Fragata, Esmeralda, Cannes, Netuno, Capri, e Atlântida, mas as datas de construção levantadas nos arquivos não conferem com essa sequência, como será mostrado adiante.

Nas testadas dos quarteirões que fazem frente à Praça, o remembramento de conjuntos de quatro lotes de 15 ou 18 m de testada criam os terrenos maiores para acomodar edifícios que configuram o espaço da via principal do balneário, consolidada ao longo dos anos e até hoje parcialmente preservada em sua volumetria.⁸⁶ Interessante é observar que essa ideia não era nova para Ubatuba, pois na planta ampliada, e na respectiva perspectiva do loteamento de 1939, há um destaque no desenho nos lotes que dão frente para as vias da Praça Central e hotel, dois em barra, dois em “L” e duas barras contínuas contornando a quadra. Além de quatro quarteirões de forma irregular do conjunto central em que as edificações fecham o perímetro, numa composição simétrica.

Na implantação dos edifícios construídos nos cinquenta, as barras simples contínuas em toda extensão da face do quarteirão, com recuo frontal de 4 m combinam-se com outras soluções de partido em “U” ou “L”. O fechamento em perímetro de quarteirão insinuado, característico de edifícios de outros balneários, não ocorre nos lotes lindeiros voltados para as outras vias. Como no primeiro edifício construído, o edifício Albatroz, partido em “U”, cujas empenas cegas parecem prever uma continuidade que acaba não acontecendo.

⁸⁶ Além dos edifícios que substituíram o hotel demolido, há edificações que não atendem mais o limite de três pavimentos e são resultado das várias alterações dos planos subsequentes.

A maioria dos prédios teve implantação posterior de volume anexo térreo para uso de garagem, o que, em alguns casos, conforma um espaço semifechado de uso privativo interior à quadra. Importante antecipar que houve a previsão de regime específico para garagens no plano diretor oficial, para o conjunto de lotes que fazem divisa de fundos com os lotes em que se implantaram os edifícios, com altura máxima de 3 m e frente para as vias paralelas à Central.

A dedução de que, desde os contratos originais, havia incentivo à adoção de pilotis nas diretrizes para o loteamento, um instrumento oficializado no plano dos anos sessenta, vem da observação das fotos de época e da documentação do edifício Stella Maris. A altura máxima de 11 m seria contada a partir do segundo pavimento, desde que o térreo (pilotis) fosse ocupado apenas como área coberta de uso comum, benefício que parece só ter sido aproveitado por Remo José Irace, hoje descaracterizado. Essa questão é confirmada por Emil Bered, em depoimento à autora, como comentado a seguir.

Fora do Centro, destaca-se o edifício **Querência**⁸⁷, projeto de Edgar Graeff em barra simples. Gaúcho formado FNA do Rio de Janeiro em 1947 foi um dos precursores da arquitetura da escola carioca em Porto Alegre. Segundo Luccas (2004, p. 122), Graeff, que era professor de teoria da arquitetura, “tornaria a escola carioca um referencial ainda mais presente na produção dos estudantes locais”. Em terrenos de propriedade de Walter Graeff, seu irmão, Edgar adota a solução do tipo barra (63,35 x 7.80 m) com fachada de frente voltada para o Parque IV a sul. As plantas do térreo e tipo têm circulação aberta voltada para o interior dos lotes. As plantas dos vinte e oito apartamentos,

⁸⁷ Apelidado de Kremlin por familiares dos primeiros proprietários de apartamentos, pois além do autor do projeto, vários condôminos pertenciam ou militavam no “Partidão”, o antigo Partido Comunista Brasileiro.

Figura 155. Detalhe da planta com os primeiros edifícios implantados ao longo da Avenida e da Praça Central:

1. Hotel (1952);
2. Mirante; e a partir da esquerda, em sentido horário*,
3. Fragata;
4. Pérola;
5. Marise;
6. Albatroz (1952/55);
7. Stella Maris (1952/55);
8. Atlântida
9. Paquetá (1955/58);
10. Capri (1961/64);
11. Coral (1955/58);
12. Netuno (1959?);
13. Esmeralda (1962);
14. Cannes (1965/68) e
15. Querência (antes de 1957) Fora da área mostrada.

*As datas referem-se às datas de aprovação, concessão de alvará e/ou averbação, de acordo com a documentação pesquisada.

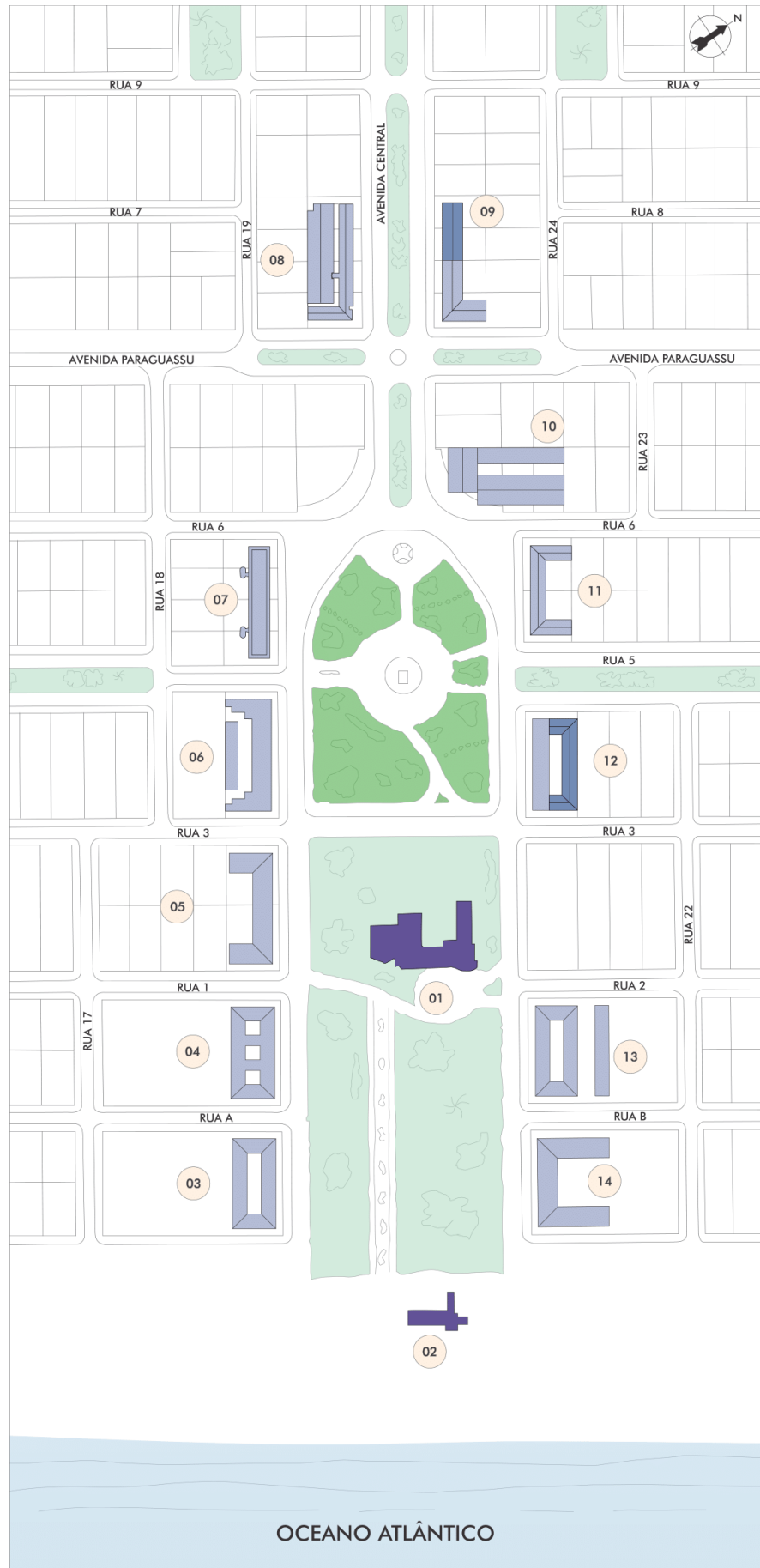




Figura 156. Vista do hotel a partir da praia, com os edifícios Albatroz e Stella Maris já construídos, ao fundo, à esquerda.(s/d)



Figura 157. Vista da Praça a partir do Hotel. À direita os edifícios Netuno (antes da ampliação) e Coral. Ao fundo, na esquina das avenidas Central e Paraguassu, o Edifício Paquetá.



Figura 158. Edifício Paquetá, na esquina das avenidas Paraguassu e Central, antes da ampliação. Detalhe da marquise de proteção do acesso, que dá o "ar moderno".

rebatidas duas a duas e moduladas em 3 m estão distribuídos em três pavimentos, sendo oito no térreo e dez em cada pavimento tipo. Os apartamentos têm dois dormitórios, sala, *kitchenete*, banheiro e área com tanque. Tem duas frentes: a sudoeste com sacada estreita fechada com cobogós e a nordeste para as circulações horizontais abertas, acessadas por uma escada plugada na fachada interna.

A solução de fechamento com cobogós das sacadas na fachada sudeste voltada para o Parque IV, com abertura quadrada, remete às soluções de Lucio Costa no Parque Guinle e de Reidy no Pedregulho. E é muito similar à que o próprio Graeff vai aplicar nas varandas de um dos seus projetos para Porto Alegre, o edifício Tapejara de 1960. (LUCCAS, 2004; COMAS; PIÑON, 2013).

Nas plantas pesquisadas está creditada a coautoria de Ari Mazzini Canarim, formado na segunda turma do novo curso em 1953 e autor do projeto do edifício Armênia de Porto Alegre, de 1955, premiado e inventariado pelo Município. O mobiliário da área de uso comum também foi projetado por Graeff, segundo alguns condôminos, e lembram as linhas dos móveis projetados com exclusividade para o hotel de Atlântida.

Pohlmann relata que, quando conheceu Atlântida em 1957, era marcante observar o edifício Querência afastado, mas visível desde o centro (informação verbal)⁸⁸. Ele afirma que estavam sendo construídos os edifícios em volta da praça, já existiam algumas casas precursoras na Beira Mar, mas o que chamava a sua atenção era o Querência com seus cobogós e a cobertura em duas águas de telhas cerâmicas com beirais. As plantas do processo têm data de aprovação em 1960, a data

⁸⁸Informação fornecida em depoimento à autora em 23 de janeiro de 2014.

registrada da compra do terreno em condomínio é de 1964 e a documentação de averbação é de 1965.

Além do **Querência**, outros dos primeiros edifícios de Atlântida, aprovados na Prefeitura de Osório nos anos 1950, são de autoria dos primeiros arquitetos do Rio Grande do Sul, aqueles que viriam a se destacar na produção da Arquitetura Moderna de Porto Alegre. Remo José Irace, Emil Bered e Salomão Kruchin, e novamente Mauro Guedes de Oliveira, todos formados em 1949 na primeira turma da arquitetura do IBA, são alguns dos nomes que terão em Atlântida a oportunidade de exercer sua atividade e conformar a nova cidade, de configurar o espaço urbano a partir do zero, seguindo os condicionantes estabelecidos no plano de Ubatuba.

O projeto do edifício **Albatroz**, aprovado na Prefeitura em 1953, foi o primeiro a ser construído em terreno da Imobiliária Beira Mar LTDA, de Léo Haesbarch, um dos acionistas da empresa ASAB. É mais um projeto de Mauro Guedes de Oliveira, que aqui abandona toda a profusão de elementos e detalhes do hotel. A construtora é a mesma do hotel, a Toigo e Cia. Ltda. A data do projeto é de 31 de maio de 1952 e os responsáveis pela execução foram R. Perrone e M. Meira. A averbação em condomínio é de 1954, quando já estaria construído. A prancha de localização é a única que inclui perspectiva externa do prédio. Há planta de modificação para construção de garagem com data de 1953 sem autoria de projeto, apenas da construtora. Originalmente o térreo não foi edificado, só as duas circulações/escadas de acesso aos dois pavimentos tipo com 35 m². Apenas em 1969 foi registrada a ocupação do térreo com seis apartamentos de aproximadamente 73 m² e três lojas de 36, 57m², mantendo livres as circulações de acesso às garagens.

Em terreno de aproximadamente 72 x 30 metros, com testadas para a Praça Central a nordeste, é o único desta primeira leva que propõe originalmente oito “lojas-apartamentos” no térreo, além dos vinte e quatro apartamentos distribuídos nos três pavimentos, térreo e dois tipo. O acesso às caixas de escada, internas, e às lojas do térreo se dava pela Avenida Central. O edifício tinha planta simétrica em “U” com duas caixas de escada. O corpo da garagem, aprovado em 1954, é independente, construído junto à divisa sudeste. Os dois apartamentos do térreo, com aproximadamente 78 m², tinham acesso pelas ruas laterais (ruas 3 e 4). As chamadas lojas-apartamento tinham áreas variáveis em torno de 75 m², nas esquinas 140 m². Os apartamentos dos pavimentos tipo tinham áreas e programas variados, com um ou dois dormitórios, alguns com sacada. Um “ar” moderno é dado pela solução das fachadas com marcação dos volumes vazados de quatro conjuntos de sacadas cada, que se projetam em balanço, formando saliências num recurso usual do período. Diferente do Querência, a cobertura é escondida por platibanda.

No início da vida profissional em Porto Alegre, Guedes projetou para a área central o edifício Ouro Preto e teve carreira de sucesso em projetos para o mercado imobiliário até seu falecimento.

No quarteirão ao lado, o edifício **Stella Maris**, projeto e construção de Irmãos Irace LTDA. com plantas assinadas por Remo José Irace, foi dos primeiros a serem construídos e se distingue dos seus vizinhos em três aspectos. Foi o único que tirou proveito do incentivo aos pilotis, permitindo maior altura total com a inclusão de mais um pavimento, térreo mais três. Hoje fechados para ocupação do térreo (elevado) por apartamentos, mantém a forma das duas caixas de escada plugadas à barra, com planta ovalada, voltadas para o interior do lote. As

marquises apoiadas em pilares inclinados de seção quadrada, avançando sobre o recuo de frente, marcam e protegem os acessos. As duas empenas cegas realçam o detalhe da platibanda recuada, como coroamento. Nas fotos de época é possível observar os pilotis livres. Note-se que, no Memorial apresentado para registro, a descrição do térreo “ainda não dividido” sugere que a intenção de fechá-lo já existia originalmente. A planta aprovada do térreo é totalmente livre com pilares modulados em 3,65 m, retangular, e mostra a projeção das marquises de acesso e as caixas de escada.

O proprietário do terreno era outro acionista da ASAB: Danilo Santa Catharina. O terreno composto de quatro lotes, registrado com 72 x 21,20 m (diferente da medida da planta do loteamento com 30 m de profundidade) fazia divisa com outro terreno do mesmo proprietário. Segue o padrão de fachada principal voltada para a Praça Central a nordeste, com as sacadas individuais dos apartamentos e circulação aberta contínua voltada a sudeste para o interior do lote. Os três pavimentos tipo têm dezoito apartamentos de 36,57m² de área útil cada, núcleo de serviço centralizados dividindo quarto e sala e ventilados por pequeno poço. O projeto foi aprovado em 1953.

Remo J. Irace é autor do projeto do Edifício Paglioli de 1951 em Porto Alegre, que, assim como o Armênia e o Tapejara e vários projetados por Bered, faz parte do inventário da arquitetura moderna Municipal.

O projeto do edifício **Coral** recebeu aprovação e alvará para construção em 1955. De autoria de (Manuel José) Carvalho Meira, formado na mesma turma de Canarim, Fayet e Perrone, está implantado na esquina de frente para a Praça a sudeste, com partido em “U”. De propriedade do mesmo Danilo Santa Catharina e de Antonio Pegoraro, tem os mesmos três

pavimentos com cinquenta e dois apartamentos com quatro tipos de plantas, de um a três dormitórios e tipo JK, todos com sacada/balcão e áreas entre 28 e 72 m². A circulação horizontal aberta voltada para o interior dos lotes é acessada por duas caixas de escada, dispostas nos ângulos internos do “U”. No térreo estavam previstas quatro lojas, duas voltadas para a Central e duas menores para Rua 6, a noroeste. Com acessos pela Central, tem peitoris das sacadas embutidas em cobogós e cobertura em telhas cerâmicas com beirais. O mesmo material é usado nos peitoris das sacadas contínuas em balanço que marcam a esquina voltada para a Praça e para os o mar. A graficação do projeto chama a atenção pelo tratamento dado aos desenhos, muito diferente dos seus contemporâneos.

Em setembro de 1958 já estava construído o **Edifício Paquetá** na esquina da Avenida Central com Paraguassu. Aprovado na Prefeitura em 1955, não consta a autoria do Projeto, apenas o responsável pela construção, Ruy Tedesco da Construtora Tedesco e Cia Ltda., a mesma que construiu a SAT no mesmo ano. O partido em “L” contava com vinte e um apartamentos de quarto-e-sala com sacadas, distribuídos em três pavimentos, ligados por uma escada curva no ângulo interno. O volume de garagem é aprovado em 1956. A ampliação com segundo bloco, de 1957, completa um total de trinta e nove apartamentos. Ambos os blocos têm acesso pela Avenida Central.

Do outro lado da Central, de frente para o Paquetá, o edifício **Atlântida**, em terreno da ASAB e projeto de 1957 de Emil Bered e Salomão Kruchin, foi previsto para lojas e apartamentos na esquina das Avenidas Central e Paraguassu. Aprovado em 1958 e averbado em 1959 com três pavimentos, três lojas no térreo (duas com aproximadamente 35m² e uma

com 165m²) e trinta e três apartamentos, com um ou dois apartamentos e áreas variando entre 41 e 77m², além da construção térrea para garagem privativa coberta com telhas cerâmicas. A documentação deste prédio tem algumas particularidades: o carimbo de aprovação na prefeitura de Osório tem a data de 27 de outubro de 1958, e o selo traz a assinatura de Bered e Kruchin como arquitetos, Antonio Casaccia pela empresa e a assinatura do engenheiro mecânico eletricitista Carlos Morganti, que fazia parte da equipe do mesmo escritório. Os documentos para averbação no cartório têm assinatura de Haesbarch pela empresa proprietária. No processo do Registro de Imóveis, há um Memorial Descritivo impresso com as especificações técnicas da edificação, com referência a revestimentos de marmorite nas escadas e o hall e circulações com ladrilhos de granilite, assinado por Morganti.

Enquanto as plantas dos apartamentos são mais irregulares, o tratamento das fachadas e do hall de acesso é mais elaborado que os projetos precursores para Atlântida. O acesso à parte residencial pela Avenida Central é especial. Duas linhas de sete colunas, que sustentam a laje caixão (talvez a única adotada neste grupo de prédios) do primeiro pavimento a altura de um pé-direito e meio no térreo, sugerem a tentativa de criar térreo em pilotis (os *pilotises* referidos no termo de averbação apresentado ao cartório do RI). A primeira, rente à fachada, fica toda à mostra e marca o acesso sustentando uma marquise que carrega o nome do prédio com letras caixa. Um fechamento parcial do espaço aberto abriga o hall de entrada, incluindo parte da segunda linha de pilotis. Os apartamentos do térreo ficam a meio nível do terreno, enquanto as lojas voltadas para a Paraguassu têm pé-direito mais alto. A forma assimétrica da marquise, a composição das esquadrias, a escada que recebe revestimento em pedra, pelo menos no desenho, e, finalmente,

um painel decorativo sobre a parte cega da parede junto à esquina demonstram uma preocupação com detalhes que não se percebe em outros projetos.

Bered é autor de diversos projetos de qualidade reconhecida para a capital, na segunda metade da década de 1950 à de 60, quase todos incluídos no Inventário do Patrimônio da Prefeitura. Por exemplo, os edifícios Faial, Redenção, Rio Grande do Sul, Linck, Porto Alegre. Em depoimento à autora, o arquiteto afirmou que fez os apartamentos do térreo elevados, e que o projeto original foi deturpado. Comentou ainda que os proprietários, em geral, eram resistentes à ideia de pilotis livres. Num processo semelhante ao do Stella Maris de Irace, que teve seu térreo ocupado.

A pouca documentação encontrada do Edifício **Netuno** leva a concluir que ainda não estava construído em fevereiro de 1959, pois ao que parece estava sendo ainda tratada a compra do terreno de 60 x 13,20 metros. O projeto original não foi localizado, mas sabe-se que é outro que tem solução em barra simples, três pavimentos, mesma solução de dois acessos e de circulações, e que teve acréscimo posterior. As sacadas agrupadas quatro a quatro são emolduradas criando volume saliente, vazado e com platibanda. Entretanto já aparece em construção, ao lado do Coral, nas fotos do período inicial da década de 1950, sem data precisa.

Os edifícios Capri, Cannes, Pérola, Esmeralda e Fragata foram construídos posteriormente, mantendo a mesma regra de volumetria, mas fazem parte de outra concepção. O **Capri** foi projetado por Irineu Breitman e Pedro Gus e há planta de modificação de 1962 no processo, sendo que não foi localizado projeto original. Composto de três blocos em lote de esquina curva, formando um “L”, tem apartamentos com áreas que variam de 61 a 97 m². As conexões entre os blocos são

marcadas pelo prolongamento de parede que avança nas fachadas e arremata os telhados sem platibanda. As sacadas projetadas em balanço aparecem neste projeto, e serão usuais nos projetos desta década na área central.

O edifício **Cannes** foi aprovado na Prefeitura em 1965. Há algum material sobre os edifícios Pérola, Fragata e Esmeralda dos anos 60, implantados nos quarteirões próximos à praia que não eram parcelados na planta de 56. Já o **Oásis** de 1967, projeto de Mont'Serrat fora da área central, foi construído junto ao parque II, simetricamente ao Querência mas bem posterior.

Num esforço para identificar alguma particularidade tipológica e programática dos edifícios que tenha relação com clima ou função, se arriscaria levantar alguns conjuntos de soluções adotadas de forma recorrente, nem sempre exclusiva de Atlântida e levadas em conta as exceções. Por exemplo: nos programas residenciais predominam os apartamentos com dimensões mínimas, tipo quarto e sala a dois dormitórios, eventualmente com previsão de apartamento de zelador no térreo, sem áreas pré-definidas para atividades de uso comum. Os balcões ou sacadas são unanimidade, embutidas ou acomodadas em grelhas projetadas no início, em balanço mais tarde, variam as soluções de peitoris e guarda-corpos. Além do bloco de estacionamento, algumas unidades comerciais foram previstas no corpo do térreo. Como os conjuntos de lotes lembrados resultam em testadas entre 60 e 75,25 metros, as barras contínuas resultam em dimensões de até mais de 60 metros. Por isso, os acessos em geral se dividem em dois, correspondendo a duas caixas de escada projetadas fora do corpo do prédio, voltadas geralmente para o interior do lote, algumas abertas e plugadas nas circulações horizontais também abertas. A volumetria restrita aos três pavimentos, a aplicação de

elementos de proteção solar ou de proteção visual das áreas de serviço, e de peitoris com cobogós cerâmicos se repetem. A escolha de materiais em geral fica com a madeira para as esquadrias, o uso de pastilhas nas fachadas é exceção. As platibandas só vão predominar na fase posterior (década de 1960), pois pelo menos três dos edifícios iniciais têm cobertura de telhas de barro com beirais projetados para facilitar o escoamento das águas pluviais: Querência, Coral e, Paquetá.

Quanto ao clube, a Sociedade dos Amigos do Balneário de Atlântida - SABA, foi fundado em 17 de fevereiro de 1962⁸⁹ e a sua sede foi construída fora do período em estudo. Há uma clara coincidência de tratamento da fachada com revestimento de pedras em duas cores com figuras marinhas e elemento vertical muito semelhante à garça original da SAT, de 1957, que hoje está demolida.

⁸⁹ Informação da página do clube, disponível em: <<http://www.saba-rs.com.br/saba.html>> Acesso em 15 de agosto de 2015.



Figura 159. O clube construído na década de 1960, no terreno entre a praia e o hotel.

Figuras 160 e 161. As áreas verdes dos chamados Parques II e IV, que atravessam o balneário.



Edifício Querência

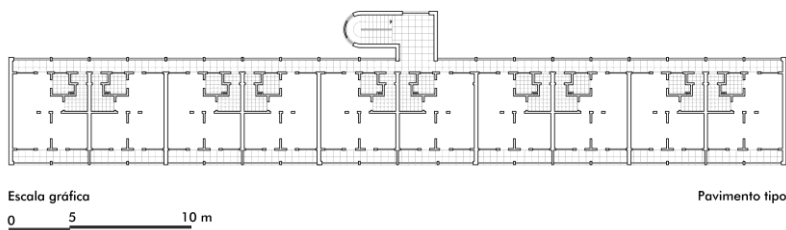
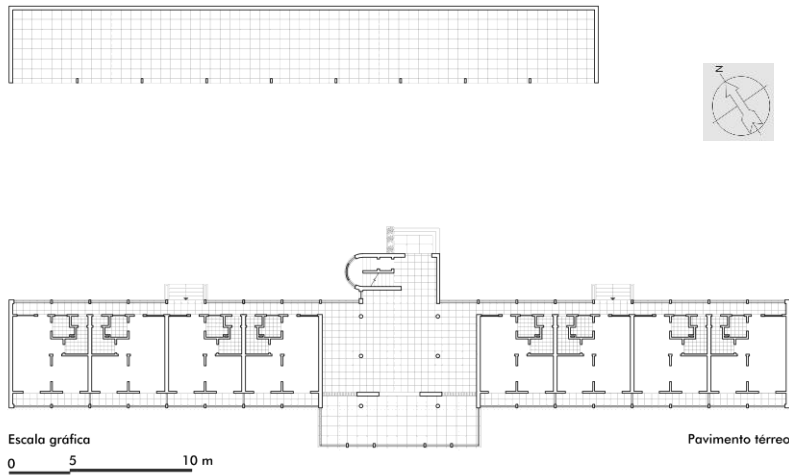
Projeto:
Edgar Graeff e Ari Canarim

Proprietário:
Walter Graeff e outros

Construção:
antes de 1957

Nº pavimentos:
térreo + 2 tipo

Nº apartamentos:
28 quarto & sala



Figuras 162 e 163. Plantas Baixas térreo e tipo - redenhadas a partir das plantas arquivados no processo de Registro de Imóveis de Osório.



Figuras 164 e 165. Fotos da fachada sudoeste voltada para o "Parque IV", ainda sem vegetação. Final da década de 50.



Figuras 166. Móveis da área de uso comum, também desenhados por Graeff.

Figura 167. Selo da planta aprovada na Prefeitura, com nome dos autores do projeto e assinatura do proprietário.

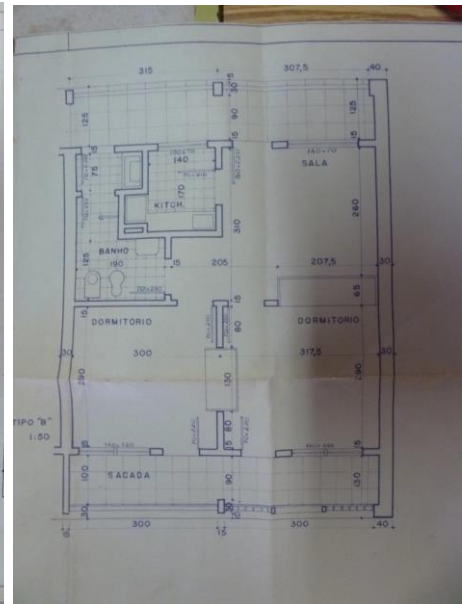


Figura 168. Planta do apartamento tipo "B".

Figura 169. Fachada de acesso voltada para o Parque IV. Os elementos de vedação foram substituídos por esquadrias com vidro, mas os cobogós permanecem.



Figura 170. Fachada voltada para o interior da quadra, que mantém o padrão de circulações horizontais abertas, unidas por escada destacada do corpo do prédio.



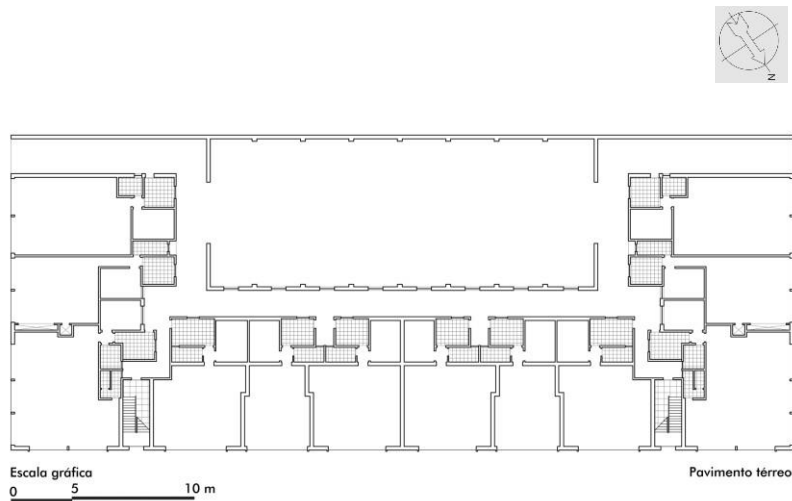


Figura 171. Planta baixa pavimento térreo. Desenho baseado nas plantas arquivadas no processo de Registro de Imóveis de Osório.



Figura 172. Selo do projeto aprovado de 1952.

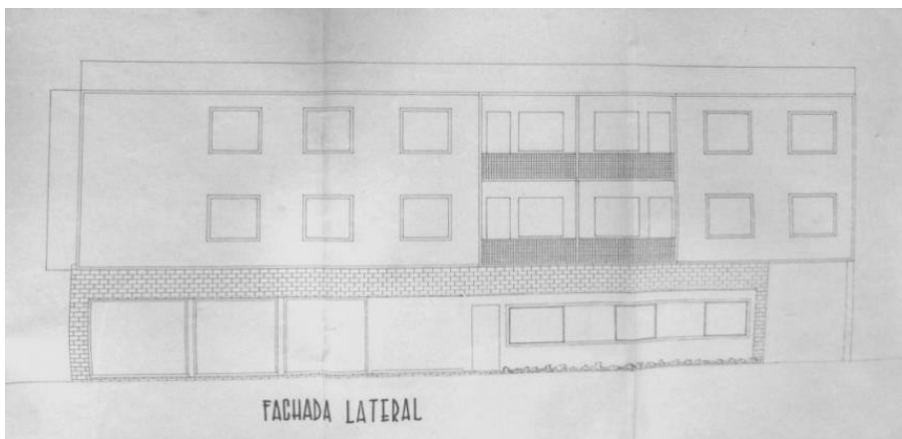


Figura 173. Fachada lateral do projeto aprovado em 1952.

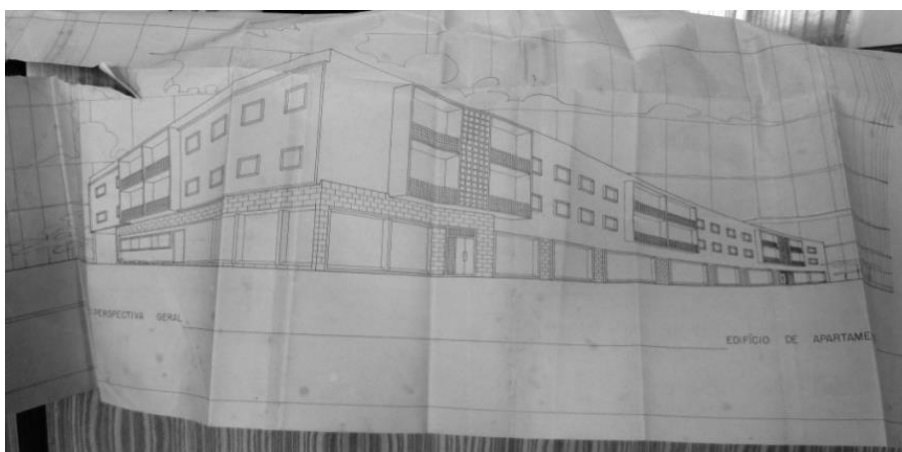


Figura 174. Perspectiva apresentada no projeto aprovado.

Figura 175. Foto atual da esquina norte. As fachadas tiveram os revestimentos alterados, porém está mantida a solução do conjunto de balcões projetados 4 a 4. Julho 2015.



Figura 176. Volume das sacadas em balanço. Julho 2015.



Figura 177. Novo tratamento do acesso à circulação vertical e do vão da escada. Julho 2015.



Edifício Stella Maris

Projeto:
Remo José Irace

Proprietário:
Danilo Santa Catharina

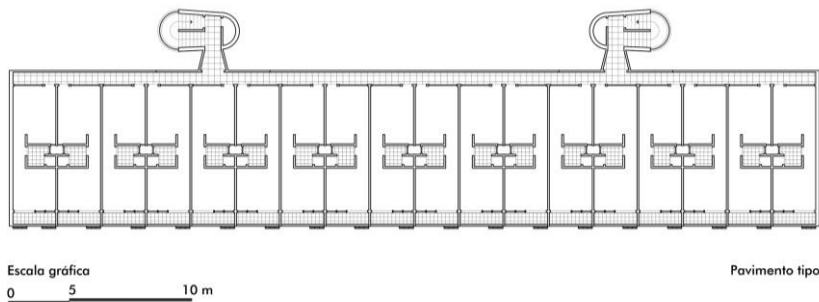
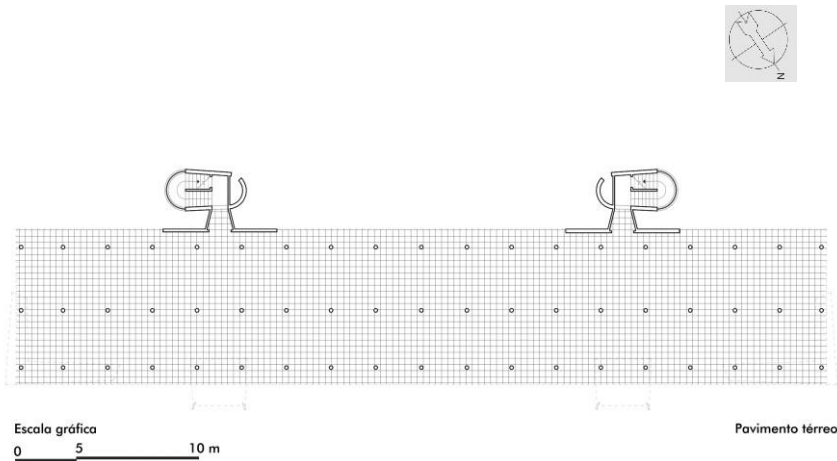
Construção:
Irmãos Irace Ltda.

Data Projeto:
1952

Data construção:
1954

Nº pavimentos:
T + 3 tipo

Nº apartamentos:
18 unid./pavimento



Figuras 178 e 179. Plantas térreo (pilotis) e tipo. Desenho baseado nos documentos do projeto aprovado em Osório.

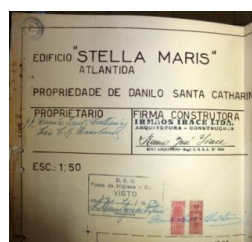


Figura 180. Selo projeto aprovado em Osório.



Figura 181 e 182. Pilotis e marquisse proteção de acesso nos anos 1950 e atual, com o térreo ocupado.

Figura 183. Fachada voltada para a Praça Central, com o térreo elevado. Julho 2015.



Figura 184. Fachada interna com caixas de escada e circulações horizontais abertas, voltadas para o interior do lote. Julho 2015.



Figura 185. Empenavoltada para rua lateral com térreo ocupado. Detalhe do coroamento/platibanda ecuada. Julho 2015.



Edifício Coral

Projeto:
M. J. Carvalho Meira

Proprietário:
Danilo Sta Catharina
Antonio Pegoraro

Construção:
Data Aprovação:
1955
1957 (2º bloco)

Data construção:
antes de 1958

Nº pavimentos:
T + 2 tipo

Nº apartamentos:
52 unidades
4 tipos de apartamentos

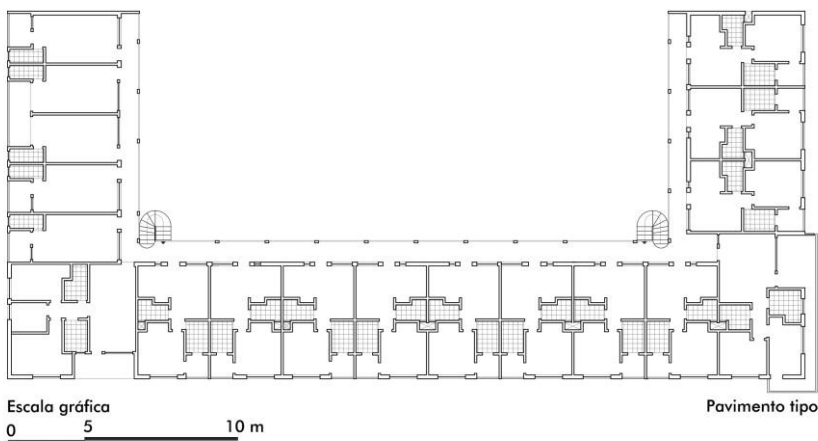
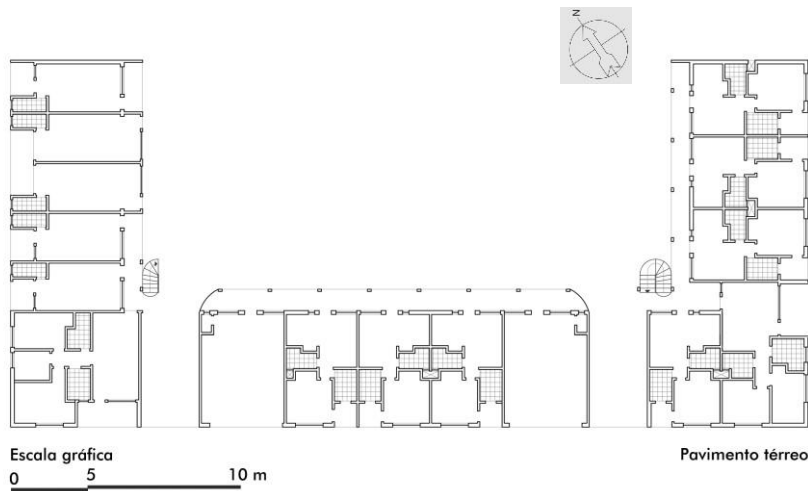


Figura 186 e 187. Plantas baixas pavimentos térreo e tipo. Desenho baseado nos documentos do projeto aprovado em Osório em 1955.

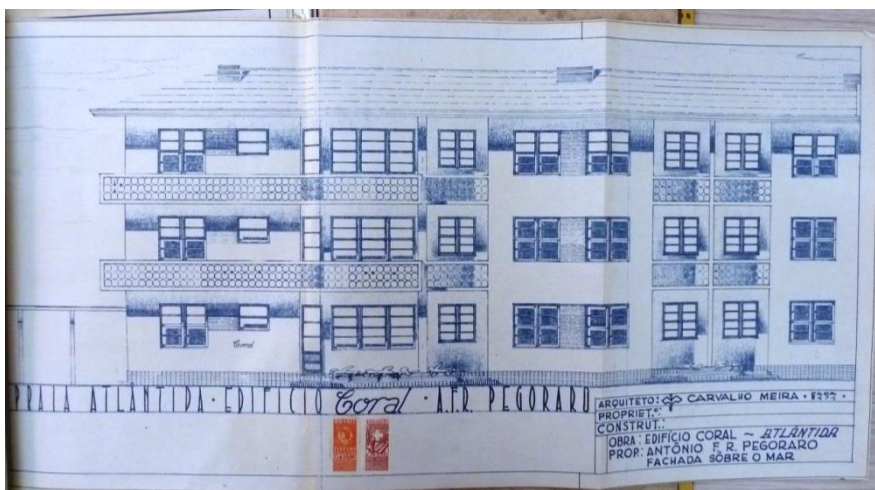


Figura 188. Fachada voltada para a rua lateral, paralela à praia.

Figura 189. Vista dos fundos do Coral com a empena cega sugerindo continuidade.



Figura 190. Detalhe da marcação do acesso preservado como projetado. Julho 2015.



Figura 191. Fachada lateral sudeste aprovada.



Figura 192. Fachada voltada para a Praça Central. Julho 2015

Edifício Paquetá

Projeto:
Não consta

Proprietário:
Não consta

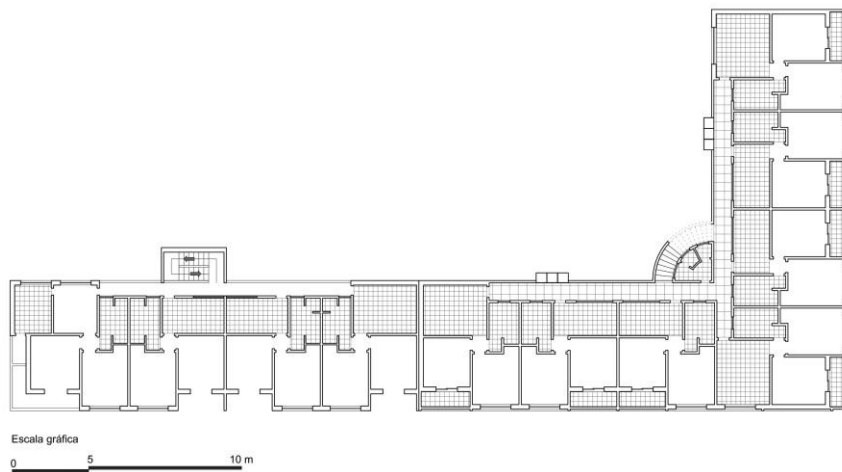
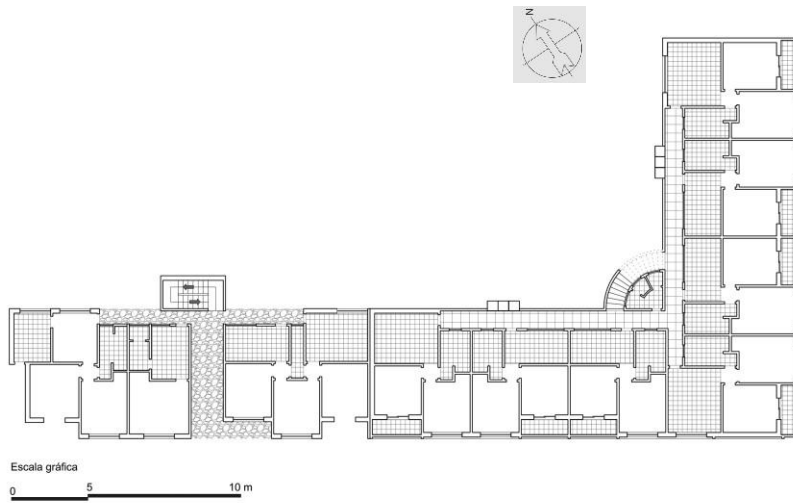
Construção:
Construtora Tedesco
e Cia Ltda.

Data Aprovação:
1955 (1º bloco)
1957 (2º bloco)

Data construção:
antes de 1958

Nº pavimentos:
T + 2 tipo

Nº apartamentos:
21 unid. quarto/e sala
(1ª etapa)



Figuras 193 e 194. Plantas baixas térreo e tipo. Desenho baseado nos documentos do projeto aprovado em Osório.

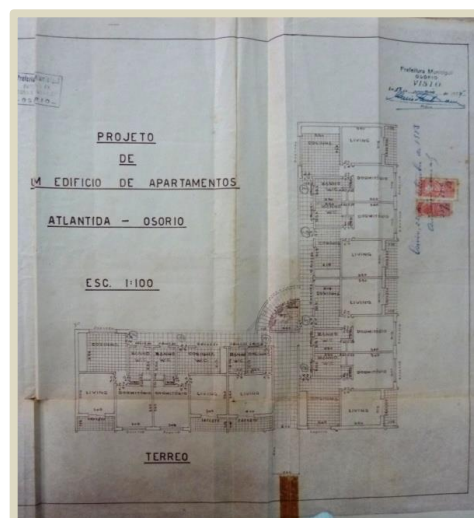


Figura 195. Planta do pavimento térreo da primeira etapa, em esquina, aprovado em 1955.

Figura 196. Esquina avenidas Central e Paraguassu no final da década de 1950.



Figura 197. Esquina avenidas Central e Paraguassu. Julho 2015.



Figura 198. Fachada avenida Central. Julho 2015.



Edifício Atlântida

Projeto:
Emil Bered
Salomão Kruchin

Proprietário:
ASAB
(Antonio Casaccia)

Construção:
-

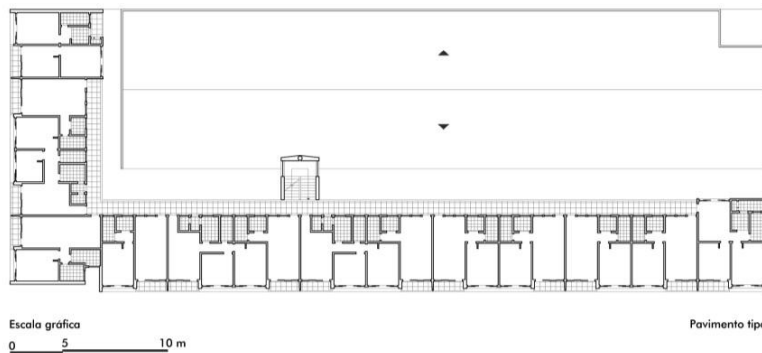
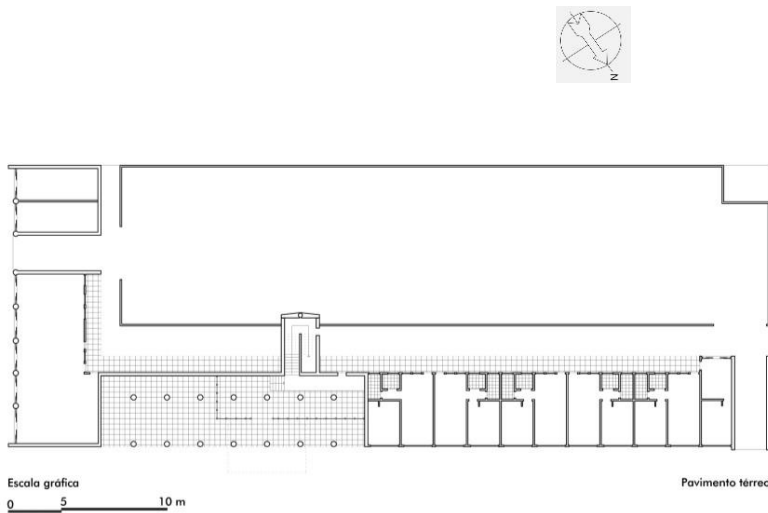
Data Projeto:
1957

Data Aprovação:
1958

Data averbação:
1959

Nº pavimentos:
T + 2 tipo

Nº apartamentos:
33 unidades + 3 lojas
total 39 unid.



Figuras 199 e 200. Plantas baixas térreo e tipo. Desenho baseado nos documentos do projeto aprovado em Osório.



Figura 201. Hall de acesso aos apartamentos, com detalhe dos "pilótises" e da escada de acesso aos apartamentos do térreo elevado. Julho 2015.

Figura 202. Corte mostrando a laje caixão de entrepiso térreo / segundo pavimento.

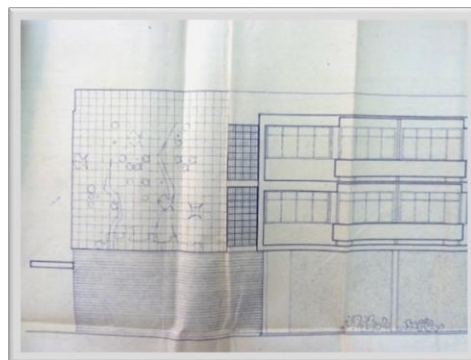
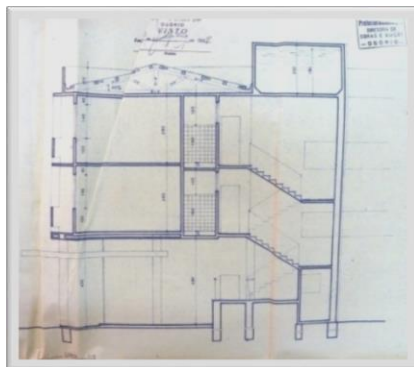


Figura 203. Fachada da avenida Central com painel decorativo junto à esquina.

Figura 204. Marquise do acesso pela avenida Central. Maio 2014.



Figura 205. Fachada avoltada para a Avenida Central. Julho 2015.

Figura 206. Esquina Avenidas Central e Paraguassu. Busto Ubatuba de Faria no canteiro.



Figura 207. Acesso apartamentos pela avenida Central. Julho 2015





Figura 208. Edifício Netuno, um dos primeiros a ser construído na Praça Central. Julho 2015.



Figura 209. Edifício Capri visto da Praça Cental. Julho 2015.

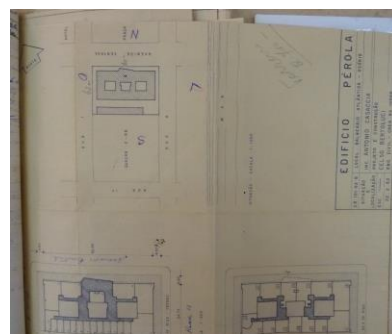
Figura 210. Edifício Oásis, junto ao Parque II, fora do núcleo central. Maio 2014.



Figura 211. Edifício Fragata, na esquina da Beira Mar com Central. Julho 2015.



Figuras 212 e 213. Edifício Pérola. Julho 2015.





**Figura 214. Edifício Marise.
Ao fundo os edifícios
Albatroz e Stella Maris.
Julho 2015.**



**Figura 215. Edifício
Esmeralda. Julho 2015.**

Figura 216. Edifícios Esmeralda e Cannes. Julho 2015.



Figura 217. Ed Cannes. Julho 2015.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da constituição do litoral norte como local de veraneio e da urbanização dos balneários gaúchos, representada pelos projetos para Atlântida, está intimamente vinculada à história da afirmação do urbanismo e do surgimento da produção de arquitetura moderna no Rio Grande do Sul. Mesmo que a complexidade da Atlântida realizada tenha sido reduzida, se comparada com aquela idealizada anos antes, a relação arquitetura/cidade original permanece valorizada na área central da Atlântida construída. Nos dois Planos os edifícios conformam as vias do núcleo central. Não há projetos arquitetônicos notáveis, de qualidade excepcional, nem grandes inovações, assim como ocorre na produção arquitetônica moderna praticada na capital pelos arquitetos da primeira geração, onde não se apresenta “obra prima nem brilho” (COMAS, 2013). O seu valor está em serem trabalhos bem cuidados, que contribuem para configurar a cidade de forma equilibrada.

Em comparação com a cidade balnear de 1939, o Plano de Atlântida que se efetiva é mais prático, proposto para outro público, tem uma estrutura convencional e visa um equilíbrio de densidade e traçado que pode ser identificado na relação entre áreas verdes, espaços abertos e construídos. O traçado convencional em xadrez é implantado com pequenas, mas qualificadas, peculiaridades. A adoção de um modelo mais singelo, sem discurso, é uma adequação simplificada, mas ainda foi inédita nos empreendimentos daquela região.

Como resultado da sua implantação se verifica que, da forma como foram dispostos os instrumentos de controle volumétrico e de uso, o Plano de 1952-56 permitiu que a

estrutura final ficasse a cargo da arquitetura. As barras simples não estão soltas no terreno, mas contingenciadas, mantendo os recuos estabelecidos nas normas. Convivem com os partidos em “L” e em “U”, que insinuam uma continuidade no perímetro dos lotes lindeiros do quarteirão que acaba não se concretizando. A explicação para essa descontinuidade pode estar nas determinações do Plano aplicado extraoficialmente, registrado nos contratos de venda dos terrenos que não foram localizados nesta pesquisa. O que fica é a constatação da ideia de que a importância da arquitetura na conformação urbana daquele balneário e seu plano diretor original foram únicos no litoral.

Ainda assim, embora não se reconheça em outros balneários da região um Plano abrangente em que a arquitetura se relacione de forma indissociável com a solução urbanística, confirma-se que muitos dos projetos arquitetônicos executados naquele período inicial da profissão foram estruturadores do cenário do veraneio dos gaúchos após 1950. Quase todos eles, como o Hotel de Atlântida, hoje estão demolidos ou descaracterizados: a SAPI adulterada de L. F. Corona (1952) mal se mantém, o Hotel Termas de Xangri-lá, de Roberto Veronese (1955) e a SAT, de Nestor Hilgert (1957) foram demolidos. Cada um deles teve, em seu balneário, o papel de peça principal, sobressaindo entre aqueles outros singelos exemplares de casas ou pequenos edifícios dispostos no tecido regular, que incorporaram detalhes do repertório moderno. Como já mencionado acima, a tentativa de adoção de pilotis nos edifícios, os recorrentes telhados “asas de borboleta” modernizando até os chalés de madeira, as paredes trapezoidais e os cobogós são alguns dos clichês associados ao “moderno” que foram amplamente adotados pelos projetistas de residências unifamiliares, hotéis e clubes das praias. São manifestações que denunciam as referências de seus autores e a intenção de estarem

conectados com o que havia de mais atual, naquele momento em que os balneários se apresentavam como importante oportunidade de exercício da nova profissão.

As alterações nos instrumentos urbanísticos de controle de Atlântida se sucedem desde os anos 1970. As alterações nos gabaritos de altura e taxas de ocupação dos quarteirões resultantes da demolição do hotel e no seu entorno imediato são visíveis. Mesmo que esteja em andamento um processo de substituição, com a instalação de outro modelo na região, dos condomínios, a área central de Atlântida ainda preserva parte das qualidades urbanísticas que a diferenciaram de outros balneários.

Outra questão a considerar é que Atlântida parece ter sido concebida como um bairro de Capão, pois não foi prevista a infraestrutura necessária para uma cidade autônoma, mesmo que de veraneio. O balneário foi criado e sobrevive como um bairro, nunca foi autônomo. Sempre contou com a infraestrutura dos municípios a que pertence: primeiro a Capão da Canoa, emancipado de Osório, em 1982 e hoje a Xangri-lá, emancipado de Capão dez anos após, em 1992. Talvez isso a preserve em seu núcleo, no traçado e na volumetria dos edifícios iniciais da antiga “Zona B”.

As maiores cidades balneárias do Rio Grande do Sul de hoje (Torres, Capão, Tramandaí) passaram nos últimos anos por um processo de verticalização excessiva em diferentes graus, desproporcional ao crescimento da população flutuante ou permanente que as frequenta. Em contraste com Atlântida, por exemplo, o balneário vizinho Capão da Canoa, verticalizado e densificado, é o pior exemplo de um avançado processo de substituição tipológica por uma arquitetura de qualidade duvidosa, exemplo que Tramandai se esforça para imitar.

A barreira de altos edifícios à beira-mar e a paisagem construída desestruturada da vizinha Capão ainda não atingem a área central de Atlântida, mesmo com as alterações implementadas nos planos que se sucederam desde sua implantação. Porém é perceptível em outras zonas do balneário o avanço do modelo de condomínios fechados que se criam como micro cidades de faz-de-conta, com sua paisagem construída dentro de muros que rompem com a cidade-de-verdade.

O processo de degradação das cidades balneárias do Rio Grande do Sul, a verticalização inapropriada e o avanço da substituição tipológica de edificações adequadas por outras especulativas de qualidade arquitetônica duvidosa valorizam ainda mais a exemplaridade e o interesse pelas duas Atlântidas. Seus projetos são representativos de um outro processo de urbanização, no qual a realização de empreendimentos que visavam, sim, o lucro, não impediu o estabelecimento de relações harmônicas entre urbanismo, arquitetura e natureza. Compõem um importante objeto de pesquisa quando se pretende avaliar de que forma a arquitetura moderna contribuiu na constituição dos balneários do Rio Grande do Sul, e sobre o muito que ainda há para ser estudado.

FONTES DAS FIGURAS

Figura 1. Disponível em:

<http://www.creationism.org/images/DoreBibleIllus/aGen0811Dore_TheDoveSentForthFromTheArk.jpg>. Acesso em 15 ago. 2015.

Figura 2. Disponível em:

<http://www.creationism.org/images/DoreBibleIllus/aGen0803Dore_TheDeluge.jpg>. Acesso em 15 ago. 2015.

Figura 3. Disponível em:

<<http://collections.musees-haute-normandie.fr>>. Acesso em set. 2014.

Figura 4. O nascer da lua no mar, Caspar David Friedrich. Disponível em:

<<http://www.caspardavidfriedrich.org/Moonrise-by-the-Sea-c.-1822.html>>. Acesso em set. 2014.

Figura 5. Disponível em:

<<http://archexpo.net/fr/contenu/casino-de-dieppe-vieux-chateau-et-bains>>. Acesso em 15 ago. 2015.

Figura 6. Disponível em:

<<http://www.akg-images.fr/archive/BAINS-DE-DIEPPE.-Bains-des-Hommes>>. Acesso em set. 2014.

Figura 7. Disponível em:

<<http://archexpo.net/fr/contenu/casino-de-dieppe-vieux-chateau-et-bains>>. Acesso em 15 ago. 2015.

Figura 8. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha_de_Dieppe#/media/File:Bundesarchiv_Bild_101I-362-221104,_Dieppe,_Landungsversuch,_englischer_Sp%C3%A4hpanzer.jpg>. Acesso em set. de 2014.

Figura 9. Disponível em:

<<http://photohistory-sussex.co.uk/BTNBeachBrightonFrontBollaPC1910.jpg>>. Acesso em 15 ago. 2015.

FIGURA 10. Disponível em:

<<http://theredlist.com/wiki-2-24-525-529-view-the-one-profile-coco-chanel.html>> . Acesso em 20 maio 2015.

FIGURA 11. Disponível em:

<<http://static1.squarespace.com/static/517e9335e4b0847823500845/t/522ddccee4b03f0bcd66ffda/137873736740135>>. Acesso em 15 ago. 2015.

Figura 12. Disponível em:
<<http://www.novomilenio.inf.br/santos/mapas/mapa27.jpg>> Acesso em 15 ago. 2015.

Figura 13. Disponível em:
<https://loucuraracional.files.wordpress.com/2009/12/projetourbanistico_aguasdesaopedro.jpg>. Acesso em maio de 2015.

Figura 14. Acervo do Instituto Moreira Salles. Disponível em:
<http://www.ims.com.br/images/30/28/acv_imgcapa_1412353028.jpg>
Acesso em 13 jul. 2015.

Figura 15. SEVCENKO, Nicolau. org. História da vida privada no Brasil. V.3 São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 574.

Figura 16. Disponível em:
<<http://oglobo.globo.com/rio/banhistas-de-antigamente-nas-praias-do-rio-7133716>> Acesso em jul. 2015.

Figura 17. Acervo do Instituto Moreira Salles. Disponível em:
<http://www.ims.com.br/images/23/41/acv_imglista_1414682341.jpg>
Acesso em 13 jul. 2015.

Figura 18. **Módulo** n. 5, set.1956, p. 26.

Figura 19 e 20. Habitat, n. 14, jan.-fev. 1954, p. 14.

Figura 20. Habitat, n.14, jan-fev de 1954, p. 13

Figura 21. Revista do Globo. Porto Alegre: ano IX n.º 198, de 22 de dezembro de 1936, p. 65.

Figura 22. A Gaivota. Porto Alegre: Ano XI , n.º 11, temporada de 1939.

Figura 23. Boletim da Sociedade de Engenharia. Porto Alegre: n. 31, jan.1940,

Figura 24. Disponível em:
<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Torres_\(Rio_Grande_do_Sul\)#/media/File:Debert-VilaDasTorres.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Torres_(Rio_Grande_do_Sul)#/media/File:Debert-VilaDasTorres.jpg)>. Acesso em 15 ago. 2015.

Figura 25. Adaptação da autora do diagrama apresentado por Soares (2000, p. 137), baseado em pesquisa de Vera Barroso.

Figura 26. Mapa litoral desenho Fernando Braga adaptação.

Figura 27. Imagem de satélite do litoral norte do Rio Grande do Sul. Google Earth, 9°56'00.01S 50°04'25.15"O. Altitude: 5.34km. Acesso em 9 out. 2014.

Figura 28. Disponível em:

Figura 29. Disponível em:

<<http://tdaipretonobranco.blogspot.com.br/2008/10/dcada-de-50.html>>. Acesso em 15 ago. 2015.

Figura 30. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/fotosantigasrs/11018493243>>. Acesso em jul. 2015.

Figura 31. Fonte da imagem: BRAUN, Felipe Kuhn. Tramandahy: as idas à praia no início do século XX. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/almanaquegaucho/category/memoria/page/2/>> Acesso em 15 ago. 2015.

Figura 32. A Gaivota. Porto Alegre: Ano XI, n.º 11, temporada de 1939.

Figura 33. PÓVOAS, Nicola Glênio. Vento Norte: história e análise do filme de Salomão Scliar. Porto Alegre: EU / Secretaria Municipal da Cultura, 2002.

Figura 34. Almanaque Gaúcho. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/almanaquegaucho/2013/03/18/lembranca-de-tramandahy>> Acesso em 15 ago. 2015.

Figura 35. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Torres_\(Rio_Grande_do_Sul\)#/media/File:Torr es-balneario-picoral.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Torres_(Rio_Grande_do_Sul)#/media/File:Torr_es-balneario-picoral.jpg)>. Acesso em: 12 jul. 2015.

Figura 36. Almanaque Gaúcho. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/almanaquegaucho/category/verao/page/2>> Acesso em 15 ago. 2015.

Figura 37. Capa A Gaivota, Porto Alegre: Ano XI, n.º 11, temporada de 1939.

Figura 38. Capa **Revista do Globo**. Porto Alegre: n. 443, 14 jan. 1939.

Figura 39. Capa **Revista do Globo**. Porto Alegre: Ano XXIV, n. 577, 10 jan. 1953.

Figura 40. Capa **A Gaivota**, Porto Alegre: Ano XXII n. 23 temporada de 1955.

Figura 41. **Revista do Globo**. Porto Alegre: n. 443, 14 jan. 1939.

Figura 42. Disponível em: <<http://tdaipretonobranco.blogspot.com.br/>> Acesso em 20 ago. 2015.

Figura 43. **Boletim da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: n. 28/29, abril/julho 1939, p. 219.

Figura 44. Planta esquemática de divulgação do Balneário do Imbé. Arquivos João Rovatti.

Figura 45. Imagem satélite de 21/04/2013. Google Earth, 29°58'26.23"S 50°07'33.94"O Altitude 1,24km.

Figura 46. BERTOLUCI, Nélide. Atlântida 60 anos, 2012, p. 33.

Figura 47. A Gaivota. Porto Alegre, ano XXVIII, n. 29, temporada de 1962.

Figura 48. SANTOS, Mariza Simon dos. **Origens de Capão da Canoa: 1920-1950**. Porto Alegre: EST, 2005, p. 85.

Figura 49. TRAMANDAÍ será convertido pelo Estado num balneário modelo. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 30 jan. 1944.

Figura 50. **A Gaivota**, Porto Alegre: Ano XI, n.º 11, temporada 1939.

Figura 51. **A Gaivota**, Porto Alegre: Ano XXII, n.º 23, temporada 1955.

Figura 52. **A Gaivota**. Porto Alegre, ano XXVIII, n. 29, temporada 1962.

Figuras 53 a 56. **A Gaivota**, Porto Alegre: Ano XI, n.º 11, temporada 1939.

Figura 57 a 62. A Gaivota, Porto Alegre: Ano XXII, n.º 23, temporada 1955.

Figura 63. Arquivos da autora.

Figura 64. Disponível em:
<<http://tdaipretonobranco.blogspot.com.br/2008/10/dcada-de-50.html>>.
Acesso em jul.2015.

Figura 65. Arquivos família Jorge Meditsch.

Figura 66. Arquivos Escritório Técnico UFRGS.

Figura 67 e 68. **L'Architecture d'Aujourd'hui**, 13/14 de setembro de 1947 p. 53.

Figura 69. SZEKUT, Alessandra Rambo. **Vertentes da Modernidade no Rio Grande do Sul: A Obra do Arquiteto Luiz Fernando Corona**. 2008, p. 115. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/18362>>. Acesso em 15 mar. 2013.

Figura 70. Correio do Povo. Porto Alegre, 14 de out.1951.

Figura 71. Foto da autora, fev. 2013.

Figura 72. Cópia do projeto original - cedida por Lucas Volpato.

Figuras 73 a 75. SAT, Tramandaí. Fotos da autora, fev. 2013.

Figura 76. Disponível em:
<<https://portoimagem.wordpress.com/2013/04/26/conselho-estadual-de-cultura-manifesta-se-sobre-a-demolicao-da-sat-em-tramandai/sat/>>. Acesso em abr 2015.

Figura 77. Foto da autora, jul. 2015.

Figura 78. Disponível em:

< <https://janeterm.files.wordpress.com/2012/11/loteamento-ipanema-antenor-ferrc3a1s-vieira-filho1940.jpg>> Acesso em abr. 2014.

Figura 79. LEME, Maria Cristina da Silva. (Org). **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. Salvador: EDUFBA, 2005, p. 311.

Figura 80. FARIA, L.A. Ubatuba de; MOACYR, P. G. **Atlântida, cidade balnear** (anteprojeto), 1939 publicado no Boletim da Sociedade de Engenharia n.º 30 Outubro de 1939, s/p.

Figura 81. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 3 ago. 1952.

Figura 82. Capa da edição de 12/05/1939 do Jornal do Estado, Ano II, nº 431. Disponível em: <<http://corag.rs.gov.br/doe>>. Acesso em 2 maio 2015.

Figura 83. Idem Fig. 82, detalhe da foto.

Figura 84. Capa do **Boletim da Sociedade de Engenharia**. Porto Alegre: n. 30, out. 1939.

Figura 85. Capa de cópia datilografada do Memorial do Anteprojeto de Atlântida Cidade Balnear de 1939.

Figura 86 a 92. FARIA, L.A. Ubatuba de; MOACYR, P. G. **Atlântida, cidade balnear** (anteprojeto). In: Boletim da Sociedade de Engenharia n.º 30, out. 1939, s/p.

Figura 93. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Atl%C3%A1ntida,_Uruguay>. Acesso em maio 2015.

Figura 94. Foto da autora, nov. 2012.

Figura 95 e 96. FARIA, L.A. Ubatuba de; MOACYR, P. G. **Atlântida, cidade balnear** (anteprojeto). In: Boletim da Sociedade de Engenharia n.º 30, out. 1939, s/p.

Figura 97. Arquivos Nélide Casaccia Bertoluci. Digitalização da autora.

Figura 98. Fotos de Herbert Knetsch. **Revista do Globo**. Porto Alegre: Ano XXI n. 478, 5 mar. 1949, p. 48.

Figura 99. Capa da mesma edição da fig. 98.

Figuras 100 a 102. Fotos de Herbert Knetsch. **Revista do Globo**. Porto Alegre: Ano XXI n. 478, 5 mar. 1949, p. 48.

Figura 103. Fotos de Flavio Damm. **Revista do Globo**. Porto Alegre: Ano XXI, n. 482, 14 maio 1949, p. 45.

Figura 104. Capa da mesma edição da fig. 103.

Figura 105 e 106. Fotos de Flavio Damm. **Revista do Globo**. Porto Alegre: Ano XXI, n. 482, 14 maio 1949, p. 43 e 44.

Figura 107. Foto do acervo pessoal de J. N. b. de Curtyis. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/eleoneprestes/files/2012/11/Oscar-Niemeyer-na->

resid%C3%Aancia-de-Fernando-Corona-Porto-Alegre-RS-1949-acervo-pessoal-de-JNB-de-Curtis2.jpg> Acesso em ago. 2014.

Figura 108 a 112. BERTOLUCI, Nélide Casaccia. **Atlântida 60 anos**. Porto Alegre: 2012.

Figura 113 a 116. Arquivos da Atlântida S. A. - Balneários digitalizados pela autora.

Figura 117. BERTOLUCI, Nélide Casaccia. **Atlântida 60 anos**. Porto Alegre: 2012.

Figura 118. FARIA, L.A. Ubatuba de; MOACYR, P. G. **Atlântida, cidade balnear** (anteprojeto). In: Boletim da Sociedade de Engenharia n.º 30, out. 1939, s/p.

Figura 119. Imagem de satélite de Atlântida 01/03/2013. Google Earth, 29°46'53.40"S 50°01'35.58"O Altitude: 1,30km. Acesso em 9 out. 2014.

Figura 120 e 121. Arquivos Nélide Casaccia Bertoluci. Digitalização da autora.

Figura 122. FARIA, L.A. Ubatuba de; MOACYR, P. G. **Atlântida, cidade balnear** (anteprojeto). In: Boletim da Sociedade de Engenharia n.º 30, out. 1939, s/p.

Figura 123. Arquivos da Atlântida S. A. - Balneários digitalizado e colorido pela autora.

Figura 124. Cópia de planta dos arquivos da Prefeitura de Osório.

Figura 125. BERTOLUCI, Nélide Casaccia. **Atlântida 60 anos**. Porto Alegre: 2012, p.29.

Figura 126. Arquivos da Atlântida S. A. - Balneários. Digitalização da autora.

Figura 127. Arquivos Nélide Casaccia Bertoluci. Digitalização da autora.

Figura 128 a 130. BERTOLUCI, Nélide Casaccia. **Atlântida 60 anos**. Porto Alegre: 2012, p. 45, 39 e 44.

Figura 131 a 137. Arquivos Nélide Casaccia Bertoluci. Digitalização da autora.

Figura 138 e 139. Arquivos da Atlântida S. A. - Balneários. Digitalização da autora.

Figura 140. F FARIA, L.A. Ubatuba de; MOACYR, P. G. **Atlântida, cidade balnear** (anteprojeto). In: Boletim da Sociedade de Engenharia n.º 30, out. 1939, s/p.

Figura 141 e 142. Arquivos Nélide Casaccia Bertoluci. Digitalização da autora.

Figura 143. Foto Alice Meditsch, jul. 2015.

Figura 144. Arquivos Nélide Casaccia Bertoluci. Digitalização da autora.

Figura 145. Disponível em: <<http://niemeyer.org.br/obra/pro047>>. Acesso em out. 2014.

Figuras 147 e 153. Arquivos Nélide Casaccia Bertoluci. Digitalização da autora.

Figura 154. Foto da autora, abr. 2015.

Figura 155. Elaboração da autora. Desenho de Fernando Braga.

Figuras 156 a 158. Arquivos Nélide Casaccia Bertoluci. Digitalização da autora.

Figuras 159 a 161. Fotos da autora, maio 2014.

Figuras 162 e 163. Plantas elaboradas a partir de documentação original dos processos do Ofício de Registro de Imóveis (R.I.) de Osório. Desenho Fernando Braga.

Figuras 164 a 166. Fotos dos arquivos da família de Eloar Guazelli.

Figuras 167 e 168. Processo do edifício Querência arquivado no R.I. de Osório.

Figuras 169 e 170. Fotos Alice Meditsch, jul. 2015.

Figura 171. Planta elaborada a partir de documentação original dos processos do Ofício de Registro de Imóveis (R.I.) de Osório. Desenho Fernando Braga.

Figuras 172 a 174. Processo do edifício Albatroz arquivado no R.I. de Osório.

Figuras 175 a 177. Fotos Alice Meditsch, jul. 2015.

Figuras 178 e 179. Plantas elaboradas a partir de documentação original dos processos do Ofício de Registro de Imóveis (R.I.) de Osório. Desenho Fernando Braga.

Figura 180. Processo do edifício Stella Maris arquivado no R.I. de Osório.

Figura 181. Arquivos Nélide Casaccia Bertoluci. Digitalização da autora.

Figura 182. Foto da autora, abr. 2015.

Figuras 183 a 185. Fotos Alice Meditsch, jul. 2015.

Figuras 186 e 187. Plantas elaboradas a partir de documentação original dos processos do Ofício de Registro de Imóveis (R.I.) de Osório. Desenho Fernando Braga.

Figuras 188 e 190. Processo do edifício Coral arquivado no R.I. de Osório.

Figuras 189, 191 e 192. Fotos Alice Meditsch, jul. 2015.

Figuras 193 e 194. Plantas elaboradas a partir de documentação original dos processos do Ofício de Registro de Imóveis (R.I.) de Osório. Desenho Fernando Braga.

Figura 195. Processo do edifício Paquetá arquivado no R.I. de Osório.

Figura 196. Arquivos Nélide Casaccia Bertoluci. Digitalização da autora.

Figuras 197 e 198. Fotos Alice Meditsch, jul. 2015.

Figuras 199 e 200. Plantas elaboradas a partir de documentação original dos processos do Ofício de Registro de Imóveis (R.I.) de Osório. Desenho Fernando Braga.

Figuras 201, 204 a 206. Fotos Alice Meditsch, jul. 2015.

Figuras 202 e 203. Processo do edifício Atlântida arquivado no R.I. de Osório.

Figuras 208 a 217. Fotos Alice Meditsch, jul 2015.

ABREU FILHO, Silvio Belmonte de. **Porto Alegre como cidade ideal: Planos e projetos urbanos para Porto Alegre**. 2006. 365 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/8600>>. Acesso em: 8 maio 2014.

A Gaivota. Porto Alegre: Ano XI, n. 11, temporada 1939

_____. Porto Alegre: Ano XXII, n.23, temporada 1955.

_____. Porto Alegre: Ano XXVIII, n. 29, temporada 1962.

ALMEIDA, Maria Soares de. Gestores da cidade e seus regulamentos urbanísticos: Porto Alegre de 1893 a 1959. In: LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). **Urbanismo no Brasil** 2.Ed. – Salvador: EDUFBA, 2005. p.102 – 119.

_____. **Urbanismo nosul do continente: Transferências e Intercâmbios 1930/1950**. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR, 13., 29 maio 2009, Florianópolis. **Anais [...]** Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3037> Acesso jun. 2013.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro. **Ressonâncias do tipo cidade-jardim no urbanismo de cidades novas no Brasil**. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 6. , 2000, Natal. **Anais [...]**. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/viewFile/738/713>>. Acesso em out. 2013.

_____. **O plano de Saturnino de Brito para Santos e a construção da cidade moderna no Brasil**. Encontro Nacional - ANPUR, 4. 1991, Salvador, v.4, p. 566-574. **Anais [...]**. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2329/2295>>. Acesso em 8 abr. 2015.

ASSIS, Nelson de. Oscar Niemeyer em Pôrto Alegre [sic]. In: **Revista do Globo**: Porto Alegre, ano XXI, nº 482, p. 43, 14 maio 1949.

BARNES, Julian. **O Sentido de um Fim**. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

BERTOLUCI, Nelide Casaccia. **Atlântida 60 anos**. Porto Alegre: [s.n.], 2012.

BRASIL. Decreto-lei n. 58, de 10 de dezembro de 1937, que dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para apagamento em prestações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De1058.htm>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BRASIL. Decreto 3.079 de 15 de setembro de 1938. Regulamenta o decreto-lei n. 58, de 10 de dezembro de 1937, que dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para apagamento em prestações. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D3079.htm> .
Acesso em: 12 maio 2014.

BRITO, Vasco; CAMARINHAS, Catarina Teles Ferreira. **Elementos para o estudo do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa (1938)**. Disponível em: <<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/97.pdf>> Acesso em 16 jan. 2015.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BRUNO, Perla Ana. **La urbanización virtual**. Análisis de la generación de los nuevos asentamientos para el ocio; proyectos de villas balnearias de la costa sud este de la Provincia de Buenos Aires, 1939-1950. Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 5., n. 4, 1998, Campinas/SP. **Anais [...]**. Disponível em:
<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/640/616>. Acesso em ago. 2014.

_____. **Reflexiones para una historia conjunta**: el uso del concepto de ciudad jardín en la planificación y extensión en ciudades de Argentina y Brasil, 1930-1945. Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 6., 2000. Disponível em:
<<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/745>>. Acesso em ago. 2014.

CABRAL, Claudia Piantá Costa. Na natureza agreste: a proposta de Julio Vilamajó para Villa Serrana, Uruguai, 1946-1947. In: SOUZA, Celia Ferraz de (Org.). **Ideias em circulação na construção das cidades**. Porto Alegre: Marcavisual / PROPUR / PROPAR, 2014. P. 261-285.

CARO, Federico Bonsignore. **Atlántida: historia, imagenes y personalidades [...]**. Montevideo: Ediciones Trilce, 2011.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo: Utopias e realidades**. Uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 1979.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. **Precisões Brasileiras**. Sobre um passado da arquitetura e urbanismo modernos a partir dos projetos e obras de Lucio Costa, Oscar Niemeyer, MMM Roberto, Affonso Reidy, Jorge Moreira & cia, 1936-45. 2002. 341 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Universidade de Paris VIII, Paris, 2002. Disponível em:
<<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/10898>>. Acesso em 10 jul. 2013.

COMAS, Carlos Eduardo; PIÑON, Helio. **Inventário da arquitetura moderna em Porto Alegre – 1945/65**. Porto Alegre: Marcavisual, 2013.

CORBIN, Alain. **O Território do Vazio**: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CUNHA, Nelly da et al. **Visite Uruguay: del balneario ao paísturístico -1930-1955**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2012.

DIAS, Maurício Azenha. **Edifício "Sobre as Ondas"**: um ícone da arquitetura moderna no litoral brasileiro. *Vitruvius, Arqutextos*, São Paulo, ano 03, n. 033.04, fev. 2003. Disponível em:
<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/03.033/708>>.
Acesso em 14 jul. 2015.

_____. Arquitetura moderna na praia: residências na praia de Pernambuco, Guarujá. **Cadernos de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, v. 4, n. 1, p. 17-30, 2004. Disponível em:
<<http://www.mackenzie.br/dhtm/seer/index.php/cpgau/article/view/137>>.
Acesso em: 14 jul. 2015.

FERREIRA E SILVA, Mauro Gil. A praia e o imaginário social: Discurso médico e mudança de significados na cidade do Rio de Janeiro. In: ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 183-205.

GAETA, Julio. **Arquitetura e Cidade**: o caso da Rambla de Pocitos em Montevidéu. 2009. 272 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em:
<<http://hdl.handle.net/10183/17724>>. Acesso em 28 abr. 2013.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GÓMEZ PINTUS, Ana. **Entre a cidade do ócio e a cidade do trabalho**. A recepção da cidade jardim na Argentina. *Arqutextos*, São Paulo, 08.096, *Vitruvius*, mai 2008
<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/08.096/145>>.
Acesso em maio 2013.

KREBS, Carlos Galvão, II Congresso Brasileiro de Arquitetura. In: **Revista do Globo**: Porto Alegre, ano XXI, nº 478, p. 46-49, 05 mar 1949.

LEIRIA, Ruy de Viveiros. Projeto de Urbanização da Vila Assunção. Memorial Descritivo. **Boletim da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 31, p. 16-28, jan. 1940.

LEME, Maria Cristina da Silva. (Org.). **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2005.

LERSCH, Ines Martina. **A busca de um ideário urbanístico no início do século XX**: Der Städtebau e a Escola de Engenharia de Porto Alegre. 2014. 420 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014. Disponível em:<<http://hdl.handle.net/10183/115560>>. Acesso em 20 maio 2015.

LUCCAS, Luis Henrique Haas. **Arquitetura Moderna Brasileira em Porto Alegre**: Sob o mito do "gênio artístico nacional". 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura) Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

_____. **Antonio Bonet e a arquitetura do cone sul**: o exemplo de Punta Ballena. *Arqutextos* (São Paulo. Online), v. 087, p. 426, 2007. Disponível

em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/219>>
Acesso em 12 set 2013.

MACEDO, S. S. Paisagem, litoral e formas de urbanização. In: **Subsídios para um projeto de gestão**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Ministério do Planejamento, 2004. (Projeto Orla). p. 43 – 62. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/_arquivos/11_04122008110506.pdf> Acesso em 25 ago. 2015.

MACHADO, Dyonélio. **O louco do Cati**. 5. ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.

MARQUES, Sergio Moacir. **Fayet, Araujo & Moojen: arquitetura moderna brasileira no sul – 1950/1970**. (2012). 532 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/65665>>. Acesso em 3 maio 2014.

MURI, Guido. **Rememorações de Tramanday**: As vivências de uma comunidade. Porto Alegre: Jollo, 2000.

OSÓRIO. Decreto-lei n. 5, de 13/09/1940. Dispõe sobre a construção e organização de balneários.

OSÓRIO. Lei n. 250, de 19 de novembro de 1953. Dispõe sobre as exigências para a aprovação do plano e das plantas de loteamento de terrenos. Documento impresso dos arquivos da ASAB.

OSÓRIO. Lei n. 1.034, de 23 de junho de 1965. Aprova o Plano Diretor de Atlântida. Documento impresso dos arquivos da ASAB e documento datilografado da Prefeitura de Osório.

PANERAI, Philippe et al. **Formas urbanas: a dissolução da quadra**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

PAULS, Alan. **A Vida Descalço**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

POHLMANN, João Paulo: Balneário Atlântida. In: Bertoluci, Nélide. **Atlântida 60 anos**. Porto alegre: [s.n.], 2012. p. 64 - 67.

PÓVOAS, Nicola Glênio. **Vento Norte: história e análise do filme de Salomão Scliar**. Porto Alegre: EU / Secretaria Municipal da Cultura, 2002.

RAMOS, Daniel da Rocha. **A invenção da praia e a produção do espaço: dinâmicas de uso e ocupação do litoral do Espírito Santo**. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo. VITÓRIA, 2009.

RIBEIRO, Demétrio. A arquitetura no período 45-60. In: XAVIER, A.; Mizoguchi, Ivan. **Arquitetura Moderna em Porto Alegre**. São Paulo: Pini, 1987. p. 26-31.

ROVATTI, João F. ; PADÃO, Fabiano. M. (Org.) **Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura: 1952 – 2002**. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, Faculdade de Arquitetura, 2002.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto-lei n. 2, de 26 de janeiro de 1940. Dispõe sobre o estabelecimento de estações balneárias, de clima e de repouso.

Revista do Globo. Porto Alegre: Ano X, n. 242, 21 dez. 1938.

_____. Porto Alegre: Ano XXI n. 478, 5 mar. 1949.

_____. Porto Alegre: Ano XXI, n. 482, 14 maio 1949.

ROVATTI, João Farias. **La modernité est ailleurs**: « ordre et progres » dans l'urbanisme d'Edvaldo Pereira Paiva (1911-1981). (2001) 425 f. Tese (Doutorado em Urbanismo), Universidade de Paris VIII – Vincennes–Saint-Denis, 2001. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/77766>>. Acesso em 8 maio 2013.

SANTOS, Mariza Simon dos. **Origens de Capão da Canoa: 1920-1950**. Porto Alegre: EST, 2005.

SCHOSSLER, Joana Carolina. **As Nossas Praias: Os Primórdios da Vilegiatura Marítima no Rio Grande do Sul** (1900 - 1950). 2010. 220 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3948/1/000425635>>. Acesso em 15 mar. 2013.

_____. **História do veraneio no Rio Grande do Sul**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SEVCENKO, Nicolau. A Capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: _____(Org.). **Histórias da Vida Privada no Brasil**, v.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 514 –619.

SOARES, Leda Saraiva. **Imbé**: histórico turístico. Porto Alegre: Jan Editorial, 1990.

_____. **A Saga das Praias Gaúchas**: de Quintão a Torres. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

SOUZA, Célia Ferraz de. Trajetórias do urbanismo em Porto Alegre, 1900-1945. In: LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). **Urbanismo no Brasil**. 2ed. – Salvador: EDUFBA, 2005. p. 83 -101.

SOUZA, Celia Ferraz de; ALMEIDA, Maria Soares de. Fronteiras intercambiáveis: o urbanismo que veio do Uruguai. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Figueira. (Org.) **Urbanismo na América do Sul**: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 25 nov. 2012.

STROHAECKER, Tania Marques. **A urbanização no litoral norte do Estado do Rio Grande do Sul**: Contribuição para a gestão urbana ambiental do

Município de Capão da Canoa. 2007. 398 f. Tese (Doutorado em Geociências) - Programa de Pós-graduação em Geociências, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/10086>>. Acesso em 25 nov. 2012.

_____. **O planejamento territorial no litoral norte do Rio Grande do Sul.** In: Encontro Nacional – ANPUR, 14., maio 2011, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3199>>. Acesso em nov. 2012.

SZEKUT, Alessandra Rambo. **Vertentes da Modernidade No RS: A Obra Do Arquiteto Luiz Fernando Corona.** 2008. 349 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/18362>>. Acesso em 15 mar. 2013.

TREVISAN, Ricardo; SILVA, Ricardo. **Águas de São Pedro: a primeira cidade-jardim brasileira.** Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v.8., n. 1, 2004. **Anais [...]**. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/952>. Acesso em: 8 mar. 2015.

UBATUBA DE FARIA, L. A.; MOACYR, G. P. Atlântida, cidade balnear: anteprojeto de um novo balneário entre Capão da Canoa e Tramandaí. **Boletim da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 30, p. 271-301, out. 1939.

_____. Saneamento e Urbanismo. **Correio do Povo.** Porto Alegre, 1º maio 1941.

VARGAS, Luis Francisco da Silva. **Saneamento e urbanização no Rio Grande do Sul durante os anos de 1916 a 1931 : o papel da SOP - Secretaria de Obras Públicas. A cidade de Iraí como referência.** 2011. 464 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) - Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/55504>>. Acesso em 3 abr. 2015.

XAVIER, Alberto; MIZOGUCHI, Ivan. **Arquitetura Moderna em Porto Alegre.** São Paulo: Pini, 1987.

REPORTAGENS DE JORNAIS

A CIDADE de Atlântida terá capacidade para comportar mais de dez mil veranistas. **Diário de Notícias.** Porto Alegre, 26 nov. 1939.

A URBANIZAÇÃO [sic] das nossas praias balneárias. **Correio do Povo.** Porto Alegre, 2 jul. 1942.

BALNEÁRIOS Marítimos: uma conferência do urbanista Ubatuba de Faria. **Correio do Povo.** Porto Alegre, 18 dez. 1943.

CIDADE balneária na costa do atlântico. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 12 maio 1939.

CONVOCADOS, para o dia 26, os proprietários de hotéis e pensões dos balneários do Estado. **Folha da Tarde**. Porto Alegre, 16 de jul. 1941.

DESENVOLVIMENTO do turismo para as praías de mar. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 9 ago. 1942.

INAUGURAÇÃO da Rodovia Gravataí – Osório – Tramandaí. **Boletim da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 328/29, p. 217- 221, abr. / jul. 1939.

INAUGUROU-SE ontem uma exposição de trabalhos de urbanismo. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 22 nov. 1936, p. 20.

PARA ORIENTAR o programa de ação do Departamento Estadual de Balneários. **Folha da Tarde**. Porto Alegre, 28 de jul. 1941.

REGRESSOU de Montevideo [sic] o dr. Ubatuba de Faria. **A Nação**. Porto Alegre, 26 de jul. 1942.

TRAMANDAÍ sera convertido pelo Estado num balneário modelo. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 30 jan. 1944.

UMA GRANDE cidade balneária na Costa do Atlântico. **Jornal do Estado**. Porto Alegre, 12 maio 1939.

OUTRAS REFERÊNCIAS

Atlântida S. A. Balneários. **Ata da Assembleia Constitutiva**. Porto Alegre, 1º de set. 1951.

Memorial Descritivo para inscrição do loteamento do Balneário de Atlântida – Osório, 18 de abr. de 1952. Documento datilografado.

DEPOIMENTOS À AUTORA

ARAÚJO, Cláudio. Porto Alegre, 6 jul. 2013.

BERED, Emil. Porto Alegre, 4 jun. 2013.

BERTOLUCI, Nelide Casaccia. Porto Alegre, 27 abr. 2013.

POHLMANN, João Paulo. Porto Alegre, 23 jan. 2014.